

9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

AUTOS Nº: 024.13.034746-6

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉUS: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA

CRISTIANO DE MELLO PAZ

RAMON HOLLERBACH CARDOSO

SENTENÇA

Vistos etc.

1 - Relatório

O Ministério Público Federal formulou denúncia em face de **Marcos Valério Fernandes de Souza**, brasileiro, nascido em 29/01/61, portador do CPF 403.760.956-87, filho de Aide Fernandes de Souza, residente na Rua Castelo de Feira, 122, Castelo, Belo Horizonte, MG, **Cristiano de Mello Paz**, brasileiro, nascido em 20/11/51, portador do CPF 129.449.476-72, filho de Maria das Mercês de Mello Paz, residente na Rua Inconfidentes, 1190, 7º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, e **Ramon Hollerbach Cardoso**, brasileiro, nascido aos ,portador do CPF, filho de, residente na como incurso:

(a) 2 (duas) vezes nas sanções do art. 312 c/c o art. 327, §2º, ambos do Código Penal (relativamente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e à Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG);

(b) 5 (cinco) vezes nas sanções do art. 312 c/c o art. 327, §2º, ambos do Código Penal (relativamente ao Grupo Financeiro do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE: BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A);

(c) 3 (três) vezes nas sanções do art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando-se os 3 (três) saques, em espécie, descritos no tópico II.6 da denúncia;

(d) 1 (uma) vez nas sanções do art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando a operação com empréstimo descrita no item II.6 da denúncia;

(e) 2 (duas) vezes nas sanções do art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando-se o saque, em espécie, e a operação com empréstimos, ambos descritos no item II.7, da denúncia, tudo na forma do art. 69 do Código Penal.

Na mesma peça exordial foram denunciados Eduardo Brandão de Azeredo, Walfrido dos Mares Guia Neto, Cláudio Mourão da Silveira, Clésio Soares de Andrade, Eduardo Pereira Guedes Neto, Fernando Moreira Soares, Lauro Wilson de Lima Filho, Renato Caporali Cordeiro, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Jair Alonso de Oliveira, Sylvio Romero Perez de Carvalho e Eduardo Pimenta Mundim pela prática dos crimes de peculato e lavagem de dinheiro, cujos desmembramentos foram determinados posteriormente, conforme será detalhado no relatório.

Inicialmente, impende registrar que o teor desta decisão priorizou os atos processuais relativos, tão somente, aos acusados Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach bem como na análise dos crimes que lhe foram imputados.

Consta na denúncia, em síntese, que

(a) item I - a partir das investigações realizadas no Inquérito 2245, restou verificado que o *modus operandi* dos crimes ali apurados teve sua origem no período da campanha para Governador do Estado de Minas Gerais no ano de 1998.

(b) item II - crimes de peculato e lavagem de dinheiro.

(b.1) - II.1 afirma o *Parquet* que, no início de 1996, a empresa SMP&B Publicidade, cujo comando era dos denunciados Cristiano Paz e Ramon Hollerbach Cardoso, enfrentava dificuldade financeira, motivo pelo qual eles incumbiram o denunciado Marcos Valério atrair novo sócio que possibilitasse à retomada do crescimento dos negócios. Entabuladas as negociações, referidos denunciados e Clésio Andrade fundaram a SMP&B Comunicação, empresa livre de dívidas, que, no ano de 1998, seria responsável pelo esquema de financiamento criminoso da campanha eleitoral da reeleição de Eduardo Azeredo, figurando Clésio Andrade como vice-governador. A SMP&B Comunicação Ltda foi estruturada da seguinte forma: 40% (quarenta por cento) pertencente a C. S. Andrade Participações (posteriormente denominada Holding Brasil S/A), 10% (dez por cento) a Marcos Valério e 50% (cinquenta por cento) a Ramon Hollerbach e Cristiano de Melo. Sustenta que o acusado Clésio Andrade efetivamente participou da gestão da empresa SMP&B Comunicação Ltda., por meio de um diretor da Holding Brasil S/A. Aproximadamente dois anos depois, teria iniciado o mecanismo que viabilizou o financiamento criminoso da campanha eleitoral de Eduardo Azeredo, candidato ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, e Clésio Andrade, candidato a Vice-Governador, envolvendo: desvio de recursos públicos do Estado de Minas

Gerais, diretamente ou por meio de empresas estatais; repasse de verbas de empresas privadas com interesses econômicos perante o Estado de Minas Gerais, por intermédio da empresa constituída por Clésio Andrade, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach e Marcos Valério, em conjunto com o Banco Rural S/A; utilização de serviços profissionais e remunerados de lavagem de dinheiro operados pelas referidas pessoas, em conluio com aquela instituição financeira, para garantir aparência de legalidade às operações anteriores e inviabilizar a identificação da origem e natureza dos recursos. Imputou desvios de recursos públicos em detrimento da COPASA, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), da COMIG, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e do Grupo Financeiro BEMGE, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), além de operações de lavagem de ativos financeiros empreendidas por meio das empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA Propaganda Ltda, em decorrência dos mencionados desvios.

(b.2) - II.2 – descreveu a estrutura da campanha eleitoral para o Governo do Estado de Minas Gerais no ano de 1998, na qual o então Governador Eduardo Azeredo, pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, tentava a reeleição, e Clésio Andrade, pelo Partido da Frente Liberal – PFL (atual Democratas), foi candidato ao cargo de Vice-Governador. A campanha eleitoral foi comandada por Eduardo Azeredo, Walfrido dos Mares Guia, Cláudio Mourão e Clésio Andrade restando descritas as respectivas atribuições, mormente a decisão de implementar o esquema reputado criminoso de desvio de recursos públicos do Estado de Minas Gerais, diretamente ou por meio de empresas estatais, e de captação de recursos de empresas privadas com interesses econômicos no Estado visando ao repasse clandestino de valores para a campanha eleitoral. Este repasse seria feito através de acertos financeiros, cuja metodologia foi estabelecida por Clésio Andrade, Cláudio Mourão, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach. Alega que Eduardo Azeredo, Walfrido dos Mares Guia e Cláudio Mourão, seguindo a orientação do grupo formado por Clésio Andrade, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach teriam decidido que o repasse de dinheiro público deveria ocorrer por meio do evento esportivo Enduro Internacional da Independência no qual a empresa SMP&B Publicidade Ltda, que tinha o direito de exploração exclusiva, receberia tais recursos. Assim, a COPASA e a COMIG transferiram R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), cada uma, e, para justificar a expressiva soma de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), foram incluídos outros 2 (dois) eventos: Iron Biker – O Desafio das Montanhas - e o Campeonato Mundial de Supercross. Destaca que apenas o evento Iron Biker – O Desafio das Montanhas - teria justificado formalmente a entrega de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para a empresa SMP&B Comunicação Ltda., por parte das empresas BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A e BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - R\$100.000,00 (cem mil reais) cada uma, sendo que outros R\$200.000,00 (duzentos mil reais) foram repassados por BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A sem qualquer preocupação de mencionar o evento esportivo. Salaria que todos os denunciados tinham consciência de que a captação de recursos para a disputa eleitoral teria o formato acima descrito e que o esquema criminoso não alcançaria sucesso sem a participação dos integrantes da cúpula do Estado de Minas Gerais e da campanha de reeleição, já nominados. Sustenta que tais pessoas deram as diretrizes para a atuação de Eduardo Guedes, Ruy Lage, Fernando Moreira, José Cláudio (falecido), Lauro Wilson, Renato Caporali, José Afonso Bicalho, Gilberto Machado, Sylvio Romero, Eduardo Pimenta Mundim, Jair Alonso de Oliveira e Maurício Horta no sentido de entregar o total de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para o grupo profissional formado por Clésio Andrade, Marcos Valério,

Cristiano Paz e Ramon Hollerbach. Afirmou que os acusados teriam admitido a existência de 2 (dois) empréstimos obtidos pelo referido grupo para financiar a campanha eleitoral, a saber: o contrato de mútuo nº 96.001136-3, no valor de R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), e o Contrato de Mútuo nº 06.002241-4, no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais). Ressalta que o acusado Clésio Andrade figurou como devedor solidário no primeiro contrato, fato que demonstra sua ciência das apontadas fraudes, bem como indicaria que a sua saída da empresa SMP&B Comunicação Ltda., em 7 de julho de 1998, foi uma simulação. Afirma que os recursos da COPASA foram empregados para quitar o empréstimo do primeiro contrato. No caso do segundo contrato, destaca que os recursos do Estado de Minas Gerais figuraram como uma das garantias e que o corrêu Eduardo Pereira Guedes, atuando pelo Estado de Minas Gerais e por orientação de seu chefe Eduardo Azeredo, autorizou que referido contrato fosse dado em garantia, fato que revela a ciência da cúpula do governo em relação ao modelo de desvio qualificado como criminoso. Especificou que o corrêu Eduardo Guedes, na campanha eleitoral de 1994, exerceu a função de coordenador de imprensa da chapa de Eduardo Azeredo e Walfrido dos Mares Guia, participou da campanha eleitoral de 1998, conforme o Laudo de Exame Econômico-Financeiro 1998/2.006-INC (Laudo Pericial 1998, Apenso 24), segundo o qual consta cópia de documento elaborado pelo Banco Rural S/A e encaminhado à Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social – SECOM, em atenção a Eduardo Guedes, atestando que os créditos do indigitado contrato de publicidade teriam sido dados, em caução, ao Contrato de Mútuo 06.002241-4, sendo que daquela cópia de documento ainda constariam assinaturas de Marcos Valério, pela DNA Propaganda Ltda., e de Eduardo Guedes, identificado como Secretário Adjunto de Comunicação Social. No mesmo subitem, prosseguiu dizendo que outros empréstimos teriam sido criminosamente adquiridos pelo grupo empresarial de Marcos Valério para injetar recursos na campanha eleitoral de 1998, todos esses contratos firmados naquele período eleitoral. Sustentou que a quantia de R\$325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), repassada para a empresa Carbo Cia de Artefatos de Borracha Ltda., que teria entre seus sócios Clésio Andrade, em verdade, foi destinada a ele, a título de contraprestação, por ter operado a engrenagem reputada criminosa de financiamento da disputa eleitoral. Acrescentou que Clésio Andrade, por meio da empresa Carbo Cia de Artefatos de Borracha Ltda., repassou, em 21 de outubro de 1998, R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para a conta bancária da campanha eleitoral de titularidade de Eduardo Azeredo. Prova disso estaria no Relatório de Análise 783/2006, elaborado pela então Divisão de Pesquisa, Análise e Informação – DSPAI, atual Assessoria de Análise e Pesquisa (doc. 7), segundo o qual, após as quebras de sigilo bancário, teriam sido localizados dados magnéticos encaminhados pelo Banco BRADESCO S/A, relativos à transação bancária ocorrida em 21 de outubro de 1998, em benefício de Eduardo Azeredo, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Esse valor foi depositado na Caixa Econômica Federal – CEF, inexistindo dados da conta e agência, sendo que tal recurso se originou da conta 639, agência 0107, do Banco de Crédito Nacional – BCN, referente ao cheque 000165, sacado pela empresa Carbo Cia de Artefatos de Borracha Ltda. Dessa forma, assevera que Eduardo Azeredo teria sido o principal beneficiário do esquema, na condição de Governador do Estado de Minas Gerais, tendo dado suporte para Eduardo Guedes, Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, ordenasse os repasses tidos por ilegais, oriundos da COPASA e da COMIG, assim como para garantir, em nome do Estado de Minas Gerais, o Contrato de Mútuo 06.002241-4, além de ter determinado a entrega de valores do Grupo Financeiro BEMGE. Prossegue sustentando que uma série de telefonemas demonstraria o intenso relacionamento entre Eduardo Azeredo e os integrantes do núcleo que teria operado o indigitado esquema de financiamento de campanha eleitoral. Ressalta que Cláudio Mourão geriu a parte financeira da campanha eleitoral,

possuindo, inclusive, uma procuração, outorgada pelo próprio Eduardo Azeredo. A derrota eleitoral desse candidato, entretanto, teria acarretado expressiva dívida para Cláudio Mourão, contraída por meio da empresa Locadora de Automóveis União Ltda., cujos sócios eram seus filhos. Tal dívida, que seria de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), posteriormente, teria sido cobrada por Cláudio Mourão que, valendo-se daquela procuração, emitiu um título em favor da mencionada empresa de locação contra Eduardo Azeredo levando-o a protesto em cartório. Em seguida, descreve a forma pela qual teria sido orquestrada a conciliação entre Cláudio Mourão e Eduardo Azeredo, por intermédio de Walfrido dos Mares Guia, que foi o coordenador financeiro da campanha eleitoral e, inclusive, negociou a contratação de Duda Mendonça, intermediada por Zilmar Fernandes. Indicou os passos da operação financeira executada em prol de Cláudio Mourão, em 19 de setembro de 2002: Marcos Valério teria repassado R\$700.000,00 (setecentos mil reais) para Cláudio Mourão, depositando R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) na conta da empresa Locadora de Automóveis União Ltda e R\$100.000,00 (cem mil reais) na conta da empresa Publisoft Business Network Ltda.; Marcos Valério teria sido ressarcido por um depósito de R\$507.134,00 (quinhentos e sete mil, cento e trinta e quatro reais), oriundo da empresa Samos Participações Ltda, cujo sócio majoritário, com 99% (noventa e nove por cento) do capital, era Walfrido dos Mares Guia; esse valor de R\$507.134,00 (quinhentos e sete mil, cento e trinta e quatro reais) teria origem em empréstimo contraído pela empresa Samos Participações Ltda junto ao Banco Rural S/A, contrato de mútuo 581/009/02, em 26 de setembro de 2002, tendo como avalistas Eduardo Azeredo e Walfrido dos Mares Guia. Relativamente a esse contrato, o Laudo Pericial 360 (f. 776) destacou que a instituição financeira mutuante não teria apresentado qualquer documento de avaliação da capacidade econômico-financeira da empresa mutuária, ou dos avalistas, não sendo possível atestar se as determinações da Resolução 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, teriam sido cumpridas. Sustenta, ainda, que Cláudio Mourão teria confeccionado o documento intitulado “Resumo da movimentação financeira ocorrido no ano de 1998 na campanha para a reeleição ao governo do Estado de Minas Gerais, pelo atual Senador da República, Sr. Eduardo Brandão de Azeredo, e do atual Vice-Governador, Clésio Andrade. Eleição de 1998 – Histórico”. Registrou que o Instituto Nacional de Criminalística – INC, por meio dos Laudos de Exame Documentoscópico 3.319/05-INC (f. 420/425) e 3328/05-INC (f. 427/429), confirmou a autenticidade das rubricas e assinatura lançadas por Cláudio Mourão, atestando que não houvera fraude documental no teor do documento, tais como montagem, adulteração e outros vícios. Observou que aquele documento trouxera informações que se harmonizariam com o resultado financeiro detalhado no Laudo Pericial 1998 (especialmente, f. 60/61, do Apenso 24, §§202/207). A seguir, transcreveu algumas passagens do referido documento. Tratou, outrossim, da ação ajuizada, em 28 de março de 2005, por Cláudio Mourão, perante o Supremo Tribunal Federal, em face de Eduardo Azeredo e de Clésio Andrade pleiteando indenização por danos materiais e morais, afirmando que, após a publicidade dos fatos objeto do Inquérito 1.145, o autor teria desistido da mesma ação. Afirmou, também, que Cláudio Mourão teria outorgado procuração a Nilton Antônio Monteiro para negociar acordo com Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

(c) - II.3 – descreveu as etapas do repasse envolvendo a COPASA informando que Eduardo Guedes, na função de Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social do Governo de Minas Gerais, determinou à referida empresa o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) à SMP&B Comunicação Ltda, sob a justificativa de aquisição da cota principal de patrocínio do evento Enduro Internacional da Independência – patrocínio esse que

depois teria sido ampliado para outros 2 (dois) eventos. Alegou que o chefe imediato de Eduardo Guedes seria Eduardo Azeredo, um dos mentores do crime perpetrado e seu principal beneficiário. Assim, com o ofício subscrito por Eduardo Guedes, autorizando a COPASA a participar nos 3 (três) eventos, Ruy Lage, então Presidente da empresa, e Fernando Moreira Soares, então Diretor Financeiro e Administrativo, prontamente e sem qualquer questionamento, autorizaram o repasse no valor determinado à empresa SMP&B Comunicação Ltda., olvidando assim o dever de não cumprir a ordem manifestamente ilegal emanada de Eduardo Guedes. Afirma que tais pessoas teriam consciência de que concorreriam para o desvio de verbas públicas, pois Fernando Moreira era filiado ao PSDB, mantendo vínculo pessoal, desde 1970, e profissional, desde 1991, com Eduardo Azeredo, e Ruy Lage chegou a se licenciar do cargo de Presidente da COPASA para participar da campanha eleitoral de 1.998. Com o intuito de demonstrar que a operação não passara de uma farsa, teria sido apontado para a data do ofício assinado por Eduardo Guedes e da nota fiscal emitida pela empresa SMP&B Publicidade Ltda., relativa ao patrocínio, ambas consignando 7 de agosto de 1998, indicativo de que essa empresa teria certeza quanto ao cumprimento, pela COPASA, da ordem de Eduardo Guedes, a ponto de emitir a nota fiscal no mesmo dia daquele ofício. Não bastasse, ressaltou que um dos empréstimos reputados fraudulentos, também fora obtido em 7 de agosto de 1998, sendo garantido, entre outras, justamente pelo crédito indicado na mesma nota fiscal emitida pela empresa SMP&B Publicidade Ltda contra a COPASA. Frisou que o evento Enduro Internacional da Independência seria titularizado pela Confederação Brasileira de Motociclismo que, por sua vez, teria firmado contrato de exploração com a empresa SMP&B Publicidade Ltda, outorgando-lhe direito exclusivo de promovê-lo e comercializá-lo. A nota fiscal que teria amparado o repasse mencionado foi emitida pela empresa SMP&B Publicidade Ltda., todavia, quem teria se beneficiado, em 24 de agosto de 1998, do valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), foi a empresa SMP&B Comunicação Ltda., que, por estar livre de dívidas, seria o meio para se perpetrar os mais variados crimes e fraudes. Advertiu que o expressivo investimento em evento esportivo não teria sido precedido de avaliação técnica, sendo que a Assessoria de Apoio Empresarial da COPASA sequer teria sido consultada acerca do patrocínio. Afirmou, ainda, que o valor repassado pela COPASA para a empresa SMP&B Comunicação Ltda. teria sido desviado para a campanha eleitoral de Eduardo Azeredo e do acusado, ao passo que um valor ínfimo daquele repasse teria sido realmente destinado ao evento esportivo em questão. Salientou que a empresa SMP&B Comunicação Ltda não teria prestado contas dos gastos realizados, conforme se observa da resposta de Marcello Siqueira, então Presidente da COPASA, à requisição do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (f. 192/193, Apenso 34), pois nota fiscal não se equivaleria a prestação de contas com a informação individualizada dos gastos, mediante comprovação.

(d) - II.4 - Narrou a etapa do repasse envolvendo a COMIG alegando que Eduardo Guedes, na função de Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social do Governo de Minas Gerais, determinou à COMIG o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) à empresa SMP&B Comunicação Ltda., à justificativa de aquisição da cota principal de patrocínio do evento Enduro Internacional da Independência. Como anteriormente, sustentou que o chefe imediato de Eduardo Guedes seria Eduardo Azeredo, um dos mentores do crime perpetrado e seu principal beneficiário. Transcreveu partes do ofício subscrito por Eduardo Guedes noticiando a determinação do Governo do Estado de Minas Gerais quanto à participação da COMIG no referido patrocínio. Descreveu que, em 10 de agosto de 1998, José Cláudio (já falecido), então Diretor-Presidente da COMIG, Lauro Wilson, então Diretor de

Administração e Finanças, e Renato Caporali, então Diretor de Desenvolvimento e Controle de Negócios, acataram a determinação de entrega do numerário de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a empresa SMP&B Comunicação Ltda., olvidando assim o dever de não cumprir a ordem manifestamente ilegal emanada por Eduardo Guedes. Afirma que aquelas pessoas teriam consciência de que concorriam para o desvio de verbas públicas, pois José Cláudio (já falecido) chegou a se licenciar do cargo de Presidente da COMIG para coordenar a campanha de reeleição em 1998, na região metropolitana de Belo Horizonte/MG; Lauro Wilson, filiado ao PSDB desde a sua criação, assumiu o cargo de Secretário do Comitê Financeiro da campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade e Renato Caporali, filiado do PSDB, foi candidato ao cargo de Vereador pela referida agremiação política em 1.994, bem como fez campanha para o denunciado Eduardo Azeredo 1998. Com a finalidade de demonstrar que a operação não passou de uma farsa, apontou as datas de outro ofício assinado por Eduardo Guedes e da nota fiscal emitida pela empresa SMP&B Publicidade Ltda., relativa ao patrocínio, ambas consignando 7 de agosto de 1998, indicativo de que essa última empresa teria certeza quanto ao cumprimento, pela COMIG, da ordem de Eduardo Guedes, a ponto de emitir a nota fiscal no mesmo dia daquele ofício. Novamente, frisou que o evento Enduro Internacional da Independência seria titularizado pela Confederação Brasileira de Motociclismo que, por sua vez, teria firmado contrato de exploração com a empresa SMP&B Publicidade Ltda., outorgando-lhe direito exclusivo de promovê-lo e comercializá-lo. Observou que a nota fiscal, que teria amparado o repasse mencionado, foi emitida pela empresa SMP&B Publicidade Ltda., todavia, quem teria se beneficiado, em 25 de agosto de 1998, do valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e, em 4 de setembro de 1998, da quantia de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), foi a empresa SMP&B Comunicação Ltda. Esta, por estar livre de dívidas, foi o meio utilizado para se perpetrar os mais variados crimes e fraudes, de acordo com os Laudos Periciais 1998 e 2076 (Apenso 32), ambos produzidos pelo Instituto Nacional de Criminalística. Aponta que o ofício remetido por Eduardo Guedes indicou, expressamente, que a destinatária dos recursos deveria ser a SMP&B Comunicação Ltda. Mais uma vez, advertiu que o expressivo investimento em evento esportivo não teria sido precedido de avaliação técnica. Afirmou que o valor repassado pela COMIG para a empresa SMP&B Comunicação Ltda. teria sido desviado para a campanha eleitoral de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, ao passo que um valor ínfimo daquele repasse teria sido realmente destinado ao evento esportivo em questão. Salientou que a empresa SMP&B Comunicação Ltda não teria prestado contas dos gastos realizados, conforme se observa da resposta de Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves, então Presidente da COMIG, à requisição do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sendo que, dos registros contábeis da mesma empresa, constam pedidos de pagamentos, cópias de cheques, recibo e a Nota Fiscal 002657, emitida pela SMP&B Publicidade Ltda.

(e) - II.5 – Trata dos aspectos reputados comuns entre os repasses realizados pela COPASA e COMIG, alertando que, para justificar a entrega de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), além do Enduro Internacional da Independência, teriam sido incluídos o Iron Biker – O Desafio das Montanhas - e o Campeonato Mundial de Supercross. Anotou que o ofício enviado por Eduardo Guedes à COMIG somente menciona o evento Enduro Internacional da Independência e que os atos internos da COMIG, que teriam acatado aquele comando, apenas se refeririam a esse último evento. De igual modo, a nota fiscal emitida pela SMP&B Publicidade Ltda., em 7 de agosto de 1998, não teria especificado os outros 2 (dois) eventos esportivos. Iniciado o projeto, outro ofício teria sido confeccionado por Eduardo Guedes, abrandando o tom de

determinação e mencionando aqueles 3 (três) eventos. No mesmo sentido, o recibo que teria sido assinado por Marcos Valério, em 25 de agosto de 1.998, data do recebimento da primeira parcela, passaria a indicar os 3 (três) eventos, ao contrário da nota fiscal. O mesmo teria ocorrido na COPASA, porém, de modo mais eficiente, pois o ofício original teria sido destruído. No entanto, documentos produzidos pela COPASA, em 14 e 24 de agosto de 1998, portanto, em data posterior a 7 de agosto de 1998, relatariam o patrocínio de um único evento. Assinalou que os Peritos Criminais Federais do Instituto Nacional de Criminalística, em análise bancária que teria abrangido, entre outros, o ano de 1.998, revelaram (f. 59, Apenso 24) a existência dos repasses oriundos da COPASA, COMIG e Grupo Financeiro BEMGE, nos montantes acima já detalhados; a impossibilidade de se localizar, identificar ou vincular, por meio da contabilidade da empresa SMP&B Comunicação Ltda., pagamentos feitos a fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução dos eventos esportivos. Neste sentido, afirma que o documento intitulado “Planilha de Levantamento de Custos” relaciona as despesas daqueles 3 (três) eventos, de forma global, sem identificação de fornecedores ou de prestadores de serviços; na documentação bancária, referente à quebra de sigilo da conta-corrente 06.002293-7, de titularidade de empresa SMP&B Comunicação Ltda., mantida no Banco Rural S/A, foram identificados poucos pagamentos, realizados em 1998, relacionados a entidades do setor esportivo que poderiam ter vínculo com aqueles referidos eventos. Tais pagamentos, somados, atingiriam a cifra de R\$98.978,00 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e oito reais). Prosseguiu com a comparação entre os valores investidos por outros patrocinadores e aqueles pela COPASA e COMIG (f. 5.662/5.669), exemplificando que o Banco do Brasil S/A teria investido R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (f. 5.506), a empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, R\$157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) (f. 5.163), e outras empresas teriam oferecido apenas divulgação das provas, como a Rádio Jovem Pan (f. 5.371), serviços e equipamentos de rádio-comunicação, como a Unical (f. 4.923) e possivelmente até chopp, como a Krug Bier (f. 5.199). Sublinhou que os gastos de divulgação na mídia, reconhecidamente altos, simplesmente não teriam existido, porque a divulgação teria ocorrido através de “mídia espontânea” e não na modalidade paga. Por fim, com o propósito de demonstrar o superfaturamento, referiu ao Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”, no qual consta a participação financeira do Governo do Estado de Minas Gerais nos citados eventos esportivos, diretamente pela SECOM, nos seguintes valores: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) em 1995, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) em 1996, R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) em 1997 e R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em 1998.

(f) - II.6 - neste subitem cuidou o *Parquet* de demonstrar o destino do montante repassado pela COPASA. Inicialmente, asseverou que Clésio Andrade, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, em parceria principalmente com o Banco Rural S/A, montaram o esquema de lavagem de dinheiro para financiar a campanha eleitoral de Eduardo Azeredo. Afirmou que esse esquema consistiria nas seguintes etapas: uma das empresas de Clésio Andrade, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach obteria empréstimo fictício em instituição financeira; o empréstimo obtido teria dupla finalidade: ser investido na campanha eleitoral e os remunerar pelos serviços prestados; recursos públicos ou valores advindos de empresas privadas, com interesses econômicos perante o Estado de Minas Gerais, seriam empregados para quitar tais empréstimos. Sustenta que Marcos Valério ainda seria remunerado por meio de repasses para a sua esposa Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza. Especificamente no caso da COPASA, o Laudo de Exame Econômico-Financeiro 1998/2.006-INC, comprovaria que o valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) teria sido lavado da forma

seguinte. Em 28 de julho de 1998, a empresa SMP&B Comunicação Ltda formalizaria empréstimo com o Banco Rural S/A, no valor de R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), tendo como devedores solidários Clésio Andrade, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach - vide extrato do Contrato de Mútuo 96.001136-3. Apontou que Clésio Andrade teria se afastado formalmente daquela empresa em 7 de julho de 1998, para evitar suspeitas, e sustenta que Cláudio Mourão, Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach admitiram que o empréstimo teria sido tomado para financiamento da campanha eleitoral, tanto que o acusado figurou como devedor solidário. O Laudo Pericial 1998 (f. 30, Apenso 24) aponta que o montante líquido de R\$2.278.796,36 (dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), transferido em 28 de julho de 1998, teve a destinação descrita no Quadro 26, que relaciona os débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9, entre 28 e 30 de julho de 1998. Ressalta que a quantia do empréstimo coincidiria com o valor indicado na “Lista Cláudio Mourão”. Pela lista de destinatários, estariam claras as remunerações recebidas, em contraprestação pela operação de lavagem de capitais, por Marcos Valério, por intermédio de sua esposa Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz, sendo que cada um deles perceberia o mesmo valor de R\$26.761,00 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e um reais). Afirma que essa mesma quantia ainda teria sido destinada ao acusado ou a Rogério Lanza Tolentino, investigado no Inquérito 2.245. Destaca que os registros contábeis da empresa SMP&B Comunicação Ltda não mencionam tais depósitos. Sustenta que o valor líquido do empréstimo, deduzidas as remunerações pela lavagem de capital, teria sido repassado para a campanha eleitoral de 1998, por meio de saques em espécie, sem a identificação dos beneficiários, com o escopo de obstruir o rastreamento. Alega que o Banco Rural S/A viabilizaria a lavagem de ativos ao permitir que Marcos Valério, o acusado, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz consignassem nos documentos de controle que os saques se destinariam a pagamentos de diversos compromissos de responsabilidade da empresa SMP&B Comunicação Ltda, conforme o Laudo Pericial 1998 (f. 31, Apenso 24). Aliás, o próprio Cláudio Mourão admitiu ter recebido valores, em espécie, na sede da empresa SMP&B Comunicação Ltda. Realça que o Contrato de Mútuo 96.001136-3, cuja data de vencimento era 6 de agosto de 1.998, teria sido liquidado em 7 de agosto de 1998, com recursos oriundos de novo empréstimo bancário, obtido pela SMP&B Comunicação Ltda junto ao Banco Rural S/A. Trata-se do Contrato de Mútuo 96.001137-1. Aponta que o empréstimo 96.001137-1 teria sido obtido na mesma data dos ofícios assinados por Eduardo Guedes endereçados à COPASA e à COMIG, data que coincidiria com as das notas fiscais emitidas pela empresa SMP&B Publicidade Ltda contra referidas empresas. O próprio crédito indicado na nota fiscal relativa à COPASA teria sido uma das garantias daquele mútuo. E mais, o valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) teria sido repassado da COPASA para a SMP&B Comunicação Ltda em 24 de agosto de 1998 e, na mesma data, utilizado por essa última empresa para quitar o empréstimo 96.001137-1. A parcela restante teria sido quitada com recursos provenientes da empresa DNA Propaganda Ltda., através do contrato de mútuo 06.002241-4, firmado com o Banco Rural S/A também para financiar a campanha eleitoral.

(g) - II.7 – Trata do destino do montante repassado pela COMIG, narrando que essa empresa teria transferido para a SMP&B Comunicação Ltda R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em 25 de agosto de 1998, e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), em 4 de setembro de 1998. Descreve os 2 (dois) caminhos pelos quais tais montantes teriam sido repassados para a campanha eleitoral de 1998. Em 25 de agosto de 1998, houve um saque de R\$800.000,00

(oitocentos mil reais) em espécie, sem identificação do beneficiário, por meio do indispensável auxílio do Banco Rural S/A, consoante o Laudo Pericial 1998 . Afirma que essa instituição financeira teria atuado em desacordo com as normas do Conselho Monetário Nacional – CMN - e do Banco Central do Brasil – BACEN - ao aceitar documentos de suportes das operações contendo declarações genéricas sobre as pessoas responsáveis pelo pagamento e recebimento. Conclui que aqueles R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) foram entregues para a campanha eleitoral de 1998. Sustenta que o restante do valor repassado pela COMIG teria sido misturado com 2 (dois) empréstimos de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), cada um, para embarçar a origem e natureza do recurso, vindo, somente ao final da manobra, para a campanha eleitoral. Destaca que a técnica de mesclar recursos oriundos de atividades lícitas com valores angariados em crimes seria de conhecimento da literatura especializada em lavagem de ativos. A seguir, abordou a engenharia financeira, reportada no Laudo Pericial 1998 (f. 18/20, Apenso 24). Identificados os contratos de mútuo, descreveu a abertura de 2 (duas) contas no Banco Cidade S/A, prosseguindo-se com o débito de R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), em cada conta, e a emissão de cheque, pelo referido banco, em favor da empresa DNA Propaganda Ltda, no valor de R\$5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), que teria sido depositado no Banco Rural S/A e transferido para conta de titularidade da empresa SMP&B Comunicação Ltda, conta-corrente 06.002289-9, agência 009, junto ao mesmo banco. Depois, foram pormenorizados os débitos ocorridos entre os dias 3 e 9 de setembro de 1998 na indigitada conta, destacando como beneficiários Aristides França Neto, SMP&B Comunicação Ltda., DNA Propaganda Ltda e Marcos Valério, sendo que tais repasses representariam a remuneração pelos serviços de lavagem prestados por Clésio Andrade, Marcos Valério, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz havendo ainda provas de que os recursos teriam sido investidos na campanha de reeleição de Eduardo Azeredo, tanto assim que Cláudio Mourão foi beneficiado com R\$20.000,00 (vinte mil reais). Indicou, ainda, outros beneficiários. Alegou que o montante de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), oriundo da COMIG, teria sido desviado para a campanha eleitoral, caracterizando peculato, e que parte desse valor teria sido objeto de branqueamento antes de alcançar o destino final, configurando a lavagem de ativos. Em seguida, tratou da quitação dos contratos de mútuo 072979-93 e 072980-27, afirmando que Clésio Andrade, Marcos Valério, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz seriam profissionais do ramo de lavagem de ativos, atuando de modo habitual. Sustentou, com base no Laudo Pericial 1998, que o contrato de abertura de crédito 072979-93 teria sido liquidado a partir de operações realizadas na conta 072979-93, a saber: em 13 de novembro de 1998, depósito em cheque, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), oriundo da conta 06.002241-4, agência 009, Banco Rural S/A, de titularidade da DNA Propaganda Ltda., sendo que o débito do mesmo cheque fora suportado por depósito, em espécie, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sem identificação de origem, naquela mesma data, isto é, em 13 de novembro de 1998; depósitos, em espécie, sem identificação de origem, ocorridos no período de 19 de novembro de 1998 a 30 de dezembro de 1998, totalizando R\$2.371.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e um mil reais; em 30 de dezembro de 1998; crédito de R\$974.189,87 (novecentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), proveniente de débito da conta 120819-13, agência 009, Banco Cidade S/A, de titularidade da DNA Propaganda Ltda., que, por sua vez, teria se originado do contrato de abertura de crédito rotativo 073137-86, de 30 de dezembro de 1998. Em relação ao contrato de abertura de crédito 072980-27, com vencimento previsto para 3 de novembro de 1998, teria sido efetivamente liquidado em 30 de dezembro de 1998, com R\$3.329.303,49 (três milhões, trezentos e vinte e nove mil e trezentos e três reais e quarenta e nove centavos), provenientes de débito da conta 120819-13, agência 009, Banco Cidade S/A, de titularidade da DNA Propaganda Ltda., que,

por sua vez, também teria se originado do contrato de abertura de crédito rotativo 073137-86, de 30 de dezembro de 1998, adimplido mediante depósitos, em espécie, consoante o Laudo Pericial 1998. Assim, por meio de depósitos, em espécie, não identificados, com a complacência do Banco Rural S/A, teria se dado a quitação dos contratos, acrescentando, ainda, que haveria provas de que empresas privadas com interesses econômicos perante o Estado de Minas Gerais teriam enviado recursos, clandestinamente, para a campanha eleitoral de 1998, por intermédio dos serviços de Marcos Valério, estando uma dessas operações relatadas no Laudo Pericial 1998, especificamente o empréstimo 06.002289-8. Portanto, afirma que os contratos de mútuo 072979-93 e 072980-27 teriam sido quitados sem qualquer recurso das empresas de Clésio Andrade, Marcos Valério, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz.

(h) - II.8 – Cuidou do repasse e destino do montante oriundo do Grupo Financeiro BEMGE. Destacou que a análise financeira das contas da empresa SMP&B Comunicação Ltda, segundo o Laudo Pericial 1998 (f. 53, Apenso 24), revelaria a existência de repasses, no total de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), em 1º de setembro de 1.998, para a empresa SMP&B Comunicação Ltda., assim identificados: BEMGE S/A Administradora Geral, emitente do cheque 231697, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais); Financeira BEMGE S/A, emitente do cheque 315209, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais); BEMGE Seguradora S/A, emitente do cheque 006359, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais); BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., emitente do cheque 803126, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais); e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A, emitente do cheque 751199, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). Observou que, das cópias dos títulos sacados por BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A e BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., constaria a descrição de patrocínio ao evento Iron Biker – O Desafio das Montanhas. Entretanto, não haveria motivo para os repasses, tampouco documentos que os justificassem. Assinalou que o coacusado José Afonso Bicalho, na condição de Diretor-Presidente do BEMGE, seria o responsável pelos 5 (cinco) repasses e que teria atuado, em concurso, com Gilberto Machado, então Diretor Executivo da Financeira BEMGE S/A, com Sylvio Romero e Eduardo Pimenta Mundim, respectivamente, então Diretor e Gerente Comercial da BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., com Jair Alonso, então Diretor da BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A, e com Maurício Horta, então Presidente da BEMGE Seguradora S/A. Enfatiza que os repasses teriam ocorrido na véspera de o BEMGE ser privatizado, seguindo-se o mesmo *modus operandi*: cheques nominais à empresa SMP&B Publicidade Ltda., detentora do direito de exclusividade sobre o evento esportivo, depositados, todavia, na conta da SMP&B Comunicação Ltda. Anotou, também, que não teria havido divulgação da marca BEMGE nos principais itens de divulgação do evento Iron Biker – O Desafio das Montanhas. Afirmou, com arrimo no Laudo Pericial 1998, que o destino dos R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) foi a campanha eleitoral de 1998, sendo depositado em 1º de setembro de 1998, na conta 06.002289-9, cobrindo assim o saldo negativo de R\$343.736,34 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), oriundo de débitos realizados em 31 de agosto de 1998 e saídas ocorridas em 1º de setembro de 1998. Por fim, analisou os beneficiários daquelas saídas, associando repasses a Cristiano Paz e a Clésio Andrade, bem como à empresa Graffar Editora Gráfica Ltda., que teria produzido material de campanha para a reeleição de Eduardo Azeredo.

Capitulou os crimes que cada um cometeu, pugnando pela condenação, e arrolou 26 testemunhas.

Denúncia oferecida no dia 20 de novembro de 2007 (f. 5925/5930 – vol. 27).

Em despacho (f. 6.862 – vol. 33), ordenou-se a notificação dos acusados, para oferecimento de resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 4º, *caput*, da Lei 8.038/90.

Notificado, o denunciado Marcos Valério apresentou defesa preliminar, às f. 8107/8122 – vol. 39, argumentando, em síntese:

I – traça considerações acerca da mídia no caso da Ação Penal 470, citando doutrinadores.

II – manifesta-se sobre a incompetência do STF para o julgamento da ação penal porquanto apenas um denunciado possui foro por prerrogativa de função, o então Senador Eduardo Azeredo.

III – no mérito, argumenta que o Enduro Internacional da Independência já se realizava no Estado de Minas Gerais há 12 anos e as estatais referidas na denúncia (COPASA e COMIG) deram cotas de patrocínio, como nos anos anteriores. Afirma que os valores repassados pelas referidas empresas e o Grupo Bemge foram empregados nos três eventos: Enduro Internacional da Independência, Iron Biker e Campeonato Mundial de Supercross. Confirma o contrato de mútuo celebrado com o Banco Rural, no valor de R\$9.000.000,00, empregados na campanha de Eduardo Azeredo.

IV – argumenta que a acusação de lavagem de dinheiro tem como crime antecedente o de peculato, porém, o mesmo não ocorreu, restando impossível falar em branqueamento de capitais.

V – Requereu o acolhimento da preliminar e, caso ultrapassada, a rejeição da denúncia.

Notificado, o acusado Ramon Hollerbach Cardoso apresentou defesa preliminar (f. 8125/8156 – vol. 39) aduzindo, em síntese:

I – faz uma digressão na histórica da SMP&B ressaltando sua importância no mercado publicitário mineiro e nacional.

II – informa que sempre ocupou a vice-presidência de operações e trabalhava gerenciando o setor de produção publicitária.

III – afirma que os três eventos esportivos referidos na denúncia possuíam destaque mundial e descreve a história de cada um afirmando que os recursos das estatais foram empregados na realização dos mesmos.

IV – menciona o contrato de mutuo 96.001137-1 e argumenta que ele foi destinado a quitação do contrato 96.001136-3, ponderando que existiram diversas movimentações financeiras que se alteravam diariamente, não procedendo a conclusão que tais recursos eram frutos de peculato.

V – afirma que o mesmo raciocínio se aplica ao BEMGE e à COPASA.

VI – quanto à lavagem de dinheiro, aponta que a inicial não descreve nenhuma conduta que se subsume ao tipo penal, pois as operações de empréstimos realizadas pela SMP&B foram todas regulares.

VII – aponta que, no caso da existência dos crimes, eles ocorreram de forma continuada e não em concurso material.

Requeru a rejeição da denúncia por falta de justa causa e juntou documentos.

Notificado, o acusado Cristiano de Mello Paz apresentou defesa preliminar (f. 8201/8218 – vol. 39) aduzindo, em síntese:

I – estar prescrita a pretensão punitiva em razão de pena eventualmente a ser aplicada;

II – ilegitimidade passiva no que tange a causa de aumento de pena descrita no art. 327, §2º, do Código Penal por não ocupar cargo em comissão, função de direção ou assessoramento de órgão da administração pública;

III – ausência de justa causa para a ação penal por ausência de suporte mínimo probatório;

IV – adentra o mérito afirmando que não se trata de cota da patrocínio apenas de um evento, mas de três eventos esportivos de âmbito internacional e que o recurso investido pelas estatais foram, de fato, aplicado neles; ressalta que as marcas BEMGE, COMIG e COPASA foram destacadas na divulgação;

V – refuta a prática do crime de lavagem de dinheiro por não existir crime antecedente;

Requeru o acolhimento da preliminar e, caso ultrapassada, a rejeição da denúncia.

O Ministério Público Federal, após remessa dos autos determinada pelo E. Relator, se manifestou sobre a defesa preliminar, às f. 8624/8640 – vol. STF – 41, teceu considerações sobre os requisitos para o recebimento da denúncia, salientando que, no caso, a inicial acusatória descreve, de forma detalhada, todos os fatos imputados, atendendo às exigências do art. 41 do Código de Processo Penal. Apontou que os fatos descritos encontram lastro no acervo probatório angariado no trabalho de investigação. Rechaçou a prescrição pela pena em perspectiva afirmando não ser admitida pelo Supremo Tribunal Federal. No mérito, afirmou que há justa causa para a ação penal aforada porquanto o grande número de documentos, análises técnicas e depoimentos dão suporte à mesma. No mais, argumentou que o acusado Cristiano Paz não juntou um único documento que comprove a aplicação das cotas de patrocínio nos eventos esportivos e o acusado Marcos Valério, por sua vez, se restringiu a desqualificar a decisão de recebimento da denúncia proferida nos autos de inquérito nº 2245. Requeru diligência.

Deferido o pedido do Ministério Público foram juntados documentos, manifestando-se o *Parquet* (f. 8763/8766 – vol. 42) pela rejeição da denúncia em relação aos acusados Sylvio Romero, Eduardo Mundim e Jair Alonso de Oliveira haja vista que a juntada alterou o quadro probatório, confirmando a tese defensiva deles.

Em seguida, às f. 8768/8770 – vol. 42, aditou a denúncia para incluir a imputação dos 05 (cinco) crimes de peculato ao acusado Eduardo Guedes.

As f. 8991/9011 – vol. 42, o Relator acolheu o pedido de desmembramento do processo, formulado por Marcos Valério Fernandes de Souza, Eduardo Pereira Guedes Neto e Cláudio Roberto Mourão da Silveira, mantendo perante o Supremo Tribunal Federal apenas o processo e julgamento dos crimes imputados ao então Senador Eduardo Brandão de Azeredo.

Após a remessa dos autos à Justiça Federal e parecer do Ministério Público Federal (f. 9015/9022 - vol. 42), o juízo declinou da competência para a Justiça Estadual (f. 9023 – vol. 42).

Certidões de antecedentes criminais às f. 9037, 9038, 9039, 9040, 9041, 9042 e 9043 – vol. 43.

Denúncia e aditamento recebidos no dia 23/02/2010 (f. 9213/9222 – vol. 43).

Regularmente citado (f. 9747/9748 – vol. 45), o denunciado Ramon Hollerbach apresentou resposta à acusação (f. 9778/9810 – vol. 45) aduzindo, em síntese:

I – aponta, inicialmente, possibilidade de rejeição da denúncia após a defesa preliminar do acusado;

II - faz uma digressão na histórica da SMP&B ressaltando sua importância no mercado publicitário mineiro e nacional.

III – informa que sempre ocupou a vice-presidência de operações e trabalhava gerenciando o setor de produção publicitária.

IV – afirma que os três eventos esportivos referidos na denúncia possuíam destaque mundial e descreve a história de cada um afirmando que os recursos das estatais foram empregados na realização dos mesmos.

V – menciona o contrato de mutuo 96.001137-1 e argumenta que ele foi destinado a quitação do contrato 96.001136-3, ponderando que existiram diversas movimentações financeiras que se alteravam diariamente, não procedendo a conclusão que tais recursos eram frutos de peculato.

VI – afirma que o mesmo raciocínio se aplica ao BEMGE e à COPASA.

VII – quanto à lavagem de dinheiro, aponta que a inicial não descreve nenhuma conduta que se subsume ao tipo penal, pois as operações de empréstimos realizadas pela SMP&B foram todas regulares.

VIII – aponta que, no caso da existência dos crimes, eles ocorreram de forma continuada e não em concurso material.

Requeru a rejeição da denúncia por falta de justa causa e arrolou dez tesemunhas.

Regularmente citado (f. 9817/9817v – vol. 45), o denunciado Cristiano de Mello Paz ofereceu resposta à acusação (f. 9903/9934– vol. 46) aduzindo, em síntese:

I – preliminar de mérito, reconhecimento da prescrição pela pena em perspectiva, e extinção da punibilidade;

II – em relação ao crime de peculato, quanto à COPASA e COMIG, tratou a espécie de comercialização de cotas da patrocínio dos três eventos esportivos pela SMP&B, detentora exclusiva da exploração dos eventos.

III – havia o interesse do Estado no patrocínio dos eventos, pois isto ocorria através de outras estatais e em administrações anteriores.

IV – há outras empresas que realizam o mesmo patrocínio como a Petrobrás no Clube Ragatas Flamengo e o Banco do Brasil na Confederação de Voleibol.

V – Faz um resumo da movimentação em relação aos contratos de mútuo 96.001136-3 e 96.001137-1 e afirma que os créditos têm regular origem em empréstimos bancários;

VI – quanto aos depósitos realizados pela COMIG, a afirmação ministerial é que houve apenas saque em espécie, não havendo provas de que tal quantia tenha se destinado à campanha de Eduardo Azeredo;

VII – argumenta que houve divulgação da marca BEMGE no evento Iron Biker.

VIII – não constitui crime de lavagem saques em espécie, restando uma atipicidade delitiva.

IX – a denúncia não descreve, de forma pormenorizada, qual seria a conduta do acusado no crime de peculato e no de lavagem de dinheiro.

X – o denunciado não ocupava cargo público, razão pela qual não cabe a incidência do disposto no §2º do art. 327 do Código Penal.

XI – requereu a absolvição sumária e arrolou cinco testemunhas.

Regularmente citado (f. 9818/9819 – vol. 45), o denunciado Marcos Valério Fernandes de Souza ofereceu resposta a acusação (f. 9829/9834 – vol. 45) aduzindo, em síntese:

I – em preliminar, incompetência da Justiça Estadual em razão das ações penais oferecidas pelo MPF contra os diretores do Banco Rural e os acusados, em curso na 4ª Vara Federal Criminal, cujos fatos são conexos aos fatos aqui apurados, nos termos da Súmula 122 do STJ;

II – no mérito, afirma que as estatais adquiriram cota de patrocínio para os eventos esportivos, Enduro Internacional da Independência, Iron Biker e Supercross, e, como tal é inexigível a prestação de contas, de notas fiscais e relatório de despesas, bastando, tão somente, que o nome do patrocinador figure no material promocional.

III – afirma que os valores repassados pelas estatais foram empregados nos eventos e que o único valor repassado à campanha de Eduardo Azeredo foi o decorrente do contrato de mútuo celebrado com o Banco Rural, no montante de R\$9.000.000,00.

IV – não há como falar em lavagem de dinheiro, pois o crime antecedente, peculato, não ocorreu.

V – toda a movimentação financeira relativa à campanha de 1988 foi feita através de bancos, de conta bancária identificada para outras contas bancárias identificadas, sem qualquer ocultação e dissimulação.

VI – requereu diligências e arrolou testemunhas.

Decisão rejeitando as teses defensivas e designando audiência de instrução às f. 10.066/10.070 – vol. 46).

Audiências de instrução às f. 10.249/10.269 – vol. 47 (testemunhas: Gilberto Botelho Machado, Amílcar Viana Martins, Carlos Henrique Martins Teixeira, Alfeu Queiroga de Aguiar, Otímar Ferreira Bicalho, Guilherme Perpétuo Marques, Helvécio Aparecida Ribeiro, Maurício Dias Horta, Jolcio Carvalho Pereira, Roberto de Queiroz Gontijo, Leopoldo José de Oliveira, Aristides França Neto, Alexandre Rogério Martins da Silva), f. 10323 (testemunha: Elma Barbosa de Araújo), f. 10354 (testemunha: Henrique Bandeira de Melo), f. 10354 – vol. 47 (testemunha: Paulo Roberto Matos Victor), f. 10449/10450 – vol 48 (testemunha: Wagner do

Nascimento Júnior), f. 10476/10477 – vol 48 (testemunha: Custódio Antônio de Mattos), f. 10522/10528 – vol. 48 (testemunha: Paulo Cury), f. 10723/10724 – vol. 49 (testemunha: Paulo Sérgio Martins Alves), f. 10744/10768 – vol. 49 (testemunhas: Ângelo Maneira, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Eliane Alves Lopes, Elenize Alves de Almeida, Renato Villamarim Soares, Débora Simões Ferreira, Marco Antônio Estellita L. de S. Coimbra, Marco Aurélio Penzim, Ronaldo Tadeu Pena, Lúcio Urbano Silva Martins), f. 10815/10816 – vol. 49 (testemunha: Gilberto Cnaan), f. 10855/108/56 – vol. 49 (testemunha: Reginaldo Braga Arcuri), f. 10876/10880 – vol. 49 (testemunhas: José Mucio Monteiro Filho e Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira), f. 10885/10886 – vol. 49 (testemunha: Acácio Mendes de Andrade), f. 10922/10923 – vol. 50 (testemunha: Helena de Paula Kierulff), f. 10950/10954 – vol. 50 (testemunhas: Marco Aurélio Soares Ribeiro, Marcio Hiran), f. 10971/10974 – vol. 50 (testemunhas: Cicero Marcus de Araújo, Ricardo Terenzi Neuenschwander), f. 11015/11017 – vol. 50 (testemunha: Mário Ribeiro Filho), f. 11035/11042 – vol. 50 (testemunhas: Guilherme Luiz Gonçalves, Paulo Vasconcelos do Rosário Neto), f. 11138/11164 – vol. 51 (testemunhas: Adriana Machado, Carlos Rubens dos Santos Done, Ricardo Pena Machado, Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Vando Argentino Ferreira, Sérgio Esser, Maria do Perpétuo Socorro Costa Almeida) f. 11196/11199 – vol. 51 (testemunha: Maria Beatriz Bahia), f. 11213/11219 – vol. 51 (Testemunhas: Lúcio Valadares Portela, Pedro Eutáquio Scapolatempore, Wellington Mauro da Silva, Maria Helena Fonseca Mansur), f. 11236/11240 – vol. 51 (testemunhas Marcelo Arruda Nassif, Antônio Martinho Rezende), f. 11302/11306 vol. 52 (testemunhas: Enio Pereira Botelho, Ronaldo Lamounier Locatelli), f. 11585/11587 – vol.53 (interrogatórios).

O Ministério Público, em alegações finais escritas, de f. 11686/11694, pugnou pela procedência da denúncia, condenando os acusados nas sanções do art. 312, *caput*, e no art. 327, parágrafo segundo, ambos do CPB, e art. 1º, inciso V, c/c o §4º da Lei 9.613/98.

I – Inicia dizendo que os acusados, acompanhados dos corréus Clésio Andrade e Ramon Hollerbach, participaram de um esquema criminoso que envolveu desvios de recursos públicos do Estado de Minas Gerais (diretamente ou através das estatais); repasse de verbas de empresas privadas com interesses econômicos perante o Estado de Minas Gerais e utilização da estrutura de lavagem disponibilizada pelas empresas SMP&B para dar aparência de legalidade aos recursos da campanha Eduardo Azeredo, bem como dificultar a origem e natureza desses valores.

II – destaca os eventos que subsidiaram o repasse dos recursos e afirma que tais valores não foram aplicados, na sua integralidade, nos eventos esportivos, mas sim, repassados à campanha de Eduardo Azeredo ou utilizados diretamente pela SMP&B para o pagamento de prestadores de serviço ou mão de obra empregados em favor do mencionado candidato.

III – descreve o *modus operandi* em relação à COPASA dizendo que o Secretário da Casa Civil, Eduardo Guedes, encaminhou ofício à direção desta empresa autorizando a mesma a “adquirir” a conta principal de patrocínio do “Enduro de Independência” no valor de R\$1.500.000,00. Este ofício foi substituído por outro, no qual a verba de patrocínio seria destinada, também, a mais dois eventos, o Iron Biker e o Supercross. Desta forma, o então

Diretor-Presidente, Ruy Lage, e Fernando Moreira, Diretor Administrativo, formalizaram o repasse.

IV – afirma dizendo que tais atos tinham a finalidade exclusiva de desviar os recursos para a campanha eleitoral de Eduardo Azeredo. No mesmo dia, a SMP&B Publicidade (e não a SMP&B Comunicação) emitiu nota fiscal atestando o valor o patrocínio referente apenas ao Enduro da Independência consistindo isto na prestação de contas.

V – esclarece que o depósito não foi feito na conta da empresa SMP&B Publicidade, que era quem emitiu a nota fiscal e detentora dos direitos de patrocínio do evento, mas sim, na conta da empresa SMP&B Comunicação, pessoa jurídica diversa.

VI – conclui dizendo que a operação ocorreu como uma etapa do desvio de recursos públicos em favor da campanha de Eduardo Azeredo, pois os laudos periciais comprovam a manobra realizada em razão da empresa SMP&B Comunicação estar livre de dívidas tornando o veículo perfeito para os crimes de peculato e lavagem de dinheiro.

VII – Transcreve parte do laudo pericial 1998/2006 – INC no qual consta o montante do recurso desviado e o valor por estatal, bem como o ínfimo valor detectado pelos expertos como destinado aos eventos esportivos.

VIII – argumenta que há prova de que o recurso da COPASA foi utilizado para saldar o contrato de empréstimo de nº 96.001137-1, celebrado entre a SMP&B e Banco Rural, no valor de R\$1.500.000,00, que, por sua vez, representou uma reforma do contrato de empréstimo de nº 96.00.1136-3, fato ratificado por Marcos Valério em depoimento na CPMI.

IX – ressalta que este valor coincide com o valor constante na lista elaborada por Cláudio Mourão, cuja veracidade foi atestada pelos peritos do Instituto Nacional de Criminalística.

X – sintetiza afirmando que a SMP&B, em julho de 1998, adiantou alta quantia à campanha de Eduardo Azeredo, obtida através de contrato de empréstimo firmado com o Banco Rural e, posteriormente, saldou tal dívida através do desvio do recurso público da COPASA, tratando-se o patrocínio de mero ardil para dar aparência de legalidade à empreitada criminosa.

XI – quanto à COMIG, assevera que o mesmo *modus operandi* foi empregado e o mesmo valor desviado, R\$1.500.000,00, iniciando com a remessa do ofício, a autorização do repasse por dirigentes da empresa e a emissão de nota fiscal pela SMP&B Publicidade. Destaca que a nota fiscal foi emitida no mesmo dia da autorização do governo para o repasse.

XII – destaca, ainda, que aqui também o recurso foi depositado na conta da SMP&B Comunicação, pessoa jurídica distinta da SMP&B Publicidade que é quem detinha direito de patrocínio do evento esportivo.

XIII – reporta ao referido laudo pericial dizendo que consta no mesmo que o primeiro repasse feito pela COMIG, no valor de R\$1.000.000,00, foi na quase totalidade sacado em espécie, cujo objetivo era evitar a identificação dos sacadores e destinatários, em um típico procedimento de lavagem de dinheiro. O segundo cheque, no valor de R\$500.000,00, após ser depositado na conta da SMP&B Comunicação destinou-se a cobrir despesas da campanha de Eduardo Azeredo.

XIV – quanto ao Grupo BEMGE, pondera que não houve qualquer justificativa oficial para o repasse de R\$500.000,00, sendo o mesmo fracionado em cinco cheques de R\$100.000,00, cada um, depositados no dia 1º de setembro de 1998. Aponta que não existem documentos justificando tais repasses e no verso de três deles consta que se destinam ao patrocínio do evento Iron Biker.

XV – descreve os elementos que comprovam a lavagem de dinheiro, como o contrato de mútuo n. 96.001136-3, cuja quitação foi feita através de outro empréstimo n. 96.001137-1, figurando como devedores solidários, em ambos, os acusados e o corréus Ramon Hollerbach e Clésio Andrade.

XVII – afirma que a saída de Clésio Andrade da SMP&B foi um ardil utilizado para não levantar suspeitas dos delitos de peculato e lavagem de dinheiro praticados em favor da campanha de Eduardo Azeredo.

XVIII – aponta que os próprios réus admitiram que o empréstimo de mais de dois milhões foi contraído para financiar a campanha de Eduardo Azeredo.

XIX – sintetiza o processo de lavagem de dinheiro como: formalização do contrato de mútuo 96.001136-3, revertido em benefício da campanha, bem com remunerar os responsáveis pela lavagem; formalização de outro contrato de mútuo 96.1137-1, utilizado para quitação do primeiro; e quitação deste último contrato com recurso da COPASA.

XX – Detalha a engenharia financeira realizada com os recursos oriundos da COMIG, transcrevendo o laudo pericial.

A defesa do acusado Marcos Valério, em alegações escritas de f. 11696/11705, requereu a improcedência da denúncia explicitando ser ele o acionista minoritário na sociedade, sendo os responsáveis pelo controle das empresas os corréus Ramon Hollerbach, Cristiano Paz e Clésio Andrade. Subsidiariamente, postulou pela aplicação da pena-base no seu grau mínimo, a aplicação de um regime compatível com a reprimenda imposta e o direito de recorrer em liberdade, aduzindo, em síntese:

I – inicia informando a composição societária da empresa SMP&B Comunicação Ltda antes da saída do corréu Clésio Andrade. Mais à frente, descreve a composição societária com a entrada da empresa Star Aliance Participações, afirmando que o controle desta empresa era dos corréus Ramon Hollerbach e Cristiano Paz.

II – afirma que a Star Aliance tornou-se dona da SMP&B Comunicação, DNA Propaganda, Carbo Companhia de Borracha e Itamarati Empresa de Transporte, todas possuindo Clésio Andrade como sócio.

III – tece considerações sobre os eventos e locais onde aconteceram.

IV – afirma que a SMP&B Publicidade tinha a conta da COPASA, desde o ano de 1994, e, por isto, a emissão da nota fiscal foi regular.

V – o acusado Cristiano e o corréu Ramon eram sócios das duas empresas, SMP&B Publicidade e SMP&B Comunicação, e que os recursos da primeira eram transferidos para a segunda conforme a realização dos eventos.

VI – assinala que a empresa IGE Voluation Stament certificou que os gastos dos eventos foram bem superiores ao afirmado pelo Ministério Público.

VII – tece considerações sobre os gastos dos eventos e conclui que não houve adiantamento para a campanha de Eduardo Azeredo.

VIII – quanto à COMIG, argumenta que os empréstimos não foram saldados, mas apenas renovados em vários contratos, não constituindo os patrocínios meio ardil para a prática de ilícitos, como afirma o Ministério Público.

IX – afirma que a marca BEMGE teve sua divulgação durante os eventos e que a empresa SMP&B Publicidade era quem detinha os contratos dos eventos e fazia pagamentos a

fornecedores.

X – ressalta que o contrato de mútuo de R\$2.300.000,00 foi celebrado para capital de giro da empresa e a data do empréstimo é bem anterior à campanha eleitoral de Eduardo Azeredo, seguindo seu fluxo natural, pagamento e renovação.

XI – os empréstimos no valor de R\$3.000.000,00, contraídos com o Banco Cidade, foram destinados ao pagamento de despesas dos eventos.

XII – o valor de R\$5.600.000,00 foram integralmente utilizados nas despesas dos eventos, inclusive o cheque para a empresa Tora Transporte que efetuou o transporte das motocicletas.

XIII – o documento imputado a Marcos Valério como autor foi falsificado por Nilton Monteiro.

A defesa do acusado Cristiano de Mello Paz, em alegações escritas, juntadas às f. 11717/11749, requereu a absolvição, com suporte no art. 386, III ou V, do CPP, aduzindo, em síntese:

I – faz uma breve síntese dos fatos e afirma que a prova testemunhal comprovou a grandiosidade dos eventos e seus gastos, a prática comum e reiterada de publicidade, inclusive de patrocínio no setor público e as particularidades dos contratos de patrocínio.

II – transcreve declarações de testemunhas ouvidas e afirma que os gastos dos eventos ultrapassaram a importância de um milhão e quinhentos mil dólares americanos.

III – argumenta que a SMP&B era detentora exclusiva da organização e promoção dos eventos e conclui dizendo que eles aconteceram com ampla repercussão comercial e midiática, de nível regional, nacional e internacional.

IV – transcreve declarações de testemunhas que afirmaram ser do interesse do Governo de Minas o patrocínio dos eventos esportivos e descreve o percurso dos participantes no Enduro da Independência.

V- conclui, assim, que o patrocínio dos eventos não era atividade estranha ao Estado na época dos fatos.

VI – ressalta da diferença entre contrato de patrocínio e contrato de publicidade e transcreve depoimentos de testemunhas neste sentido, bem como entendimentos do TCU e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

VII - menciona o laudo da empresa contratada IEG e cita partes nas quais seus subscritores apontam os benefícios adquiridos pelas empresas COMIG e COPASA com o patrocínio realizado.

VIII – afirma que não se pode concluir que o cheque emitido pela COPASA em favor da SMP&B Publicidade, responsável pela comercialização do Enduro da Independência, foi utilizado para quitar o contrato de mútuo 96.001137-1, pois na conta da referida empresa já existiam outros valores e os recursos variavam no dia a dia.

IX – quanto ao valor repassado pela COMIG, a afirmação ministerial de que o saque no montante de R\$800.000,00 foi destinado à campanha eleitoral não corresponde à prova colacionada, pois a empresa SMP&B movimentava quantias vultosas em sua conta-corrente, oriundas dos diversos contratos de publicidade que mantinha com vários clientes.

X – a marca BEMGE foi divulgada quando da realização do evento Iron Biker e, quanto à ausência de prestação de contas, a mesma não era obrigatória por ser contrato de patrocínio.

XI – quanto aos crimes de lavagem de dinheiro, aponta que a ausência da prática de peculato já desnatura tal delito. Assinala que o saque de valores obtidos através de contrato de mútuo não caracteriza o crime de lavagem de dinheiro, pois inexistiu ocultação ou dissimulação da origem dos recursos e a destinação se trata de ilação ministerial.

XII – explicita que, de acordo com a versão ministerial, o crime de lavagem teria ocorrido antes do crime de peculato, o que descaracteriza o primeiro.

XIII – assevera que inexistiram sofisticadas operações bancárias para dissimular a origem do dinheiro recebido, pois isto pode ser facilmente identificado até mesmo porque a movimentação foi realizada pelas próprias empresas.

XIV – destaca que a SMP&B era reconhecida no mercado e possuía grandes empresas como clientes. O acusado Cristiano exercia o cargo de Presidente na referida empresa e, por isto, não

era responsável pelas atividades relacionadas ao setor administrativo e financeiro da agência, citando, a seguir, declarações de testemunhas.

A defesa de Ramon Hollerbach, em alegações de f. 11.755/11.830, requereu o acolhimento da preliminar de incompetência da Justiça Estadual com remessa dos autos à Justiça Federal. Alternativamente, requereu o acolhimento da segunda preliminar com a declaração de nulidade do feito desde a decisão de desmembramento, com nova reunião dos processos desmembrados ou, alternativamente, a declaração de nulidade parcial dos interrogatórios a fim de que seja permitida às demais defesas questionamentos aos corréus. No mérito, requereu a absolvição, aduzindo, em síntese:

I – em preliminar, contrariedade à decisão do STF, pois a ordem do Ministro Joaquim Barbosa no sentido de que a competência para o julgamento era da Justiça Federal.

II – afirma que a competência para julgar os delitos de lavagem de dinheiro é da Justiça Federal dada a sua autonomia em relação ao crime anterior, bem como o fato de ter sido praticado contra o sistema financeiro e a ordem econômica.

III – pondera que existe conexão e continência entre os crimes de lavagem de dinheiro descritos na inicial e os crimes de lavagem de dinheiro descritos na denúncia formulada em face dos gestores do Banco Rural na Justiça Federal.

IV – argui, ainda, em preliminar que a separação dos autos feita pelo juízo violou o princípio da ampla defesa porquanto não foi permitido aos advogados participarem dos interrogatórios dos corréus.

V – no mérito, tece considerações acerca dos motivos pelos quais a empresa SMP&B Comunicação foi criada e afirma que o contrato de exclusividade dos eventos esportivos, celebrados entre a SMP&B Publicidade e a CBM, poderia ser modificado pelas partes, o que foi feito através da declaração da própria CBM.

VI – diferencia mídia espontânea e publicidade afirmando que a prestação de contas foi realizada.

VII – descreve os gastos dos eventos, a exposição das marcas e a repercussão midiática, dizendo ser equivocada a comparação das cotas de patrocínio principais com as cotas dos demais participantes.

VIII – menciona a auditoria especializada na qual foram relatados os gastos dos eventos e o retorno institucional aos patrocinadores.

IX – articula que os patrocínios foram para os três eventos e não para apenas um, razão pela qual os três constaram nas notas fiscais.

X – afirma que a versão do acusado de que o patrocínio abarcava os três eventos é a que mais se coaduna com a prova produzida e, quanto à coincidência das datas (emissão de notas fiscais e determinação de patrocínio) é absolutamente normal em qualquer negócio privado, que é antecedido por negociações, assim que há a aprovação a nota fiscal é emitida.

XI – argumenta que os eventos tiveram grande magnitude e o valor de R\$98.978,00 não corresponde aos valores gastos decorrentes dos recursos das estatais, pois mais de 163 milhões foram movimentados. Acrescenta que a maioria dos pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços foram feitos em dinheiro.

XII – quanto ao BEMGE articula que há provas nos autos comprovando a divulgação da marca, demonstrando que o patrocínio foi válido.

XIII – por fim, afirma que não há provas da materialidade do crime de peculato.

XIV – quanto à lavagem de dinheiro, assinala que a denúncia não descreve em que consistiu a conduta e, mais à frente, impugna tal fato dizendo que os empréstimos feitos para a campanha eleitoral foram quitados com recursos diversos e não foram objeto de peculato.

XV – transcreve parte do interrogatório no qual o acusado revela que o primeiro empréstimo referido na denúncia, destinado à campanha, foi feito para atender pedidos de Clésio Andrade e Walfrido dos Mares Guia e que aceitaram porque o primeiro figurou como fiador.

XVI – quanto ao segundo contrato de mútuo esclarece que apenas R\$400.000,00 foi utilizado para pagar o primeiro e os quase dois milhões restantes foram mantidos no caixa da empresa para gastos dos eventos.

XVII – esclarece que qualquer empresa tem o costume de constar créditos recebíveis como garantia em contratos (e não só a SMP&B).

XVIII – quanto ao recurso depositado na conta do acusado e demais sócios se tratou de *pro labore* e não remuneração pela prática de crimes.

XIX – quanto ao saque, em espécie, de R\$800.000,00, oriundos da COMIG, o laudo pericial não afirma que foi destinado à campanha, mas apenas que houve saque saque.

XX – quanto aos contratos de mútuo no valor de R\$3.000.000,00, cada um, aponta que a própria denúncia imputa a autoria ao corréu Marcos Valério e não ao acusado Ramon.

É o relatório. Decido.

2 – Fundamentação

Cuidam os autos de ação penal aforada pelo Ministério Público em face de **Marcos Valério Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz** imputando-lhes a prática, por duas vezes, do delito descrito no art. 312 c/c o art. 327, §2º, ambos do Código Penal (relativamente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e à Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG); cinco vezes, do delito descrito no art. 312 c/c o art. 327, §2º, ambos do Código Penal (relativamente ao Grupo Financeiro do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE: BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A); três vezes a prática do delito descrito no art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando-se os 3 (três) saques, em espécie, descritos no tópico II.6 da denúncia; por uma vez a prática do delito descrito no art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando a operação com empréstimo descrita no item II.6 da denúncia; e por duas vezes a prática do delito descrito no art. 1º, V, c/c o §4º, da Lei nº 9.613/98, considerando-se o saque, em espécie, e a operação com empréstimos, ambos descritos no item II.7, da denúncia, tudo na forma do art. 69 do Código Penal

Na mesma peça exordial foram denunciados Eduardo Brandão de Azeredo, Walfrido dos Mares Guia Neto, Cláudio Mourão da Silveira, Eduardo Pereira Guedes Neto, Clésio Andrade, Fernando Moreira Soares, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Jair Alonso de Oliveira, Sylvio Romero Perez de Carvalho, Renato Caporali, Lauro Wilson e Eduardo Pimenta Mundim pela prática dos crimes de peculato e lavagem de dinheiro, cujos desmembramentos foram determinados posteriormente.

Inexistentes causas extintivas da punibilidade, serão analisadas as preliminares arguidas pelo acusado Ramon Hollerbach..

Aduz que houve contrariedade à decisão do STF, na pessoa do Ministro Joaquim Barbosa, pois a ordem dada foi no sentido de que a competência para o julgamento era da Justiça Federal. Aduz, ainda, incompetência da Justiça Estadual, haja vista a conexão e a continência com o processo criminal ajuizado pela PGR contra os gestores do Banco Rural, que corre na Justiça Federal, bem como pelo fato do crime de lavagem de dinheiro ter sido cometido por meio de empréstimos fraudulentos em concurso com os delitos de gestão fraudulenta e temerária e nulidade da decisão que impediu a participação das defesas nos interrogatórios dos corréus, cerceando-as.

Razão não assiste ao defensor.

Após acolher pedido de desmembramento feito por alguns do corréus alegando que apenas o acusado Eduardo Azeredo possuía foro por prerrogativa de função, o Ministro Joaquim Barbosa simplesmente determinou a remessa dos autos à Justiça Federal, mas em nenhum momento fixou a competência da mesma para julgar os fatos apurados.

É cediço que os institutos da conexão e da continência, previstos nos arts. 76 e 77 do Código de Processo Penal, não são definidores da competência, mas sim, modificadores, pois provocam a atração para um juízo de feitos que poderiam ser julgados de forma separada. Na lição de Nestor Távora e Rosmar Rodrigues:

“a conexão e a continência estabelecem, em verdade, vínculos de atração, que permitem uma reunião processual de elementos que seriam passíveis de processos distintos, perante órgãos jurisdicionais diversos.” ¹

Embora entenda ser possível o reconhecimento superveniente da conexão e da continência com o intuito de reunir processos distintos, são necessários uma compatibilidade de fase processual e avocação dos autos da Autoridade de jurisdição prevalente.

No caso, o presente feito já se encontra em fase de sentença e alguns outros feitos desmembrados já foram sentenciados.

O Juízo de jurisdição prevalente teve oportunidade de se manifestar acerca da competência e acolheu, na íntegra, os argumentos expostos pelo Ministério Público Federal e declinou da competência ao juízo estadual.

Este, por sua vez, deu-se por competente e prosseguiu com o feito.

Conforme podemos verificar da inicial de f. 9122/9167, os fatos apurados nos autos de nº 2008.38.00.034953-0, em curso na Justiça Federal, dizem respeito a gestão temerária, gestão

fraudulenta e lavagem de dinheiro praticados por pessoas ligadas ao Banco Rural e os aqui apurados não dizem respeito à administração desta instituição financeira, mas sim, à apropriação e desvio de dinheiro público da COPASA, COMIG e GRUPO BEMGE e a respectiva lavagem para incrementar o caixa da campanha de Eduardo Azeredo no ano de 1988.

O fato de o Ministério Público Federal ter feito naqueles autos menção ao crime de peculado apurado nestes autos teve, tão somente, o objetivo de demonstrar a relação dele com os crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, quais sejam, gestão temerária e gestão fraudulenta imputados aos gestores do Banco Rural.

E isto não quer dizer que tais crimes devam ser apreciados pela Justiça Federal, pois, conforme já assinalado, a denúncia formulada no referido juízo diz respeito a outros crimes diversos do apurado nestes autos, não se falando em juízo natural ou possibilidade de decisões conflitantes.

Neste sentido, agiu com o acerto costumeiro a d. Juíza que, à época, presidia este feito em não suscitar o conflito de competência.

Ademais, mesmo se o fosse, a reunião de processos só é possível quando há compatibilidade de fases processuais e sequer há notícias da atual fase do feito que corre na Justiça Federal.

Por fim, o art. 82 do CPP dispõe que, em caso de conexão e continência, a Autoridade de Jurisdição prevalente deverá avocar os processos, o que não se aplica ao caso, não só em razão do entendimento deste juízo da inexistência da alegada conexão e continência, bem como também ser este o entendimento do juízo prevalente ao determinar a remessa dos autos à Justiça Estadual.

Ressalte-se, por oportuno, que os delitos de lavagem de capitais aqui apurado têm como crimes antecedentes os peculatos praticados contra o patrimônio do Estado de Minas Gerais. Para tal, o *modus operandi* consistiu no embaralhamento do recurso desviado com recursos lícitos a fim de facilitar o incremento do caixa do então candidato a reeleição Eduardo Azeredo, inexistindo o alegado concurso com os delitos de gestão fraudulenta e temerária dos gestores do Banco Rural, como entende a defesa, *permissa venia*.

Aplica-se, no caso, o disposto no art. 2º, III, 'b', da Lei 9.613/98.

Argúi, ainda, a defesa cerceamento por ter sido negado o pedido de formular perguntas no interrogatório dos corréus em razão do desmembramento feito às f. 11.428/11431 – vol. 52.

Na decisão referida, o juízo fundamentou nos seguintes termos “*Considerando a extrema complexidade da matéria tratada no presente feito, bom como a extensão de seus volumes e milhares de páginas, sendo ainda noticiado a esta magistrada quão tumultuadas foram as audiências realizadas no presente feito, considerando ainda a necessidade de análise profunda de cada uma das condutas delitivas, a fim de buscar maior efetividade e celeridade processual, tanto mais que um dos réus se encontra preso por outro processo, determino o seu desmembramento, nos termos do art. 80 do Código de Processo Penal, em três autos diversos, e o faço com base nos cargos ou funções ocupadas pelos réus à época dos fatos, quais sejam: 3.1) Renato Caporali Cordeiro e Lauro Wilson de Lima Filho, Diretores da COMIG; 3.2) Marcos Valério Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz, sócios das agências de publicidade DNA e SMP&B; 3.3) Eduardo Pereira Guedes Neto, Secretário Adjunto de Comunicação Social.*”

O art. 80 do Código de Processo Penal assim dispõe: “*Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.*”

O legislador, ao prever a separação facultativa, apontou que o número excessivo de acusados e “qualquer outro motivo relevante” autoriza o juiz a proceder ao desmembramento. No caso, a decisão encontra-se fundamentada, pois a existência de muitos réus, o tumulto processual causado até então, a efetividade e celeridade processuais motivaram a opção judicial.

Somente estes autos, após o desmembramento, já chegaram ao volume 55, sem contar os apensos. Por certo, a manutenção da unidade fulminaria, ainda mais, o princípio constitucional da duração razoável do processo, mormente se considerarmos que foi aforada uma exceção de incompatibilidade por um dos réus do processo desmembrado que resultou na paralisação daquele feito por mais de um ano.

E isto só serve à prescrição devendo o juiz diligenciar no sentido de impedi-la. Trata-se de uma faculdade do juiz como responsável único pela condução do processo.

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que em casos de demanda complexa e elevado número de réus (o dos autos) o desmembramento é medida que se impõe, mesmo em casos de associação criminosa.

“A jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de que o “elevado número de agentes demanda complexa dilação probatória a justificar o desmembramento do feito” (Inq 2578, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 18.9.2009), admitindo a “separação dos processos quando conveniente à instrução penal, (...) também em relação aos crimes de

quadilha ou bando (art. 288, do Código Penal)" (AP-AgR 336, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ 10.12.2004).

No mesmo sentido os Agravos Regimentais nas Ações Penais ns. 674, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJ 2.5.2013; e 493, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ 7.11.2008; os Agravos Regimentais nos Inquéritos ns. 3515, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ 14.3.2014; 2527, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ

26.3.2010; e 2471, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 26.3.2010; a Questão de Ordem no Inquérito n. 559, Relator o Ministro Octavio Gallotti, DJ 19.2.93; a Questão de Ordem na Petição n. 2.020, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 31.8.2001; a Questão de Ordem no Inquérito 675, Relator o Ministro Néri da Silveira, DJ de 25.3.1994.

E não destoa o nosso E. Tribunal de Justiça:

“APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO PELO DESMEMBRAMENTO DO FEITO - NÃO OCORRÊNCIA - NECESSIDADE DE SEPARAÇÃO DO PROCESSO EM RAZÃO DAS PARTICULARIDADES DOS AUTOS. PRELIMINAR REJEITADA. Nos termos do que dispõe o art. 80 do Código de Processo Penal, poderá o Juiz, em decisão fundamentada, determinar o desmembramento do processo quando a medida se revelar conveniente para evitar o prolongamento desnecessário do feito, ou, ainda, quando se estiver diante de algum motivo de acentuada relevância fática ou processual.(...)” (Apelação Criminal 1.0301.16.009956-2/001 0099562-56.2016.8.13.0301 (1) - Relator(a): Des.(a) Rubens Gabriel Soares - Data de Julgamento: 12/09/2017)

“PENAL E PROCESSO PENAL - HOMICÍDIO QUALIFICADO, TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E CORRUPÇÃO DE MENORES - PRELIMINARES DEFENSIVAS - NULIDADE DO JULGAMENTO - USO DE ALGEMAS - DECISÃO JUSTIFICADA - PEDIDO DE DESMEMBRAMENTO DO FEITO - INDEFERIMENTO - DESNECESSIDADE - ARTIGO 79 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - DEFICIÊNCIA NA QUESITAÇÃO - INOCORRÊNCIA - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - CASSAÇÃO DO VEREDICTO - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DA PENA-BASE - CABIMENTO - REPRIMENDA FIXADA DE FORMA EXACERBADA - RECURSO DO PRIMEIRO E DO SEGUNDO APELANTE PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO DO TERCEIRO APELANTE DESPROVIDO. 1. (...) O artigo 79 do Código de Processo Penal determina a unidade do processo e de julgamento em se tratando de conexão e continência, sendo faculdade do juiz o desmembramento do feito. (...)” (Apelação Criminal 1.0512.12.002319-1/001 0023191-39.2012.8.13.0512 (1) Relator(a): Des.(a) Pedro Vergara - Data de Julgamento: 01/03/2016)

A defesa alega, outrossim, que os atos processuais praticados desde a decisão de desmembramento devem ser declarados nulos, por ter sido impedida de participar e inquirir corréus em audiências realizadas.

Ora, o que a defesa pretendia, ao requerer sua participação nos autos desmembrados, era, na verdade, como bem salientou a magistrada na r. decisão, “criar uma situação de privilégio processual” e de uma figura inexistente no processo penal, qual seja, o terceiro interessado.

A ampla defesa não pode ser estendida da forma como quer o defensor a ponto de ser-lhe autorizado a produção de provas em outros autos. E a negativa disto, *permissa venia*, não é causa de nulidade.

Por fim, mesmo se declarasse a nulidade, de nada serviria, pois não é possível a participação em outros interrogatórios, pois os feitos já se encontram sentenciados e em grau de recurso.

Ante o exposto, rejeito as preliminares.

No mérito, analisar-se-á as condutas imputadas de forma separada para facilitar a argumentação.

2.0 - Peculato praticado em desfavor da COPASA

Consta na denúncia que o Secretário Adjunto da Casa Civil e Comunicação Social, o corréu Eduardo Guedes, a mando do então Governador Eduardo Azeredo, expediu ordem determinado à COPASA que adquirisse cota principal do evento Enduro Internacional da Independência, repassando-a à SMP&B Comunicação, o que foi acatado pelo presidente, Ruy Lage, e o diretor financeiro, Fernando Moreira. Consta, ainda, que não foram realizados quaisquer estudos técnicos sobre sua viabilidade ou custo-benefício. Posteriormente, de forma ardilosa, o patrocínio foi ampliado para mais dois eventos: Iron Biker – O Desafio das Montanhas - e o Campeonato Mundial de Supercross.

No mesmo dia do ofício expedido por Eduardo Guedes, 07/08/1998, a empresa SMP&B Publicidade emitiu nota fiscal pelo suposto patrocínio, demonstrando a certeza de que a COPASA acataria a ordem oriunda do secretário adjunto. Também neste dia foi celebrado um contrato de mútuo entre a referida empresa e o Banco Rural, restando indicado como uma das garantias do pagamento a mesma nota fiscal emitida pela SMP&B Publicidade contra a COPASA.

Salienta o *Parquet* que, embora a empresa SMP&B Publicidade possuía o direito exclusivo sobre o evento, a real beneficiária do valor repassado pela COPASA foi a SMP&B Comunicação, não vindo esta a prestar contas dos valores recebidos que foram desviados para a campanha à reeleição de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Consta dos autos (f. 1047 – vol. 05) que, no dia 07/08/1998, Eduardo Guedes, então Secretário Adjunto de Comunicação Social expediu ofício endereçado à COPASA autorizando-a a participar , mediante aquisição de cotas de patrocínio, dos eventos esportivos Enduro Internacional da Independência, *Iron Biker* – O Desafio das Montanhas - e Campeonato Mundial de Supercross, cujos projetos foram anexados ao referido ofício.

Consta do referido documento:

“(…) Este ano, o Governo do Estado decidiu agregar ao apoio institucional que tradicionalmente dá aos eventos, novos diferenciais de comunicação, aproveitando a oportunidade de falar diretamente para determinados segmentos formadores de opiniões e multiplicadores de conceitos que interessam ao Estado, como avanço das políticas públicas institucionais. Neste sentido, autorizo a COPASA participação nos três eventos do setor (Projetos em anexo), através de patrocínio (cota principal), visando o desenvolvimento de uma estratégia de difusão dos conceitos básicos de preservação ambiental, tema que interessa sobremaneira a essa Companhia, na medida em que trata de assuntos ligados aos mananciais e reservas que servem às cidades mineiras.”

O Curioso é que, ao contrário do afirmado pela defesa, até aquele ano, a COPASA nunca havia patrocinado tais eventos. Exatamente no ano de campanha eleitoral, o Governo de Minas Gerais deliberou ampliar os patrocínios, pois, nos anos anteriores, o patrocínio estatal ao evento Enduro Internacional da Independência era realizado exclusivamente pela Secretaria de Estado de Comunicação Social. Assim, Ruy Lage, então Presidente da COPASA, e Fernando Moreira Soares, então Diretor Financeiro e Administrativo da mesma empresa, prontamente e sem qualquer questionamento, autorizaram o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Mais curioso, ainda, é que a COPASA possuía agência de publicidade contratada e inexistem notícias de que a mesma tenha sugerido à direção o patrocínio dos eventos, caso, de fato, fosse do interesse da empresa tal investimento.

Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA na época dos fatos, foi ouvido na fase inquisitiva e afirmou que, inicialmente, não era favorável ao patrocínio do evento Enduro da Independência. Por isto, solicitou uma determinação por escrito da SECOM e não verbal, para que a empresa liberasse o valor do patrocínio. Informou ter sido presidente da referida empresa durante toda a gestão de Hélio Garcia e na gestão de Eduardo Azeredo, não se recordando de ter efetuado patrocínio de tal magnitude a nenhum outro evento no período em que esteve à frente da COPASA.

“... que a COPASA co-patrocinou, juntamente com outras empresas – CEMIG, COMIG, entre outras – os eventos ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA, MUNDIAL DO MOTOCROSS e IRON BIKER; que, inicialmente, não era favorável que o patrocínio fosse levado a efeito pela COPASA, solicitando, inclusive, determinação, por escrito, da Secretaria de Comunicação do Estado de Minas Gerais, para que a empresa efetuasse a liberação do patrocínio; que entendia que, pelo decreto existente, a SECOM é que tinha a capacidade de

efetuar toda a comunicação do governo; que, inclusive, a SECOM tinha licitado algumas empresas para atuar na área de comunicação e publicidade; que ficou estabelecido que a empresa ASA PUBLICIDADE ficaria com a conta de publicidade da COPASA; que não teve contato com nenhum representante da SMP&B Publicidade no caso do patrocínio da COPASA no ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA, em 1998; que havia solicitado um documento autorizador de alguém da SECOM, provavelmente o Sr. Eduardo Pereira Guedes Neto, não podendo afirmar com exatidão; que apresentado a cópia do documento de fls. 30 do Inquérito 2280-2/140-STF, datado de 07 de agosto de 1998, reconhece que este teria sido o documento recebido da SECOM, constando, inclusive a assinatura do declarante para encaminhamento interno dentro da empresa; que reconhece também o documento denominado comunicação interna, da ASAE, datado de 14.08.1998, tendo a sua assinatura acordando com o pagamento da nota fiscal no valor de R\$1.5000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) conforme autorização da SECOM, porém não se recorda se havia atentado para o fato de constar a empresa SMP&B COMUNICAÇÃO como favorecida pelo pagamento; que não se recorda se houve deliberação da diretoria da COPASA a respeito do pagamento da quota de patrocínio para o evento ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA/1998; que assuntos referentes a patrocínio tramitavam e eram de responsabilidade da ASAE – Assessoria de Apoio Empresarial, correspondente ao setor de comunicação da COPASA, dirigido pelo Sr. Henrique Bandeira de Melo; que no período do patrocínio do evento ENDURO DA INDEPENDÊNCIA, a COPASA tinha boa situação financeira; (...); que não se recorda de ter efetuado patrocínio de tal magnitude a nenhum outro evento no período em que esteve à frente da COPASA; que não houve nenhuma solicitação por parte de integrantes do governo para que atendesse ao patrocínio do Enduro da Independência, exceto o da SECOM” (f. 526/528, Volume 3);

Mesmo tendo sido presidente da empresa por tantos anos e nunca ter patrocinado tais eventos, Ruy José Vianna Lage acatou a ordem dada por Eduardo Guedes e, após a decisão do patrocínio, se licenciou de seu cargo na estatal em questão passando a se dedicar exclusivamente à campanha à reeleição do corrêu Eduardo Brandão Azeredo, a pedido dele próprio (f. 526/528, vol. 03).

Fernando Moreira Sales, Diretor Financeiro e Administrativo da COPASA, de março de 1995 a janeiro de 1999, afirmou à autoridade policial que, o mais provável, é que não tenha ocorrido prestação de contas dos valores repassados e muito menos licitação prévia para escolha da empresa SMP&B Publicidade Ltda. Afirmou, ainda, não ter tido notícia dos “projetos em anexo”, mencionados no ofício da SECOM para a COPASA, bem como da planilha dos custos do evento esportivo.

“(…) QUE se recorda de ter autorizado o pagamento da quantia de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 1998, a título de patrocínio, para a empresa SMP&B; (...) QUE este patrocínio foi solicitado pela Secretaria Estadual de Comunicação do Estado de Minas Gerais, através de ofício enviado ao presidente da COPASA/MG; (...) QUE tem conhecimento de que o numerário em questão foi repassado à Empresa SMP&B; (...) QUE não tem conhecimento de prestação de contas dos valores entregues pela COPASA/MG à SMP&B; (...) QUE não tem conhecimento da existência de prévia licitação para que a SMP&B fosse escolhida como responsável para o recebimento dos recursos da COPASA/MG a título de patrocínio; (...) QUE desconhece os critérios que determinaram a escolha da SMP&B; (...) QUE não teve acesso aos 'projetos em anexo' mencionados na carta enviada pelo secretário de estado EDUARDO PEREIRA GUEDES; QUE, portanto, não tomou conhecimento da planilha de custos do evento

que seria patrocinado pela COPASA/MG; QUE não tem conhecimento se a referida planilha de custos foi apresentada à empresa mineira de saneamento” (f. 440/442, Volume 3).

Henrique Bandeira de Melo, Diretor da ASAE – Assessoria de Apoio Empresarial, correspondente ao setor de comunicação da COPASA, ouvido por este juízo, às f. 10.354 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva, apenas modificando o trajeto do evento esportivo, acrescentando: “(...) não fez nenhum levantamento sobre custos, pois este fora encaminhado diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, assinado pelo Sr. Eduardo Guedes; que o depoente não tinha elementos suficientes para avaliar se a importância de um milhão e quinhentos mil reais era ou não exorbitante, uma vez que foi defendida pelo Governo do Estado de Minas Gerais e avaliada e aprovada pela direção da COPASA; que este foi o primeiro patrocínio feito pela COPASA “primeiro e único dessa monta”(...)”

Na fase inquisitorial (f. 1821/1826 – vol. 09), Henrique Bandeira declarou: “tem a dizer que o patrocínio foi autorizado pelo então Presidente da empresa, o Sr. RUI LAGE, e pelo diretor financeiro, o Sr. FERNANDO MOREIRA (...); que coordenou as ações de visibilidade da COPASA, tais como distribuição de material educativo, checagem da adesivação dos participantes com a marca COPASA, a citação da marca COPASA nos estandes e palanques de eventos (...); que pode afirmar que, no período em que trabalha na COPASA, ou seja, desde o ano de 1979, a COPASA não tinha patrocinado a tríade de eventos, não vindo a patrociná-los, também, nos anos posteriores a 1998; (...) que não fez qualquer avaliação prévia ou projeção de retorno de mídia ou qualquer outro retorno para embasar o oferecimento do patrocínio ou quantificação do respectivo valor, mesmo porque a decisão sobre a concessão do patrocínio não foi previamente consultada pela direção à área competente, que era a ASAE- ASSESSORIA DE APOIO EMPRESARIAL - da qual o DECLARANTE era responsável; que não lhe foi solicitada a realização de qualquer estudo técnico prévio que embasasse a tomada de decisão, bem como a definição do valor da cota de patrocínio ou do custo-benefício da participação da empresa nos eventos; que se recorda que os eventos foram divulgados por meio de outdoors, camisetas promocionais, não se recordando, no momento, de chamadas de mídia radiofônica ou televisiva pagas, mas se recorda da divulgação por meio de mídia espontânea, por meio de rádio, televisão e jornais escritos (...) que até onde sabe o declarante, a COPASA não fez nenhum tipo de acompanhamento ou verificação da aplicação dos recursos pela SMP&B; (...); que a COPASA patrocinou, entre outros, os seguintes eventos esportivos: Copa do Mundo de Natação, em 2005 e 2006, Volta Internacional da Pampulha em 2004 (...); que dentre os referidos eventos, acredita que o maior valor de patrocínio oferecido pela COPASA tenha sido de cerca de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais); que não se recorda de nenhum outro evento patrocinado pela COPASA que tenha havido participação da SMP&B Publicidade”

Diante de tais declarações a defesa quedou-se inerte em demonstrar a existência de contrato de patrocínio, avaliação técnica, levantamento de custos e prestação de contas do volume investido à empresa, mesmo que a mesma tenha consistido na simples prova da realização do evento e a divulgação da marca COPASA.

E também nem poderia, pois inexistiram, conforme declarou a testemunha. Após trabalhar tantos anos na COPASA viu, pela primeira vez, investimento tão vultoso em eventos esportivos, ocorrido somente no ano de 1988. Nem poderíamos dizer que o valor se refere ao fato de tratar-se de eventos internacionais, pois a testemunha declarou eventos de grande porte, patrocinados pela COPASA, e o maior valor até então era de R\$400.000,00. Acrescente-se que, nos anos seguintes, não foi do interesse da empresa voltar a investir em tais eventos, sinalizando a ausência do retorno apontado pelos acusados.

É dizer. Restou claro que a direção da empresa cumpriu a ordem dada por Eduardo Guedes que, por sua vez, tinha ciência do destino daquele repasse, favorecer a campanha do Governador Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Prosseguindo na análise probatória, observa-se que no mesmo dia em que houve o encaminhamento do ofício, a SMP&B Publicidade emitiu a Nota Fiscal nº 002658 (f. 1048 – vol. 05). Porém, o recurso foi repassado à empresa SMP&B Comunicação, pessoa jurídica diversa.

Os peritos do Instituto Nacional de Criminalística afirmaram que a empresa SMP&B Comunicação Ltda foi a real beneficiária do pagamento feito no dia 24 de agosto de 1998 (f. 51 – apenso 24), menos de 15 (quinze) dias antes do evento Enduro Internacional da Independência.

Tais fatos, aliados às declarações do Presidente Ruy Lage de ter “*solicitado um documento autorizador*”, de Fernando Sales, Diretor Financeiro e Administrativo, de “*que este patrocínio foi solicitado pela Secretaria Estadual de Comunicação do Estado de Minas Gerais*” e Henrique Bandeira de Melo, Diretor da ASAE, de que “*não fez nenhum levantamento sobre custos, pois este fora encaminhado diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, assinado pelo Sr. Eduardo Guedes*” formaram nossa convicção de que os acusados sabiam que a “autorização” do patrocínio dada pela SECOM seria recebida pela COPASA como uma ordem.

A certeza de obediência tornou-se mais robusta quando os acusados deram, no mesmo dia 07 de agosto de 1998, a mencionada nota fiscal (f. 1.048, Vol. 05) em garantia do Contrato de Mútuo 96.001137-1, com as seguintes especificações (Laudo pericial 1998/2006, f. 31, Apenso 24):

“Contrato de mútuo nº 96.001137-1

Credor: Banco Rural S/A, CNPJ nº 33.124.959/0001-98

Devedor: SMP&B Comunicação Ltda., CNPJ nº 01.322.078.0001-95

Intervenientes garantidores e devedores solidários: CLÉSIO SOARES DE ANDRADE, CPF nº 154.444.906-25; MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA, CPF nº 403.760.956-87; RAMON HOLLERBACH CARDOSO, CPF nº 143.322.216-72; CRISTIANO DE MELLO PAZ, CPF nº 129.449.476-72

Valor principal da operação: R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais)

Valor líquido creditado: R\$2.259.948,68 (dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

Data da operação: 7 de agosto de 1998

Garantias: Nota Promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$2.990.000,00 (dois milhões, novecentos e noventa mil reais); caução de duplicatas 103 sacadas contra a TELESP no valor de R\$2.454.563,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais) e contra a COPASA no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

Data do vencimento: 24 de agosto de 1998”.

Os três atos realizados de forma concatenada, e no mesmo dia, só fortalece nossa certeza da existência de conluio entre os acusados e os demais no desvio do dinheiro público.

O acusado Eduardo Guedes, ao prestar declarações à Justiça Eleitoral, inclusive acompanhado de seu advogado, estando presente o advogado da coligação, disse “*(...) que para tratar da promoção dos eventos teve encontros com o Sr. Cristiano, com o Sr. Ramon, com o Sr. Cássio e com o Sr. Mateus; que os encontros com o pessoal da SMP&B se deram entre dois a três meses antes da deliberação de se efetivar o patrocínio (...)*” (f. 1015/1018 – vol. 05)

Se houve reunião três meses antes entre os acusados Cristiano, Ramon e Eduardo Guedes por qual motivo se esperou a aproximação dos eventos para que os envios dos ofícios às empresas fosse operacionalizado? A única resposta possível era que, dado a exiguidade do tempo, os diretores não se obrigariam a submeter os projetos aos setores jurídicos e de comunicação das empresas, pois, por certo, os técnicos não os aprovariam tendo em vista a desproporcionalidade dos valores e o duvidoso interesse.

O que nos causa estranheza é a escolha de três empresas lucrativas do Estado de Minas Gerais e, inclusive, as que compunham o Grupo BEMGE, que já tinham sido saneadas para serem alienadas na época do evento. E mesmo se isto não tivesse acontecido, o Iron Bike não tem nenhuma conexão com o objeto das instituições financeiras que justificasse o patrocínio.

Impende ressaltar que o evento Enduro Internacional da Independência era produzido pela Confederação Brasileira de Motociclismo que firmou contrato de exploração com a empresa SMP&B Publicidade Ltda, assegurando-lhe o direito exclusivo de promovê-lo e comercializá-lo, mas a beneficiária do repasse foi a SMP&B Comunicação, pessoa jurídica distinta.

O documento referido pela defesa de Ramon (f. 1083 – vol. 05) no qual a CBM declara que o evento Enduro Internacional da Independência, Mundial de Motocross e Mundial de Supercross são de responsabilidade e comercialização de suas cotas de patrocínio da SMP&B Comunicação, não pode ser tido como alteração do contrato de exclusividade celebrado entre a referida confederação e a empresa SMP&B Publicidade. A forma prevista no pacto (item 17 das f. 1080 – vol. 05) é que qualquer alteração deve ser por escrito e assinada por ambas as partes e em nenhum lugar tal declaração diz que se trata de uma modificação do contrato original.

Ao que tudo indica, o presidente da CBM se equivocou em colocar SMP&B Comunicação em vez de SMP&B Publicidade na declaração, conclusão corroborada pelo fato da nota fiscal ter sido emitida pela SMP&B Publicidade e não SMP&B Comunicação. Se, de fato, tivesse ocorrido a cessão, não haveria nenhum impedimento da emissão da nota fiscal pela real prestadora de serviço, a SMP&B Comunicação.

Clésio Andrade revelou que situação financeira da empresa SMP&B Publicidade Ltda era crítica e, por este motivo, constituíram a empresa SMP&B Comunicação Ltda, sendo que a primeira assumiu todo o passivo. Esta é a explicação do dinheiro repassado pela COPASA ter ido para conta da SMP&B Comunicação Ltda.

“(…) Marcos Valério comentou com o declarante que seria representante de Cristiano Paz e Ramon Cardoso, sócios da empresa SMP&B PUBLICIDADE LTDA.; (...) que Marcos Valério apresentou a situação financeira da SMP&B PUBLICIDADE, quando percebeu um volume muito grande de dívidas; que estas dívidas chegavam ao montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais); que algum tempo depois recebeu um novo contato de Marcos Valério, que compareceu pessoalmente em seu escritório para apresentar uma nova proposta; que a proposta previa a criação de uma nova empresa, em Belo Horizonte, que mais tarde veio a se chamar SMP&B COMUNICAÇÕES; que a antiga empresa, SMP&B PUBLICIDADE, permaneceria com o passivo a ser gerido por Marcos Valério e seus sócios; que o declarante passaria a ser proprietário de 50% das quotas da SMP&B COMUNICAÇÕES e da SMP&B SÃO PAULO PROPAGANDA; que pagou R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) por esse negócio (...) que desta forma foi constituída a SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA., sendo que o ingresso do declarante nessa empresa deu-se através da C. S. ANDRADE PARTICIPAÇÕES, posteriormente denominada HOLDING BRASIL S/A; (...) que a gestão da empresa ficou sob a responsabilidade de Marcos Valério e dos demais sócios; (...) pode afirmar que a SMP&B PUBLICIDADE foi desativada com a constituição da SMP&B COMUNICAÇÃO; (...) que, em 1997, Marcos Valério solicitou ao declarante e aos demais sócios da SMP&B COMUNICAÇÃO que adquirissem a empresa DNA PROPAGANDA, na época em dificuldades financeiras; (...) que a DNA PROPAGANDA possuía contratos com instituições estaduais e federais, não sabendo precisar quais...” (f. 623/631, Volume 3).

Esta afirmação foi confirmada pelos acusados ao serem indagados por este juízo o motivo pelo qual a SMP&B Comunicação foi constituída.

O acusado Cristiano disse a este juízo *“a única maneira dele (Clésio) ser sócio era criar uma nova razão social, porque a outra estava com muita dificuldade financeira, não tinha ainda pedido de falência”*.

Marcos Valério, por sua vez, esclareceu na fase do contraditório *“uma tava totalmente quebrada e ai criou-se uma empresa nova.”*

E Ramon Hollerbach confirmou tais declarações ao ser indagado sobre esse ponto *“Depois essa empresa (SMP&B Publicidade) nós deixamos ela em stand by, ou seja, em um processo que ela existia mas não operava e ficamos com a SMP&B Comunicação para resolver os problemas da antiga.”*

A testemunha Helvécio Aparecida Ribeiro, ouvida às f. 10.261 – vol. 47, ratificou em juízo suas declarações prestadas na fase de inquérito (f. 4.408/4.410 – vol. 20, apenas corrigindo o valor despendido com a parte técnica que foi de R\$49.111,70. Afirmou que nada justificaria o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) pela COPASA ao evento Enduro Internacional da Independência de 1998, pois os gastos totais, conforme previsão interna do TCMG, não ultrapassariam R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).

“(…) que atuou como colaborador e diretor técnico do evento Enduro da Independência nos anos de 1992 até 1995, ficando afastado no ano de 1996, retornando no ano de 1997; que no Enduro da Independência de 1998, atuou como levantador técnico, estado à frente das atividades do TCMG neste ano, como presidente da entidade; (...) que os dispêndios financeiros com a parte técnica do Enduro da Independência no ano de 1998 ficou na faixa de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) (...); que o valor recebido pelo TCMG, repassado a SMP&B e depois da realização do evento retornava 20% do total arrecadado para os cofres da entidade, sendo este valor o único lucro financeiro do TCMG em relação ao evento; (...) que não teve conhecimento do valor dos gastos realizados pela SMP&B para a produção e promoção do Enduro da Independência, mas que nos bastidores do TRAIL CLUB acreditava-se que tais gastos não chegariam ao montante de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) (...); que, na época do evento, não teve conhecimento que a SMP&B tinha obtido patrocínio da COMIG e da COPASA, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) cada, totalizando R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); (...) que os valores arrecadados foram bem superiores aos gastos com a parte técnica e a produção do evento; que se tais recursos tivessem sido aplicados no Enduro da Independência, (...) possibilitaria a realização de vários outros enduros, recuperação de trilhas, além do desenvolvimento de políticas voltadas para o meio ambiente e ainda ajuda a comunidades carentes; (...) que em relação à divulgação do evento não se recorda de mídia televisiva paga, tendo conhecimento apenas de mídia televisiva espontânea do evento, não se recordando, também que nestas incursões fossem divulgados os nomes dos patrocinadores do Enduro da Independência de 1998...”

A testemunha René Pinheiro Assunção, ouvida às f. 2.113- vol. 10, economista da SMP&B de julho de 1996 a novembro de 1999, esclareceu que, para os eventos esportivos Enduro Internacional da Independência, *Iron Biker – O Desafio das Montanhas* e Campeonato Mundial de Supercross, ocorridos em 1998, foram vendidas 3 (três) cotas de patrocínio, cada uma no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Informou que uma das cotas foi adquirida pela HONDA, outra, talvez, pela TEXACO e a restante por empresas da Administração Pública Estadual Indireta, entre elas a COPASA. É dizer, o patrocínio da COPASA, desconsiderando as demais, não ultrapassaria o montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

“Que trabalhou como economista nas empresas RB CONSULTORIA E PLANEJAMENTO, FIAT AUTOMÓVEIS (estágio) e SMP&B, no período de julho de 1996 a novembro de 1999; (...) que, em relação aos eventos, IRON BIKER, MUNDIAL DE MOTOCROSS 250 CC e ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA, recorda-se da participação da HONDA com a cota de patrocínio no valor de R\$300.000,00, salvo engano, tendo também a participação da TEXACO e a cota do Governo por meio de empresas da Administração Indireta (CEMIG e/ou COPASA); (...) que a SMP&B era responsável por todas as despesas dos eventos, desde a

alimentação do pessoal do apoio, contratação de seguranças, montagens das pistas, etc; que acredita que, em 1998, os valores das despesas tenham alcançado o valor montante de R\$600.000,00 e que tenha sido vendido três cotas de patrocínio no valor R\$300.000,00; (...) que não se recorda de ter recebido ou de ter entrado no caixa da empresa as cotas de patrocínio de R\$1.500.000,00 da COPASA, R\$1.500.000,00 da COMIG e R\$500.000,00 do BEMGE; que GIL CANAÃ passava para o depoente a planilha de custos dos eventos, verificava se já tinha entrado recursos das cotas do patrocínio e determinava os pagamentos das despesas de acordo com o fluxo de entrada de recursos; que a margem de lucro auferida pela SMP&B com o evento não era alta; que não sabe como a SMP&B aplicou cerca de R\$4.000.000,00 em, aproximadamente, quinze dias anteriores ao evento ENDURO DA INDEPENDÊNCIA (...); que acredita que a estrutura de despesas dos eventos não justificaria os gastos de cerca de R\$4.000.000,00 em 1998; (...)" (f. 2.113/2.116 – Vol. 10).

Lincoln Miranda Duarte, Presidente da Confederação Brasileira de Motociclismo desde o ano de 1994, informou que o Enduro Internacional da Independência é realizado há quase vinte anos e organizado pelo TRAIL CLUB DE MINAS GERAIS. Disse que a SMP&B é a promotora do evento há mais de quinze anos e a Confederação Brasileira de Motociclismo participou das negociações para a realização da competição. Informou sobre a estrutura oferecida aos participantes:

“... que a estrutura oferecida aos pilotos participantes do enduro é mínima, já que o mesmo é responsável pelos seus gastos; que o piloto paga uma taxa de inscrição para o TRAIL CLUB/MG para participar do Enduro da Independência; (...) sequer tinha conhecimento do valor de quatro milhões de reais possivelmente angariados pela SMP&B para realização daquele evento; que de fato, fazendo uma análise de tais valores, e sabendo que em 1998 o real tinha um valor próximo ao dólar americano, realmente o evento saiu muito caro...” (f. 1.813/1.817).

Acrescente-se que a nota fiscal Nota Fiscal 002658 (f. 1.048 – vol. 05), era manifestamente “fria”, porquanto emitida sem a correspondente prestação de serviços pela empresa SMP&B Publicidade Ltda, uma vez que a mesma não estava em efetivo funcionamento em razão das dívidas contraídas que a inviabilizaram.

Os peritos do Instituto Nacional de Criminalística afirmaram que a empresa SMP&B Comunicação Ltda foi a real beneficiada do pagamento feito no dia 24 de agosto de 1998 (f. 51 – apenso 24), menos de 15 (quinze) dias antes do evento Enduro Internacional da Independência.

Prosseguem os peritos no mencionado laudo:

“163. De acordo com comunicação interna da COPASA, CI ASAE-037/98, de 14/08/98, o valor de R\$1.500.000,00 foi destinado ao pagamento da Nota Fiscal nº 002658, à SMP&B Comunicação, referente ao patrocínio do Enduro Internacional da Independência, em 1998.

164. Os recursos desse depósito de R\$1.500.000,00, juntamente com outro depósito proveniente da DNA Propaganda, de R\$1.000.000,00, em 24/08/98, foram utilizados para pagamento de empréstimo no valor de R\$2.300.000,00, conforme mencionado no Quadro 28 e parágrafos 104 e 105.” (f. 51 – apenso 24).

“Quadro 28 – Origem dos recursos utilizados na liquidação

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Origem	Banco	Agência	Conta
A	24/08/98	Depósito	902221	R\$1.000.000,00	DNA Propaganda	453	009	60022414
B	24/08/98	Depósito ch 48h	902254	R\$1.500.000,00	Copasa	641	048	

104 – O item A refere-se a depósito de cheque no valor de R\$1.000.000,00, proveniente da DNA Propaganda, conta corrente nº 06.002241-4, agência 009, Banco Rural. Na conta corrente nº

06.002241-4, esse saque foi suportado por recursos oriundos do contrato de mútuo no valor de R\$9.000.000,00, conforme analisado no Quadro 07.

105 – O item B refere-se a depósito de cheque no valor de R\$1.500.000,00, emitido pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Copasa, CNPJ 17.281.106/0001-03, sacado contra a conta-corrente nº 041-041002-0, agência 048, Banco Excel Econômico. Esse valor foi proveniente da nota fiscal nº 2658, no valor de R\$1.500.000,00, emitida em 07/08/98, pela SMP&B Publicidade, contra a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, contendo discriminação dos serviços, cota principal de patrocínio do Enduro Internacional da Independência – 98.”

O contrato de empréstimo referido acima pelos peritos, trata-se do contrato de nº 96.001137-1, celebrado entre o Banco Rural e a empresa SMP&B, utilizado para reforma do contrato de mútuo nº 96.001136-3, pactuado entre as mesmas partes. Ambos foram retratados no laudo a partir dos quadro 25 e seguintes (f. 30 e seguintes – apenso 24):

“Quadro 25 – Contrato de mútuo nº 96.001136-3 (item 20 do Quadro 02)

Credor	Banco Rural S.A, CNPJ 33.124.959/0001-98
Devedor	SMP&B Comunicação Ltda CNPJ 01.322.078.0001-95
Intervenientes garantidores e devedores solidários	Clésio Soares Andrade, CPF 154.444.906-25 Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Ramon Hollerbach Cardoso, CPF 143.322.216-72 Cristiano de Mello Paz, CPF 129.449.476-72
Valor principal	R\$2.300.000,00
Valor líquido creditado	R\$2.278.796,36
Data da operação	28/07/98
Garantias	Nota promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$2.990.000,00 Caução de duplicatas sacadas contra a Telesp no valor de R\$2.830.000,00
Data do vencimento	06/08/98

95. No borderô fornecido pelo Banco Rural, constam 03 (três) títulos emitidos pela SMP&B Comunicação contra a Telesp, com vencimento em 06/08/98, totalizando R\$3.030.000,00, sendo os títulos 4525, 4526 e 4527, nos valores de R\$1.120.000,00, R\$986.000,00 e R\$924.000,00, respectivamente. Nota-se que o valor total dos três títulos diverge da documentação suporte do empréstimo. Destaca-se que esses títulos não constam da relação de notas fiscais enviada a exame, emitidas pela SMP&B Comunicação contra a Telesp, e não foram localizados no período seus pagamentos.

96. O valor líquido de R\$2.278.796,36 do contrato de mútuo em análise foi creditado em 28/07/98, na conta-corrente nº 06.002289-9, agência 009, Banco Rural, titularidade de SMP&B Comunicação Ltda. e coincide com o valor apontado na "Lista Cláudio Mourão".

97. Embora apresentasse saldo inicial e tenham ocorrido no período outros ingressos, cabe revelar que, nos dias subseqüentes à liberação dos recursos, foram realizados débitos que totalizaram R\$2.278.796,53, diferença apenas nos centavos do valor líquido disponibilizado, para os seguintes beneficiários:

Quadro 26 – Débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9 entre 28/07 a 30/07/98

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Favorecido	Banco	Agência	Conta
A	28/07/98	Cheque	189017	350.000,00	Saque em espécie	-	-	-

B	28/07/98	Cheque Pagto. obg	189018	375.750,00	Alcides Guerreiro	-	-	-
C	29/07/98	Cheque	189046	1.196.002,53	Saque em espécie	-	-	-
D	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Renilda Maria Santiago F. De Souza	479	0016	34524202
E	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Ramon Hollerbach Cardoso	479	0016	34162910
F	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Cristiano de Mello Paz	479	0016	34208908
G	30/07/98	Cheque	189045	26.761,00	Saque em espécie	-	-	-
H	90/07/98	Cheque	189047	250.000,00	Saque em espécie	-	-	-
				2.278.796,53				

1Curso de direito processual penal/Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 11 ed. rev., ampl. e atual. - Salvador. Ed. JusPodivm, 2016 p. 432

98. Os itens A, C, G e H, que totalizaram R\$ 1.822.763,53, referem-se a saques em espécie, por meio de cheque nominal a SMP&B Comunicação. Conforme documento denominado CONTROLE DE TRANSAÇÕES EM ESPÉCIE, fornecido pelo Banco Rural, esses saques destinaram-se a pagamentos de diversos compromissos de responsabilidade da SMP&B Comunicação.

99. O item B refere-se à ordem de pagamento enviado ao Banco Rural, agência 037 - Avenida Paulista - São Paulo-SP, em favor de Alcides Guerreiro, CPF 037.838.988-20, identificado com base nos documentos de suporte analisados.

100. Com previsão de vencimento em 06/08/98, o contrato de mútuo foi liquidado, em 07/08/98, no valor de R\$2.308.144,30, após liberação do valor, referente ao contrato de reforma nº 96.001137.1, de 07/08/98, no valor de R\$2.300.000,00, analisado no Quadro 27.

101. Em relação à garantia oferecida a esse empréstimo, títulos emitidos contra a Telesp, não foram localizados pagamentos em favor da SMP&B São Paulo no período, referentes ao valor em questão. Ressalta-se ainda que o valor líquido do empréstimo coincide com o valor apontado na "Lista Cláudio Mourão".

Quadro 27 – Contrato de mútuo nº 96.001137-1 (item 21 do Quadro 02)

Credor	Banco Rural S.A, CNPJ 33.124.959/0001-98
Devedor	SMP&B Comunicação Ltda CNPJ 01.322.078.0001-95
Intervenientes garantidores e devedores solidários	Clésio Soares Andrade, CPF 154.444.906-25 Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Cristiano de Mello Paz, CPF 129.449.476-72 Ramon Hollerbach Cardoso, CPF 143.322.216-72
Valor principal	R\$2.300.000,00
Valor líquido creditado	R\$2.259.948,68
Data da operação	07/08/98
Garantias	Nota promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$2.990.000,00
Data do vencimento	24/08/98

102 – O valor líquido de R\$2.259.948,68 do contrato de mútuo em análise foi creditado em 07/08/98, na conta-corrente nº 06.002289-9, agência 009, Banco Rural, de titularidade da SMP&B Comunicação, quando apresentada saldo de R\$1.989.480,04. Foi utilizado para reforma do contrato de mútuo nº 96.001136-3, de 28/07/98, analisado a partir do Quadro 25.

103 – Esse mútuo foi liquidado na data do vencimento, 24/08/98, pelo valor de R\$2.300.000,00. Em 24/08/98, evidencia-se que o saldo inicial da conta era de R\$336.462,06 e final de R\$440.361,29, tendo ocorrido dois créditos que suportaram o pagamento”

Tais créditos são os descritos no quadro 28 acima detalhado.

Desta análise pericial restou claro que o crédito oriundo do primeiro contrato de mútuo acima mencionado possibilitou saques em espécie de vultosos valores, logo após a liberação do recurso, e transferências para contas do acusado Cristiano e de Renilda Maria Santiago F. de Souza (esposa do acusado Marcos Valério).

Ao contrário do afirmado pela defesa de Ramon, os peritos seguiram a trilha do dinheiro, possibilitando nossa conclusão acerca do desvio dos recursos públicos que deveriam ter sido empregados nos eventos esportivos.

E, ainda, ao contrário do afirmado pela defesa de Ramon, as testemunhas ouvidas, que estão envolvidas em tais eventos por tantos anos, afirmaram que eles não ficaram tão altos como querem nos fazer crer os acusados.

O estranho é que, embora a defesa de Ramon tenha dito que muitos dos prestadores de serviço foram pagos em dinheiro, não trouxe nenhum deles a este juízo para confirmar tal fato. Trouxe testemunhas que falaram da imensa divulgação do evento e da irreparável conduta dos acusados (profissional e pessoalmente).

Conclusão: o dinheiro público, R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), foi entregue pela COPASA, sem contrato de patrocínio, avaliação técnica, levantamento de custos e discussão acerca da viabilidade, à empresa SMP&B Comunicação Ltda, de propriedade dos acusados, que sequer era a detentora do direito exclusivo de exploração do evento. Por sua vez, esta empresa não emitiu nota fiscal ou prestou contas do destino do dinheiro repassado, embora a defesa de Ramon afirme que houve prestação de contas..

Marcelo Siqueira, então Presidente da COPASA, respondeu ao Ministério Público (f. 201 - vol. 25), após requisição (f. 194/195 – vol. 25), que o pagamento do patrocínio foi feito “*mediante a contra-apresentação, por parte da SMP&B Comunicação Ltda, da Nota Fiscal 002658*” (f. 1.048 – vol. 5 STF).

Quanto à contratação informou “*No que diz respeito à contratação da empresa SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA, esclarecemos que a COPASA jamais contratou seus serviços. Restringiu-se, apenas, por determinação da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme comprova o documento anexo, firmando pelo então Secretário Adjunto Eduardo Pereira Guedes Neto, a repassar à aludida empresa a importância de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para patrocínio do “Enduro da Independência”.*”

No laudo pericial já referido (f. 59 – Apenso 24), os expertos, na análise da documentação bancária oriunda da quebra de sigilo da conta-corrente 06.002293-7, de titularidade de empresa SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA, mantida no BANCO RURAL S/A, identificaram poucos pagamentos, realizados em 1998, relacionados a entidades que poderiam ter vínculos com os eventos esportivos. Afirmaram que os pagamentos, somados, atingiram o montante de R\$98.978,00 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e oito reais), conforme o quadro a seguir.

“Quadro 50 – Entidades vinculadas a setor esportivo

Data	Histórico	Documento	Valor	Favorecido
26/08/98	Ch. comp. maior V	190020	47.278,00	Confederação Brasileira de Motociclismo
11/11/98	Ch. comp. maior V	246671	10.000,00	Confederação Brasileira de Motociclismo
23/07/98	Cheque	189905	12.000,00	Trail Clube Minas Gerais
31/08/98	Ch. comp. maior V	190029	14.900,00	Trail Clube Minas Gerais
24/08/98	Ch. comp. maior V	190009	14.800,00	Trail Clube Minas Gerais
	Total		98.978,00	

Há nos autos documentos que revelam valores despendidos por outros patrocinadores, públicos e privados, BANCO DO BRASIL S/A - R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (f. 5.506 – vol. 25 STF), HONDA – R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) (f. 5516/5.517 – vol. 25 STF) e PETROBRAS - R\$157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) (f. 5.155/5158 – vol. 24

STF), que demonstram a enorme diferença do valor empenhado pela COPASA, mesmo tendo ela adquirido uma das cotas principais.

Vale registrar os valores investidos até então pelo Estado de Minas Gerais, conforme constou do Relatório Final dos Trabalhos da CPMI dos Correios (f. 6.571 – vol. 31 STF) eram infinitamente inferiores: “O exame técnico constatou que a participação financeira do governo no evento Enduro foi feito, até 1998, diretamente pela SECOM, por meio dos seguintes valores: R\$50.000,00 em 1995; R\$50.000,00 em 1996; e R\$250.000,00 em 1997; e saltou para R\$3.000,000 em 1998. Ainda, de acordo com a equipe técnica: “a cota patrocínio para esse evento, no ano de 1998, sofreu aumento nominal na ordem de 1.100%, em relação ao exercício de 1997 e de 5.900% em relação aos exercícios de 1995 e 1996”

Acrescente-se que, do ponto de vista do Direito Administrativo, regras também restaram violadas.

Embora o caso não resulte na necessidade da realização da licitação, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93, era exigível a formalização do contrato de patrocínio, mormente se considerarmos a vultosa quantia empenhada, o que não foi feito.

Neste sentido, restou materialmente demonstrado que o recurso repassado pela COPASA, no montante de R\$1.500.000,00, à empresa SMP&B Comunicação foi desviado para a campanha de Eduardo Azeredo e de Clésio Andrade.

2.1.2 - Peculato praticado em desfavor da COMIG

Consta na denúncia que o corrêu Eduardo Guedes, então Secretário Adjunto de Estado da Casa Civil e Comunicação Social da Secretaria de Estado de Comunicação, determinou à COMIG que patrocinasse o evento Enduro Internacional da Independência, adquirindo cota principal no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), devendo ser repassado à SMP&B Comunicação, o que foi acolhido pelos diretores José Cláudio, Lauro Wilson e Renato Caporali, sem qualquer avaliação técnica do retorno de tal patrocínio.

Posteriormente, e de forma ardilosa, para justificar o vultoso montante, o patrocínio foi ampliado para mais dois eventos: Iron Biker – O Desafio das Montanhas - e o Campeonato Mundial de Supercross. Consta, ainda, que o *modus operandi* foi o mesmo praticado contra a COPASA, ofício de Eduardo Guedes (emitido no dia 07/08/1998, substituído por outro que incluiu mais dois eventos esportivos) e, na sequência, no mesmo dia, a SPMP&B Comunicação Ltda emitiu nota atestando o valor recebido, mas apenas em relação ao Enduro da Independência, sinalizando que dava como certa a aprovação dos recursos.

Consta, outrossim, que o laudo pericial apontou que apenas parcela mínima desses recursos foi empregada nos eventos, indicando as conclusões periciais sobre o percurso desse dinheiro que desaguou na companhia de Eduardo Azeredo e de Clésio Andrade, pois o montante de um milhão de reais foi quase sacado, na sua integralidade, em espécie (o que é típico nos crimes de lavagem de dinheiro) e o restante (quinhentos mil reais) o quadro 12 do mencionado laudo detalha o destino traçado.

O *modus operandi* praticado no desvio de dinheiro da COPASA foi idêntico ao praticado contra a COMIG.

Até então a COMIG nunca havia patrocinado os mencionados eventos esportivos. Exatamente no ano de campanha eleitoral, o Governo de Minas Gerais deliberou ampliar tais patrocínios, pois, nos períodos anteriores, o patrocínio estatal ao Enduro Internacional da Independência era realizado, exclusivamente, pela Secretaria de Estado de Comunicação Social e em valores proporcionais.

Carlos Alberto Cotta, que foi presidente da COMIG no ano de 1990 a junho de 1988, afirmou à Autoridade Policial (f. 4.377/4379 – vol. 20) que a referida empresa nunca havia patrocinado o evento esportivo Enduro da Independência e, naquele ano, deliberou neste sentido em razão de um ofício determinando tal patrocínio assinado por Eduardo Guedes.

Assim, após receber o ofício, a Diretoria, o Conselho e a Assembleia Extraordinária deliberaram em acatar a ordem do acionista majoritário autorizando o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) à empresa SMP&B Comunicação.

O ofício acima referido, assinado por Eduardo Guedes, e datado de 07/08/1998, endereçado aos diretores da COMIG, encontra-se encartado às f. 1471- vol. 07, possui o seguinte teor:

“O Governo do Estado de Minas Gerais vem patrocinando há 12 (doze) anos o Enduro Internacional da Independência, atitude do poder público que objetiva não só o crescimento e fortalecimento da imagem de Minas Gerais, bem como, o incremento à própria economia mineira, merecendo destaque, dentre outros, os aspectos atinentes ao comércio em geral, diárias em hotéis e pousadas, projeção internacional, inclusive através de emissoras de TV a cabo, mídia impressa e revistas especializadas nacionais e internacionais.

O Enduro Internacional da Independência do presente ano, considerando o incremento da indústria hoteleira e bem assim, do turismo em geral, encontra-se na COMIG apoio e oferece à mesma oportunidade de ampla divulgação de imagem.

Assim, o Governo do Estado decidiu determinar a essa Empresa a participação como responsável por uma das cotas do patrocínio especial, cabendo à COMIG o desembolso de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), respaldado, evidentemente, nesta manifestação e ratificado posteriormente por sua Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária que desde já solicitamos seja convocada para homologação dos atos praticados com vistas à participação publicitária no evento já mencionado.

A prestação de serviços de propaganda e publicidade e bem assim todo o desenvolvimento do Enduro está a cargo da Empresa SMP&B Comunicação que já receberá pelos serviços relativos ao patrocínio da COMIG, a importância relacionada.

Considerando o significado do evento e a urgência de que o mesmo se reveste, solicitamos imediatas providências para atendimento à presente determinação.”

No dia 10/08/1998 os diretores, José Cláudio Pinto de Rezende (já falecido), Diretor-Presidente da COMIG, Lauro Wilson de Lima Filho, Diretor de Administração e Finanças, e Renato Caporali Cordeiro, Diretor de Desenvolvimento e Controle de Negócios, deliberaram em acatar a ordem do acionista majoritário, fazendo-se presente na reunião o secretário Jólcio Carvalho Pereira (f. 1472 – vol. 7).

Consta, expressamente, na ata da referida reunião que a decisão ocorreu em acatamento à determinação de Eduardo Guedes:

“Às 15:00 (quinze) horas do dia 10 (dez) de agosto de 1998 (hum mil, novecentos e noventa e oito), em sua sede social, em Belo Horizonte/MG, reuniu-se sob a Presidência do Dr. José Claudio Pinto de Rezende, Diretor Presidente em Exercício, a Diretoria da Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG, quando foi discutida e deliberada a seguinte matéria: 1) PATROCÍNIO ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA: A Diretoria, por unanimidade e acatando determinação do acionista majoritário, conforme correspondência do Dr. Eduardo Pereira Guedes Netto, DD. Secretário Adjunto de Estado de Comunicação Social, datada de 07/08/1998, deliberou pelo patrocínio da COMIG no Enduro Internacional da Independência do corrente ano (...)”

Posteriormente, no dia 11/08/1998 (f. 1473 – vol. 7) , o Conselho de Administração da empresa se reuniu e aprovou o patrocínio determinado pelo Estado de Minas Gerais.

Por fim, no dia 21/08/1998 (f. 1474 – vol. 7), a Assembleia Geral Extraordinária autorizou o repasse financeiro ao referido evento esportivo na forma proposta pelo acionista majoritário. Nesta reunião a diretoria da empresa estava presente. Na ata constou que o “*Conselho de Administração, sem divergência e tendo em vista o interesse do acionista majoritário, aprovou o patrocínio da COMIG no Enduro Internacional da Independência do corrente ano, no valor de R\$1.500.000,00(...)*”

O próprio Conselho deixou claro que a decisão favorável ao patrocínio era para atender aos interesses do governo e não da própria empresa.

A aprovação foi feita sem qualquer contrato de patrocínio formalizado, estudo de viabilidade do investimento ou de retorno do patrocínio, ate então, inédito para a COMIG. Saliente-se que a COMIG possuía setor de comunicação e empresa responsável pela publicidade e inexistem notícias de que os mesmos recomendaram o investimento por entender que seria importante para a instituição.

Nos dias 25/08/1998 e 03/09/1998 foram assinados os pedidos de pagamento pelo diretor da COMIG (f. 1476 e 1477 – vol. 7) à empresa SMP&B Comunicação, porém, a nota fiscal foi emitida pela SMP&B Publicidade, (f. 1481 – vol. 7).

Sobre a ordem recebida, o então Presidente da COMIG, José Cláudio Pinto Resende, disse, em depoimento à Justiça Eleitoral (f. 1012 – vol. 5) “(...) *que não tem conhecimento se anteriormente à data de 23 de julho houvera entendimentos para que a COMIG viesse a patrocinar os eventos que cogitam a peça de ingresso; (...) que recebeu uma determinação da Secretaria de Comunicação Social para fazer o patrocínio dos eventos a que alude o processo*

(...) que a verba foi liberada e paga via cheque, sendo o cheque compensado, e este a favor da SMP&B COMUNICAÇÃO (...)”

O Diretor Administrativo e Financeiro da COMIG, Lauro Wilson de Lima Filho, ao prestar declarações à Polícia Federal afirmou:

“(...) que foi convocado pelo Presidente em Exercício da COMIG, o Dr. José Cláudio Pinto de Rezende a participar da reunião mensal da diretoria, onde, dentre diversos assuntos, foi lido pelo secretário Sr. Jólcio Carvalho Pereira o documento encaminhado pelo Sr. Eduardo Pereira Guedes da Fonseca, Secretário Adjunto de Comunicação Social, onde o Governo do Estado determina que a COMIG participe na aquisição de uma cota do patrocínio especial do evento Enduro Internacional da Independência de 1998, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); que o documento apresentado na reunião foi o que diz “O governo do Estado decidiu determinar a essa empresa com responsável por uma das cotas pelo patrocínio especial, cabendo à COMIG o desembolso de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e não o que diz “autorizo a COMIG a participar dos três eventos”; (...) que não foi apresentado na reunião parecer jurídico ou da comunicação social a respeito da aquisição da verba de patrocínio do Enduro Internacional da Independência; que não estranhou o fato de ter sido expedido o comunicado da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Minas Gerais no dia 07.08.1998, tendo sido marcado no dia 10.08.1998 reunião da Diretoria para discussão e deliberação da matéria referente ao patrocínio do ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA; que havia necessidade de dar cumprimento às formalidades para a liberação da verba pela proximidade do evento; (...) que não foi apresentado estudo de viabilidade do investimento ou de retorno do patrocínio do evento ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA; que perguntado se tem conhecimento de outros eventos esportivos que tenham sido contemplados com o patrocínio da COMIG, respondeu que não; (...) que não acompanhou a implementação da execução do evento; que não recebeu da empresa SMP&B justificativa de gastos ou estudo de retorno do recurso investido; que é filiado ao PSDB desde a sua criação...” (f. 5.897/5.899 – vol. 27).

A corroborar tais assertivas, a testemunha Jólcio Carvalho Pereira (10.264 – vol. 47), ao ser ouvida pelo juízo, disse ser funcionário de carreira da COMIG há 44 anos e chefe do jurídico na época dos fatos. Afirmou ter advertido o Presidente da empresa acerca da necessidade de uma análise jurídica do encaminhamento governamental, mas ele alegou que atenderia porque o ofício continha a determinação de Eduardo Guedes. Confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva (f. 4.392/4.394 – vol. 20), com ressalva quanto à troca do nome da empresa COMIG, no seguinte teor:

“(...) que no ano de 1998 era o chefe do no jurídico e recebeu a incumbência do senhor presidente José Cláudio Pinto Resende de convocar uma assembléia geral ordinária e o conselho de administração visando atender determinação contida no ofício expedido pelo secretário adjunto de comunicação social, senhor Eduardo Pereira Guedes Neto, no sentido de adquirir a cota de patrocínio especial do evento ENDURO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (...) que como chefe do jurídico não se opôs ao fato da COMIG patrocinar o evento ENDURO DA INDEPENDÊNCIA, não havendo porém em nenhum momento solicitação no sentido de ser verificado a legalidade do repasse, havendo sim a determinação superior, do presidente, para atender o contido no ofício da SECOM, assinado pelo sr. Eduardo Guedes, o que foi cumprido pelo declarante, tomando as providências burocráticas necessárias; que o jurídico não realizou nenhuma avaliação técnica a respeito da viabilidade do repasse de verba de patrocínio pela COMIG a empresa SMP&B Comunicação; que não se recorda de nenhum pensamento divergente no sentido de não contribuir com a verba de patrocínio para o evento Enduro da Independência; que tecnicamente, de acordo com a lei n. 6.404/76, a assembleia geral extraordinária era órgão

soberano, podendo inclusive deixar de atender a determinação da Secretaria de Comunicação Social do Estado de Minas Gerais, mas gostaria de esclarecer que, inclusive, o Estado de Minas estava presente na assembleia por meio do procurador, Dr. José Mauro Catta Preta Leal, que detinha quase 98% das ações da empresa e não se opôs a determinação contida no documento da SECOM fosse atendido; (...) que o valor do patrocínio seria destinado unicamente ao ENDURO DA INDEPENDÊNCIA, mas posteriormente, por documentos encaminhados pela empresa SMP&B, a empresa alegou que a verba teria sido aplicada em outros dois eventos, que seriam IRON BIKER e MUNDIAL SUPERCROSS; que não tem conhecimento a respeito da prestação de contas por parte da empresa de publicidade SMP&B, acreditando inclusive que não tenha sido realizado, pois ao procurar documentos nos arquivos da empresa que pudessem subsidiar seus esclarecimentos, encontrou apenas no setor de contabilidade o recibo emitido pela SMP&B PUBLICIDADE, confirmando o recebimento do valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (...)"

José Mauro Catta Preta Leal, Procurador do Estado à época, estava presente na Assembleia Geral Extraordinária e, ao ser ouvido na fase de investigação (f. 2031/2034 – vol. 10), assinalou que, embora inexista dever legal por parte da COMIG em atender a ordem do patrocínio, existia documento, assinado pelo então Secretário Adjunto de Estado de Comunicação, Eduardo Guedes, determinando tal ato. Afirmou que a destinação do recurso seria para a realização do Enduro da Independência, não se recordando se a cota de patrocínio abrangia outros eventos.

Impende salientar que o segundo ofício juntado aos autos, datado igualmente ao primeiro, 07.08.1998 (f. 1324 – vol. 06), modificando os termos, pois substituiu a expressão “determinar” para “autorizo a COMIG” e acrescentou dois eventos sequer chegou ao conhecimento dos diretores, conforme afirmaram, bem como a testemunha Jólcio, chefe do jurídico, que somente tomou conhecimento depois. Isto indica que foi “construído”, posteriormente, para justificar o investimento da vultosa quantia em patrocínio e excluir a responsabilidade do signatário.

Impende salientar, ainda, conforme já dito, que os valores investidos até então pelo Estado de Minas Gerais, a teor do contido no Relatório Final dos Trabalhos da CPMI dos Correios (f. 6.571 – vol. 31) foram infinitamente inferiores ao investido pela COMIG, demonstrando a total desproporção: *“O exame técnico constatou que a participação financeira do governo no evento Enduro foi feito, até 1998, diretamente pela SECOM, por meio dos seguintes valores: R\$50.000,00 em 1995; R\$50.000,00 em 1996; e R\$250.000,00 em 1997; e saltou para R\$3.000,000 em 1998. Ainda, de acordo com a equipe técnica: “a cota patrocínio para esse evento, no ano de 1998, sofreu aumento nominal na ordem de 1.100%, em relação ao exercício de 1997 e de 5.900% em relação aos exercícios de 1995 e 1996”*

A empresa SMP&B Publicidade detinha o direito exclusivo para promover e comercializar o evento Enduro Internacional da Independência, conforme contrato carreado às f. 1077/1081 – vol. 05 . Todavia, os elementos amealhados revelaram que a real beneficiária do valor repassado a título de patrocínio foi a empresa SMP&B Comunicação, criada para receber os ativos da SMP&B Publicidade que, por sua vez, estava com uma dívida muito alta, conforme assinalou o corrêu Clésio Andrade.

E deixo de repetir o motivo pelo qual foi refutado o argumento defensivo de que houve transferência entre a SMP&B Publicidade para a SMP&B Comunicação porquanto acima transcrito.

Isto acabou revelando que a nota fiscal emitida pela empresa SMP&B Publicidade (f. 1481 – vol. 07) não correspondeu à operação efetivamente realizada, caracterizando-se como “fria”.

Nos pedidos de pagamento emitidos pela COMIG (f. 1476 e 1477 – vol. 07), assinados por seu Presidente, José Cláudio, constam elementos inverídicos, pois menciona que os recursos seriam destinados ao patrocínio de três eventos: Enduro da Independência, Iron Biker e Mundial Supercross, conforme autorização da Assembleia Geral Extraordinária. Todavia, a autorização se resumiu ao primeiro evento. Tudo isto demonstra a montagem de documentos a justificar a extraordinária destinação a um único evento esportivo.

Não podemos olvidar que José Cláudio Pinto de Resende, após a aprovação do recurso, licenciou-se do cargo para assumir a coordenação político-eleitoral do PSDB na região metropolitana, conforme declarou a testemunha Jolcio de Carvalho, às f. 4393 - vol. 20, ratificadas em juízo às f. 10.264 – vol. 47, corroborando a orquestração do grupo nas condutas criminosas.

No mesmo dia 07 de agosto de 1998, data do ofício que Eduardo Guedes endereçou à COMIG, a empresa SMP&B Publicidade Ltda emitiu a Nota Fiscal 002657 (f. 1.481, vol. 07) comprovando a realização do serviço apenas quanto ao Enduro Internacional da Independência, constando o valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). A COMIG sequer havia deliberado sobre o assunto, por ausência de tempo hábil, contudo, a empresa de publicidade já dava como certo o recebimento da verba, tanto que emitiu a nota fiscal, ao contrário do afirmado pela defesa de Ramon. Mais um elemento a indicar o conluio para a prática criminosa.

O outro ofício enviado por Eduardo Guedes (f. 1.324 – vol. 06), que sequer chegou às mãos dos dirigentes da empresa, conforme declararam, mencionou os três eventos. O recibo emitido (f. 1.650 – vol. 08), assinado pelo réu Marcos Valério, datado de 25/08/1998, por sua vez, também indicou 03 eventos, contrariando a deliberação da própria Assembleia Extraordinária e a Nota Fiscal 002657 emitida.

Conforme já explanado, o Enduro Internacional de Independência era promovido pela Confederação Brasileira de Motociclismo. Esta terceirizou a promoção através de contrato firmado, de exploração exclusiva, com a empresa SMP&B Publicidade Ltda.

A Nota Fiscal 002657 (f. 1.481 - vol. 07) que calçou o repasse de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) pela COMIG mencionou, tão somente, o evento Enduro Internacional da Independência. A emissão dela foi feita pela empresa SMP&B Publicidade Ltda.

Porém, novamente, o beneficiário deste valor foi a empresa SMP&B Comunicação Ltda que recebeu, no dia 25 de agosto de 1998, o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e no dia 04 de setembro de 1998, o valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), pouquíssimo tempo antes das provas que sempre eram realizadas no dia 07 de setembro.

Aqui também, ao contrário do afirmado pela defesa, não houve prestação de contas, conforme informação de Henrique Hargreaves, Presidente da COMIG na época da requisição ministerial de informações acerca dos registros do processo licitatório ou o procedimento de dispensa para o repasse do valor do patrocínio, bem como celebração formal de contrato de patrocínio. Foram localizados apenas os pedidos de pagamentos, cópias de cheques, recibo e a Nota Fiscal 002657 (f. 217 e 218 – apenso 1/25).

No Laudo Pericial 1998/2006-INC (f. 51/52 – apenso 24) consta que os dois cheques emitidos pela COMIG, n.ºs 000375 e 000384, nos valores, respectivamente, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sacados contra o BEMGE, agência 091, nominais à SMP&B Publicidade, são referente ao patrocínio do Enduro Internacional da Independência – 1988 e “suportaram saque em espécie de R\$800.000,00, de 25/08/98, de mesma data do depósito de R\$1.000.000,00, e sem identificação dos beneficiários, e os débitos realizados em conjunto com os dois empréstimos de R\$3.000.000,00, analisados a partir dos Quadros 10 e 11.”

Inclusive, sequer observaram as regras do Sistema Monetário Nacional que determinavam a identificação dos beneficiários, possibilitando, com isto, a dissimulação do destino dos recursos ao caixa da campanha de Eduardo Azeredo.

“Quadro 10 - Contrato de mútuo n.º 072979-93 (item 6 do Quadro 02)

Credor	Banco Cidade S.A, CNPJ 61.377.677/0001-38
Devedor	DNA Propaganda Ltda, CNPJ 17.397.076.0001-03
Avalistas	Marcos Valerio Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Francisco Marcos Castilho Santos, CPF 098.486.226-91
Valor Principal	R\$3.000.000,00
Data da Operação	03/09/1998
Garantias	Nota Promissória emitida pelo devedor em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$4.500.000,00. -Duplicatas de venda mercantil ou outra espécie de título no valor de 100% do valor do principal, a serem entregues em caução, para cobrança por meio do Banco.
Data do Vencimento	05/10/1998

Quadro 11 - Contrato de mútuo n.º 072980-27 (item 7 do Quadro 02)

Credor	Banco Cidade S.A., CNPJ 61.377.677/0001-38.
Devedor	DNA Propaganda Ltda, CNPJ 17.397.076.0001-03.
Avalistas	Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87; Francisco Marcos Castilho Santos, CPF 098.486.226-91.
Valor Principal	R\$3.000.000,00.
Data da operação	03/09/98.
Garantias	-Nota Promissória emitida pelo devedor em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$4.500.000,00. -Duplicatas de venda mercantil ou outra espécie de título no valor de 100% do valor do principal, a serem entregues em caução, para cobrança por meio do Banco.
Data do Vencimento	03/11/1998

53. Em relação aos Quadros 10 e 11, os valores foram movimentados conjuntamente. Para o contrato n.º 072979-93, foi aberta, em 03/09/98, a conta de n.º 072979-93, agência 071, Banco Cidade S.A., de titularidade de DNA Propaganda, com limite de crédito de R\$3.000.000,00. Para o contrato n.º 072980-27, foi aberta, em 03/09/98, a conta de n.º 072980-27, agência 071, Banco Cidade S.A., de titularidade de DNA Propaganda, também com limite de crédito R\$3.000.000,00.

54. Nessa data, essas contas foram debitadas em R\$2.800.000,00, cada, e emitido um cheque ordem de pagamento do Banco Cidade S.A., em favor da DNA Propaganda, no valor de

R\$5.600.000,00.

55. O referido cheque foi depositado em 03/09/98, em favor da DNA Propaganda, na conta-corrente nº 06.002241-4, agência 009, Banco Rural, que apresentava saldo de R\$725,84. Nessa data houve transferência do valor integral (R\$5.600.000,00) para a SMP&B Comunicação, conta-corrente nº 06.002289-9, agência 009, Banco Rural, quando teve a seguinte destinação:

I - cobertura de saldo negativo da conta-corrente nº 06.002289-9 que iniciou a movimentação financeira do dia 03/09/98 devedora de R\$186.776,67, em razão de débito de cheque compensado no valor de R\$200.000,00, em 02/09/98, tendo como beneficiário a conta nº 27103769, agência 001, Banco Mercantil do Brasil S.A., titularidade de Tora Transportes Industriais Ltda;

II - o saldo remanescente, após cobertura do saldo negativo R\$186.776,67, e o depósito de R\$500.000,00, efetuado em 04/09/98, oriundo da COMIG permitiram efetuar os débitos relacionados no quadro a seguir:

Quadro 12 - Débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9 entre 03/09 e 09/09/98

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Favorecido	Banco	Agência	Conta
1	03/09/98	cheque	89699	16.000,00	Saque em espécie	-	-	-
2	03/09/98	cheque	189705	13.000,00	Saque em espécie	-	-	-
3	03/09/98	Ch comp maior v	189725	28.330,35	Não identificado	237	3437	-
4	04/09/98	Ch comp maior v	189752	19.668,22	Não identificado	237	-	-
5	04/09/98	cheque	189777	120.000,00	Arcino da Costa Lopes	-	-	-
6	04/09/98	Ch comp maior v	189778	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
7	04/09/98	Ch comp maior v	189779	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
8	04/09/98	Ch comp maior v	189780	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
9	04/09/98	Ch comp maior v	189781	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
10	04/09/98	Ch comp maior v	189782	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
11	04/09/98	Ch comp maior v	189783	10.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
12	04/09/98	cheque	189784	50.000,00	Renne Pinheiro Anunciação	-	-	-
13	04/09/98	Chq. pg.obrig	189785	180.180,18	Libe Construtora Ltda	048	0091	219592
14	04/09/98	Ch comp maior v	189803	52.750,00	Não	104		

					identificado			
15	04/09/98	Ch comp maior v	189805	14.000,00	Não informado	237	0513	040998
16	04/09/98	Chq. pg.obrig	189808	14.800,00	Eduardo M. T. Rocha	409	0961	2015538
17	04/09/98	cheque	189835	75.000,00	Aristides França Neto	-	-	-
18	04/09/98	Saq/ch.out.age	189841	150.000,00	Saque em espécie	-	-	-
19	04/09/98	Deb. autorz. clie	909347	20.000,00	Cláudio Rogério Mourão da Silveira	275	0184	19639690
20	04/09/98	Deb. autorz. clie	909349	250.000,00	Nucleo Brasileiro de Apoio Cult. Ltda	641	0749	11012056
21	04/09/98	Deb. autorz. clie	909351	15.000,00	Patrícia Ferreira Tavares	341	0590	234449
22	04/09/98	Deb. autorz. clie	909355	10.000,00	Guilherme Perpétuo Marques	409	301	6263752
23	08/09/98	Tr. cta. mes. tit.	111003	285.000,00	SMP&B Comunicação	453	009	060022937
24	08/09/98	cheque	189730	10.000,00	Saque em espécie	-	-	-
25	08/09/98	Ch comp maior v	189771	42.000,00	Soc RTV Alterosa Ltda	-	-	-
26	08/09/98	Ch comp maior v	189791	420.000,00	Valter Eustáquio Cruz Gonçalves	479	16	34440904
27	08/09/98	Ch comp maior v	189792	41.000,00	Não identificado	237	-	-
28	08/09/98	Ch comp maior v	189820	139.350,00	Marcos Valério Fernandes de Souza	291	0107	5859461
29	08/09/98	Ch comp maior v	189837	18.120,00	Sérgio Pereira Marques	477	-	-
30	08/09/98	Ch comp maior v	189838	50.000,00	Não informado	399	0884	916375
31	08/09/98	Ch comp maior v	189840	30.000,00	Vagner Nascimento Junior	008		0605109231
32	08/09/98	cheque	189842	14.074,05	Saque em espécie			
33	08/09/98	Ch comp maior v	189844	56.750,00	Não identificado	237		
34	09/09/98	cheque	189626	25.000,00	Saque em espécie	-	-	-
35	09/09/98	Ch comp maior v	189627	25.000,00	Não	275	0040	97227018

					informado			
36	09/09/98	cheque	189793	40.000,00	Saque em espécie	-	-	-
37	09/09/98	cheque	189794	20.000,00	Saque em espécie	-	-	-
38	09/09/98	Ch comp maior v	189795	56.650,00	Virtual Comunicação e Vídeo	347	100	1006942001
39	09/09/98	Ch comp maior v	189796	16.650,00	Sonho e Sons Ltda	341	0587	146044
40	09/09/98	Ch comp maior v	189797	12.350,00	Alexandre Rogério M da Silva	237	0465	0101151
41	09/09/98	cheque	189823	68.400,00	Saque em espécie	-	-	-
42	09/09/98	Ch comp maior v	189824	20.000,00	Não informado	275	0040	97227018
43	09/09/98	cheque	189857	1.200.000,00	Saque em espécie	-	-	-
44	09/09/98	cheque	189858	203.000,00	Saque em espécie	-	-	-
45	09/09/98	Chq. pg.obrig	189875	30.000,00	Paulo Cury	453	009	800005444
46	09/09/98	cheque	189876	85.000,00	Saque em espécie	-	-	-
47	09/09/98	cheque	245625	19.419,00	Libe Construtora Ltda	244	0012	01158207
48	09/09/98	Chq. pg.obrig	246133	527.500,00	DNA Propaganda	453	009	60022414
49	09/09/98	Chq. pg.obrig	246134	112.000,00	Roberto de Queiroz Gontijo	453	09	880041686
50	09/09/98	Chq. pg.obrig	246134	26.000,00	Sergio Reis Produções Artísticas	453	009	060023470
51	09/09/98	Deb. autorz. clie	902195	20.000,00	Leonardo Pinho Lara	275	0097	07341929
52	09/09/98	Deb. autorz. clie	2195	56.533,00	Alfeu Queiroga de Aguiar	409	0511	202835

Alguns desses beneficiários foram ouvidos e afirmaram que o recebimento do recurso identificado pelos peritos decorreu da prestação de serviços à campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, vejamos:

Otumar Ferreira Bicalho, ouvido em juízo às f. 10.259 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva (f. 4911/49/12 – vol. 23). Nestas constam sua trajetória no PMDB, desde o ano de 1982, os cargos assumidos na Administração Pública e como chegou à campanha de Eduardo Azeredo no ano de 1988. Afirmou ter sido convidado pelo próprio candidato para assumir o gerenciamento da equipe de pintura na cidade de Belo Horizonte, licenciando-se do cargo de diretor comercial da COHAB. Revelou que, no início, Cláudio Mourão lhe repassava semanalmente a quantia de R\$20.000,00, em espécie, para o pagamento dos pintores. Contudo, devido às dificuldades financeiras da campanha, houve atrasos e seu

escritório foi invadido pelos trabalhadores da pintura. Realizou um acordo com Cláudio Mourão e ele efetuou o repasse dos cinco cheques constantes na tabela (cinco no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e um no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), utilizando-os para quitar o débito com os trabalhadores. Depois desse fato se afastou da campanha.

Aristides França Neto, ouvido às f. 10.268 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva, f. 2201/2202 – vol. 11, informando ter sido subcoordenador regional da campanha da coligação PSDB/PFL ao governo de Minas. Nesta condição era subordinado ao coordenador político, Carlos Cota, coordenador regional da área metropolitana de Belo Horizonte/MG. Confirmou o recebimento da quantia de R\$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) no dia 30/09/1998 e tais recursos foram depositados pela coordenação da campanha com o objetivo de custear as despesas da mesma. Não soube informar o responsável pelo depósito em conta, entretanto afirmou que tal quantia foi destinada ao pagamento de serviços contratados para a campanha como pintura de muros, panfletagens, cabos eleitorais e carros de som.

Cláudio Roberto Mourão da Silveira foi coordenador financeiro e corrêu, restando demonstrado ter sido beneficiado com o valor de R\$ 20.000,00 apontado no item 19 do quadro.

Patrícia Ferreira Tavares - coordenadora de eventos da campanha - ouvida apenas na fase de inquérito, corroborou a prova até então existente do desvio do dinheiro repassado a SMP&B. Apontou que seu trabalho consistia em montar a estrutura para recepcionar “showmícios” no interior do Estado de Minas Gerais. Destacou não se recordar do depósito no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) realizado pela referida empresa de publicidade em sua conta-corrente, embora confirme ser a titular da mesma. Asseverou ter recebido R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, no período de seis meses, mais diárias de viagens no valor de R\$100,00 (cem reais) para custeio de hospedagens, combustível, alimentação(f. 2203-2205 - vol. 11).

Guilherme Perpétuo Marques, ouvido pelo juízo às f. 10.260 – vol. 47 – confirmou suas declarações prestadas na fase de inquérito (f. 4891/4892 – vol. 23) nas quais constam ter trabalhado na campanha de Eduardo Azeredo no ano de 1998, sendo responsável pela produção de shows. Declarou ter recebido o valor indicado na tabela sendo o mesmo referente a dois meses de salário em razão dos serviços prestados na produção de eventos para a campanha de Eduardo Azeredo. Assinalou ter recebido através de depósito, já que, na maioria das vezes, recebia por RPA, porque estava viajando e não tinha como receber pessoalmente o valor devido.

Wagner do Nascimento Júnior, outro beneficiário apontado no quadro, ouvido às f. 10.450 – vol. 48, confirmou o teor de suas declarações prestadas à Autoridade Policial (f. 2290/2292 – vol. 11) dizendo ter recebido o valor de R\$30.000,00 constante na tabela acima destinando-o à campanha para deputado federal pela coligação PSDB, PFL, PPB de seu pai, Wagner do Nascimento. Estranhou o fato de qual quantia ter sido depositada em sua conta-corrente,

porém, obteve informações, na época, de seu genitor que a mesma seria um auxílio financeiro da coligação mencionada.

Alexandre Rogério Martins da Silva, ouvido às f. 10.269 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas no inquérito, às f. 4896/4897 – vol. 23, e nestas constam ter sido contratado pela empresa SMP&B para produzir o áudio para TV e o programa de rádio dos candidatos proporcionais da coligação liderada pelos partidos PSDB/PFL na eleição de 1998. Confidenciou o valor cobrado pelos serviços, R\$25.000,00, sendo pago em duas parcelas, a primeira no dia 09/09/1998, no valor de R\$12.350,00, e, a segunda, no mesmo valor. Disse não ter encontrado as notas fiscais referentes aos serviços prestados talvez pelo fato do pagamento ter sido feito por meio do caixa 2.

Paulo Cury, ouvido às f. 10.527/10.528 – vol 48, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva (f. 2281/2282 – vol 11), ocasião na qual disse acreditar que o recebimento em dinheiro depositado em sua conta particular utilizada para sua campanha à Deputado Federal pelo PFL no ano de 1998 seria oriundo de arrecadação dos diretores e amigos e conselheiros do Clube Atlético Mineiro. Afirmou desconhecer a origem do montante creditado, mas que o gastou em sua campanha.

Roberto de Queiroz Gontijo, ouvido às f. 10.266 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas à Autoridade Policial, às f. 2217/2219 – vol. 11 nas quais constam “(...) *Produtor de eventos, proprietário da empresa RQG Produções Ltda, sua empresa atua no ramo de produções de eventos, das campanhas políticas, prestou serviço a diversos políticos, recordando-se que a primeira campanha em que trabalhou foi a que elegeu o governador Tancredo Neves, em Minas Gerais. Sua atuação em campanhas políticas consiste basicamente no que chamam de equipe precursora dos showmícios. Em síntese, o declarante coordena as equipes onde serão realizados os showmícios, com toda a estrutura de palco necessária para a realização dos eventos. Em 1998, foi indicado por Eduardo Azeredo e contratado por Cláudio Mourão, então coordenador da campanha de Azeredo ao governo de Minas Gerais, para atuar na coordenação de eventos, de modo geral. Prestou serviços para a campanha eleitoral de Azeredo em 98 durante 90 dias, não sabe com precisão o valor dos seus serviços por não ter contrato escrito e também em virtude de sua remuneração não ser fixa, mas variável conforme os gastos efetivados. Recebia em torno de 12,5% dos gastos realizados para eventos que o declarante coordenou para a campanha de Eduardo Azeredo, em 1998. Acredita ter recebido algo em torno de cem mil reais durante toda a campanha. Cláudio Mourão depositava recursos na conta-corrente do declarante para fazer frente aos gastos dos eventos e honorários do declarante, e em que outras oportunidades, o declarante pegava o dinheiro no próprio Comitê, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte. Era o próprio Cláudio Mourão que entregava os recursos ao declarante, e não emitia notas fiscais ou recibo pelo serviço prestado por orientação da própria coordenação da campanha eleitoral. Contudo, todos os recursos recebidos pelo seu serviço foram declarados ao Fisco. Não é filiado a qualquer partido político, assim como nunca ocupou qualquer cargo político efetivo ou comissionado. Indagado acerca de um depósito da empresa SMP&B, no valor de cento e cinquenta mil reais na conta-corrente 8800418-6, do Banco Rural, em 05 de outubro de 98, respondeu que confirma, tanto que esta conta-corrente é titularizada pelo declarante, tanto como este depósito. Que tal valor foi realizado pelo declarante para pagamento de despesas realizadas durante a campanha, como transporte, acomodação, e outros custos. Não sabe precisar se ainda possui em seus arquivos comprovantes dos gastos referidos, vez que passados quase 10 anos da sua realização. Se dispõe a realizar buscas junto a sua equipe, a fim de resgatar tais informações. Que a remuneração do declarante já estava incluído nos valores apresentados pelo declarante a Cláudio Mourão. Cláudio Mourão tinha o pleno conhecimento de que o depósito efetivado em sua conta foi feito pela empresa SMP&B. Que Eduardo Azeredo não tinha conhecimento acerca da origem dos recursos utilizados por Cláudio Mourão. Que Cláudio Mourão tinha como hábito apresentar soluções ao governador, não esclarecendo os detalhes de como tinha resolvido os problemas. Que no desempenho das suas funções como coordenador de eventos, costumava frequentar tanto o Comitê de campanha quanto a sede da empresa SMP&B. Que*

nos dois lugares sempre encontrava o Marcos Valério, sócio da empresa SMP&B, senhor Ramon Cardoso e senhor Cristiano Paz. Que também avistava Walfrido dos Mares Guia no comitê de campanha, não tratando com este qualquer assunto. Que ao que sabe Eduardo Azeredo não frequentava a empresa SMP&B, ao contrário de Cláudio Mourão, que ali se encontrava com o declarante esporadicamente.”

Confirmou ter recebido da SMP&B , através de depósito bancário, o valor de R\$150.000,00 “*Recebi na conta da RQG Produções, uma empresa que eu tinha e recebi um valor de cento e cinquenta mil reais da SMP&B. Foi um cheque no valor de cento e cinquenta mil reais no nome da SMP&B para RQG Produções, no Banco Rural.*” Porém, depois, esclareceu que foi de R\$112.000,00.

Informou que recebia dinheiro diretamente do Comitê Financeiro da campanha e, às vezes, o pagamento era feito através de cheques, sempre de Cláudio Mourão, que era o coordenador financeiro mas, na maioria, em espécie “*As vezes o pagamento era em cheque, as vezes em cheques dos coordenadores, e muito na maioria das vezes em espécie.*”

Revelou quem o indicou para participar da campanha, Eduardo Azeredo, após aprovação de Clésio Andrade “*Eu fui indicado pra campanha pelo então governador Eduardo Azeredo, que eu tinha uma relação de amizade até com o próprio pai dele, e meu nome foi indicado por ele e aprovado pelo hoje senador Clésio de Andrade.*”

Disse que tinha conhecimento que a empresa SMP&B trabalhava na campanha e as reuniões ocorriam na sede dela e, quanto ao depósito feito em sua conta pela referida empresa, foi avisado pelo próprio Cláudio Mourão.

Leonardo Pinho Lara declarou ter prestado serviços de fotografia para campanha de Eduardo Azeredo no ano de 1998, sendo contratado pelo assessor de imprensa, Chico Brant. Disse ter prestado tais serviços por quatro meses, recebendo R\$6.000,00 (seis mil reais) por mês. Indagado acerca do depósito de R\$20.000,00 (vinte mil reais) em contra de sua titularidade, n. 7341929, do Banco Real, feito pela empresa SMP&B, disse não se recordar da existência dessa conta-corrente, bem como ter recebido tal quantia. (f. 2211/2213 – vol. 11)

Alfeu Queiroga de Aguiar, ouvido por este juízo às f. 10260 – vol. 47, disse ter sido contratado para a produção de material jornalístico e telejornalístico para a campanha de Eduardo Azeredo. Confirmou suas declarações prestadas na fase de inquérito (f.1999/2000 – vol. 10) nas quais constam ter recebido o valor de R\$56.533,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais) constante no quadro 12, confirmou tal recebimento e disse que o mesmo se referia aos serviços prestados à campanha à reeleição do corrêu Eduardo Azeredo .

Os expertos afirmaram (f. 59 – Apenso 24) que, na análise da documentação bancária oriunda da quebra de sigilo da conta-corrente 06.002293-7, de titularidade de empresa SMP&B Comunicação Ltda, mantida no BANCO RURAL S/A, foram identificados poucos

pagamentos, realizados em 1998, relacionados a entidades que poderiam ter vínculos com os eventos esportivos. Afirmaram, ainda, que os pagamentos, somados, atingiriam o montante de R\$98.978,00 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e oito reais), cujo quadro, no qual constam as instituições e valores, encontra-se reproduzido acima.

Acrescente-se que restou demonstrado que o patrocínio estatal com os mencionados eventos esportivos, ocorridos no ano de 1988, (um milhão e quinhentos mil reais), não ultrapassaria o montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), conforme declarou a testemunha René Pinheiro Assunção, ouvida às f. 2.113- vol. 10). Referida testemunha era economista da SMP&B, exercendo tal função no período de julho de 1996 a novembro de 1999. Esclareceu que, para os eventos esportivos Enduro Internacional da Independência, *Iron Biker* – O Desafio das Montanhas e Campeonato Mundial de Supercross, ocorridos em 1998, foram vendidas 3 (três) cotas de patrocínio, cada uma no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Informou que uma das cotas foi adquirida pela HONDA, outra, talvez, pela TEXACO e a restante por empresas da Administração Pública Estadual Indireta, entre elas a COPASA.

Vale ressaltar, ainda, as declarações de Lincoln Miranda Duarte, Presidente da Confederação Brasileira de Motociclismo, desde o ano de 1994, que informou sobre a estrutura mínima fornecida aos participantes e que o valor de do evento saiu muito caro considerando o declarado pela SMP&B com o valor gasto.

“... que a estrutura oferecida aos pilotos participantes do enduro é mínima, já que o mesmo é responsável pelos seus gastos; QUE o piloto paga uma taxa de inscrição para o TRAIL CLUB/MG para participar do Enduro da Independência; (...) que sequer tinha conhecimento do valor de quatro milhões de reais possivelmente angariados pela SMP&B para realização daquele evento; QUE de fato, fazendo uma análise de tais valores, e sabendo que em 1998 o real tinha um valor próximo ao dólar americano, realmente o evento saiu muito caro...” (f. 1.813/1.817).

Neste sentido, restou materialmente demonstrado que o recurso repassado pela COMIG, no montante de R\$1.500.000,00, à empresa SMP&B Comunicação foi desviado para a campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

2.1.3 – Peculato praticado em desfavor das empresas do GRUPO BEMGE

Consta na denúncia e no aditamento (f. 8768/8771 – vol. 42) que Eduardo Guedes, então Secretário Adjunto da Casa Civil e Comunicação Social, expediu o ofício GAB/SECOM nº 110/98 ao então Presidente do BEMGE, José Afonso Bicalho, datado do dia 28/08/1998, determinado o patrocínio do evento Iron Bike.

Prontamente, e sem qualquer questionamento, José Afonso Bicalho aprovou o repasse à SMP&B Publicidade, no montante de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), feito no dia 01/09/1998, a título de financiamento do evento Iron Biker – o desafio das montanhas - porém, seus dirigentes sequer se lembravam dele e inexistia documentos justificando as operações, tampouco foi prestado contas e feita divulgação da marca BEMGE nos principais itens de divulgação do citado evento.

Afirma o órgão ministerial que tal quantia se destinou à campanha de reeleição do acusado Eduardo Azeredo.

Observa-se da prova colhida que, no dia 28/08/1998, o acusado Eduardo Guedes enviou ofício ao Presidente do BEMGE, José Afonso Bicalho, dizendo que a Secretaria Adjunta de Comunicação Social recomendava que a instituição financeira patrocinasse o evento esportivo Iron Biker, solicitando urgência no encaminhamento da proposta. O ofício foi redigido no seguinte teor:

“Considerando o patrocínio do IRON BIKER – O DESAFIO DAS MONTANHAS – uma grande oportunidade de divulgação institucional do BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A – BEMGE.

O evento, que tem repercussão nacional e internacional, é um eficiente instrumento de comunicação e marketing para o reforço da marca do BEMGE dentro e fora do país.

Tradicionalmente, em qualquer parte do mundo, o trabalho conjunto da iniciativa privada e pública nos eventos esportivos produz resultados positivos para toda a sociedade, nas mais diversas áreas, tanto do ponto de vista social e econômico quanto na formação cultural e também da consciência de cidadania da população.

Neste sentido, esta Secretaria Adjunta de Comunicação Social está recomendando que o BEMGE patrocine o IRON BIKER. Segue anexo cópia do projeto. Pedimos urgência no encaminhamento desta proposta para que a participação do BEMGE fique garantida.

Com o IRON BIKER, o Estado de Minas Gerais ganha visibilidade em todo o país e também no exterior. É Minas mostrando que tem capacidade, estrutura e sustentação para estar inserida na economia internacional, para consolidar sua posição como a grande alternativa para novos investimentos.” (f. 8675 – vol. 41)

No mesmo ofício, sem datar o despacho, o Presidente, José Afonso Bicalho, consigna “À BEMGE Distribuidora seguindo recomendação do Estado, aprovo o patrocínio de R\$100 mil”.

Podemos constatar que se trata do mesmo *modus operandi* acima analisado ocorrido com as empresas COMIG e COPASA: ofício do acusado Eduardo Guedes, cumprimento da determinação sem questionamentos, ausência de qualquer estudo acerca da viabilidade do patrocínio, avaliação técnica, levantamento de custos, celebração de contrato de patrocínio e prestação de contas do volume investido, cheques nominais à empresa SMP&B Publicidade Ltda, que possuía o direito de exclusividade sobre o evento esportivo, porém, depositados na conta da SMP&B Comunicação Ltda.

Aliás, sequer haveria tempo para realização de todos os procedimentos, pois o repasse feito pelo Grupo BEMGE ocorreu menos de 15 dias antes do seu leilão, realizado no dia 14 de setembro de 1998. E o que é pior: o Iron Biker ocorreu após o referido leilão, nos dias 17 e 18 de outubro do mesmo ano (www.ironbiker.com.br), quando o BEMGE já pertencia ao Grupo ITAÚ.

Acrescente-se, ainda, que o BEMGE, assim como as demais empresas vítimas do crime, possuía empresa de comunicação, licitada, e, também, assessoria de comunicação, vinculada ao presidente, e ninguém foi consultado acerca da viabilidade do patrocínio, pois, por certo, não recomendariam, em razão da iminência da venda das empresas.

Embora conste do ofício a autorização para a quantia de cem mil reais, os peritos constaram (Laudo Pericial 1998/2006 – INC – f. 53 – apenso 24) que, na verdade, cada empresa do Grupo BEMGE repassou cem mil, resultando na nossa conclusão de que a mesma ordem foi dada a cada uma pelo então Presidente José Afonso Bicalho. E esta conclusão é derivada não só do fato da emissão dos cheques, mas, também, das declarações de seus gestores máximos transcritas abaixo.

Constataram, ainda, os expertos que o recurso proveniente do Grupo Financeiro BEMGE foram utilizados em débitos diversos (Laudo 1998/2006 – INC – f. 60 – apenso 24), conforme a seguir:

“175 – Em relação aos itens 29 a 33, foram realizados levantamentos junto ao Banco Itaú BBA S.A, adquirente do Bemge, tendo informado que o valor total de R\$500.000,00 foi depositado na conta da SMP&B Comunicação, proveniente do grupo financeiro Bemge. O depósito relaciona cinco cheques emitidos e depositados em 01/09/98, no valor de R\$100.000,00 cada, sendo que, apesar de nominais à SMP&B Publicidade, foram depositados em favor da SMP&B Comunicação.

176 – Consta da documentação enviada, no verso das cópias de três cheques depositados, que os valores destinaram-se a “cota principal de patrocínio Iron Biker – o desafio das montanhas, prestação de serviços SMP&B Publicidade”. Observa-se que tal patrocínio não foi comprovado em qualquer prestação de contas fornecido pelo grupo de empresas do senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, tampouco na contabilidade da SMP&B Comunicação.

Quadro 46 – Valores depositados pelo grupo financeiro Bemge

Data	Emitente	CNPJ	Cheque	Favorecido	Valor
01/09/98	Bemge S/A Adm. Geral (')	17.298.092/0001-30	231697	SMP&B Publicidade	100.000,00
01/09/98	Financeira Bemge S/A (')	01.548981/0001-79	315209	SMP&B Publicidade	100.000,00
01/09/98	Bemge Seguradora	17.188.624/0001-87	006359	SMP&B Publicidade	100.000,00
01/09/98	Bemge Administradora de Cartões de Crédito Ltda (')	00.824.711/0001-80	803126	SMP&B Publicidade	100.000,00
01/09/98	Bemge Distribuidora de Valores	17.192.451/0001-70	751199	SMP&B Publicidade	100.000,00

Mobiliários S/A				
-----------------	--	--	--	--

Obs: 1 – Empresas cujas cópias dos cheques constam descrição de patrocínio ao evento Iron Biker – o desafio das montanhas.

177 – Depositado no dia 01/09/98, o valor cobriu saldo negativo de R\$343.736,34. Oriundos de débitos realizados em 31/08/98, bem como as saídas ocorridas em 01/09/98:

Quadro 47 – Débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9 entre 31/08 a 01/09/98

Data	Histórico	Doc.	Valor	Favorecido	Banco	Agência	Conta
31/08/98	Ch comp maior v	189893	15.000,00	Lidia Maria Alonso Lima	230	-	-
31/08/98	Cheque	189670	133.000,00	Inst. João A de Andrade Ltda	453	0009	60023763
31/08/98	Cheque	189669	20.000,00	Saque em espécie	-	-	-
31/08/98	Ch comp maior v	189650	12.800,00	Sinval Tolentino Câmara	104	-	-
31/08/98	Cheque	189644	16.940,00	Soc Rádio e Televisão Alterosa Ltda	244	009	0114760
31/08/98	Cheque	189642	49.331,20	Abril S/A	409	0414	1004376
31/08/98	Ch comp maior v	189629	35.000,00	Não identificado	477	-	97936162
01/09/98	Ch comp maior v	189680	30.000,00	Graffar Editora Gráfica Ltda	237	0513	618101
01/09/98	Ch comp maior v	189678	25.000,00	Pantofraff Propaganda Ltda	104	1661	03012
01/09/98	Ch comp maior v	189630	35.000,00	Canopus Empreend Incorp Ltda	389	142	20221834
01/09/98	Ch comp maior	189628	20.000,00	Não identificado	409	0491	1071516

Obs. 1 – Cheque nominal à SMP&B Comunicação, endossado, não sendo identificado o beneficiário devido a insuficiência de dados nos documentos analisados.

2 – Cheque nominal à SMP&B Comunicação, endossado, sendo o beneficiário identificado com base nos dados de conta, banco e agência.”

A pessoa de Lídia Maria Alonso Lima, beneficiada com o depósito de R\$15.000,00 declarou à Autoridade Policial (f. 2055/2056 – vol. 10):

“(…) a declarante afirma ter sido amiga de Eduardo Brandão, ex-Deputado Estadual em Minas Gerais, primo de Eduardo Azeredo; (..) que, de recorda que no ano de 1988, durante a campanha eleitoral para o cargo de Deputado Estadual, Eduardo Brandão pediu à declarante que emprestasse a sua conta bancária a fim de que nela fosse feito um depósito no valor de R\$15.000,00 que serviria para que Eduardo Brandão auxiliasse Eduardo Azeredo na campanha deste para a reeleição ao Governo do Estado de Minas Gerais; que, em virtude do seu vínculo de amizade com Eduardo Brandão, a declarante disse ter aceito receber o depósito de R\$15.000,00 em sua conta bancária, tendo, sem seguida à compensação do cheque do Banco Rural emitido pela SMP&B em 31/08/1998, sacado todo o valor e entregue em espécie a Eduardo Brandão (…)”

Registre-se que a empresa GRAFFAR Editora Gráfica produziu material para a campanha de Eduardo Azeredo, como declarou seu gerente financeiro à época dos fatos, Paulo Roberto Matos Victor , em juízo às f. 10.415 – vol. 48, oportunidade na qual confirmou suas declarações prestadas à Autoridade Policial às f. 4.375 – vol. 20.

“(…) que trabalhou na empresa GRAFFAR EDITORA GRÁFICA entre os anos de 1998 e 1999 na condição de gerente financeiro (...) que fazia a administração financeira interna, sendo responsável pelo pagamento de funcionários e de fornecedores, principalmente papel; que não negociava contratos com agências de publicidade, acompanhando tão somente a entrada de recursos na empresa por meio de extrato bancário; que quando começou a trabalhar na GRAFFAR o quadro de funcionários era em torno de dez a doze pessoas, posteriormente com a eleição de 1988, foram contratados mais seis a oito funcionários temporários; que se recorda que a GRAFFAR produziu material para a campanha eleitoral de Eduardo Azeredo e outros candidatos a deputado federal e estadual, porém não se recorda o nome desses políticos (...) que durante a campanha eleitoral de 1998 houve um aumento do fluxo financeiro, porém não tem condições de determinar a origem desses recursos (...)”

Ao ser ouvido pela Autoridade Policial, o Presidente do grupo BEMGE, José Afonso Bicalho, numa versão absolutamente fantasiosa e divorciada da prova amealhada, disse que não teve conhecimento e nem, tampouco, autorizou ou teve participação em patrocínio do evento Iron Biker, promovido pela empresa SMP&B Publicidade. Revelou ter achado “estranho” a transferência de recursos vinculados ao BEMGE à empresa SMP&B porquanto, naquele momento, o grupo estava prestes a ser privatizado.

Porém, todos os responsáveis pelas empresas do Grupo BEMGE atestaram que se restringiram a cumprir o determinado por José Afonso Bicalho ou “orientação superior”.

O Presidente da empresa BEMGE Seguradora S.A, Maurício Horta, ao ser ouvido por este juízo (f. 10263 – vol. 47) confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva, acrescentando que, a pedido do diretor financeiro, assinou o cheque endereçado à SMP&B. Achou estranho tal fato, pois a seguradora seria leiloada, assim como o banco, e não era a empresa de publicidade que servia ao grupo BEMGE, mas, mesmo assim, assinou.

“(…) somente tomou conhecimento da corrida e moto quando o diretor já falecido no nome Elias Haddad levou o cheque pronto para o depoente assinar e na oportunidade lhe explicou que era patrocínio da aludida corrida; (...) que no período em que o depoente lá esteve de 4 anos a BEMGE Seguradora não patrocinou outros eventos dessa natureza ou mesmo de qualquer outra

forma; que achou estranho porque a empresa SMP&B não era empresa que prestava serviço ao conglomerado BEMGE; que Elias lhe disse que recebeu a ordem para o patrocínio do evento do governo via banco, mas não sabe através de quem, nem mesmo Elias lhe falou; que achou estranho porque faltava menos de um mês para ser leiloado o conglomerado BEMGE (...)"

Na fase inquisitiva, referida testemunha declarou:

“(...) que foi indicado pelo então Governador Eduardo Azeredo em junho de 1995 a assumir a BEMGE SEGURADORA; (...) que permaneceu como presidente da BEMGE SEGURADORA de junho de 1995 a setembro de 1998, quando finalmente o conglomerado BEMGE foi adquirido por meio de leilão pelo Banco ITAÚ; (...) que as empresas SMP&B e DNA não atendiam a conta de publicidade da BEMGE SEGURADORA, pois os pequenos investimentos nesta área ficavam a cargo da ASA COMUNICAÇÃO por meio do banco BEMGE; (...) que perguntado se a BEMGE SEGURADORA patrocinou o evento ENDURO DA INDEPENDÊNCIA em 1998, respondeu que não se recorda de ter patrocinado tal evento; que não sabe dizer o que é IRON BIKER, não se recordando também de nada acerca do MUNDIAL DE SUPERCROSS; que não sabe informar qualquer participação da empresa BEMGE SEGURADORA nos eventos ENDURO DA INDEPENDÊNCIA, IRON BIKER ou MUNDIAL DE SUPERCROSS; que apresentado à cópia do cheque 006359, emitente BEMGE SEGURADORA S/A, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), datado de 01 de setembro de 1998, sendo beneficiário a SMP&B Publicidade, reconhece como sua a assinatura aposta no documento, acreditando que a outra assinatura no documento seja de ELIAS HADDAD (falecido), diretor financeiro da empresa; que tem certeza de que a emissão do cheque acima referido não foi de sua iniciativa, mas que teria ocorrido orientação superior para que o cheque fosse emitido; (...) que perguntado se era comum a BEMGE SEGURADORA patrocinar eventos, respondeu que não (...); que não lhe foi apresentado nenhum folder, prospecto ou outro material de publicidade vinculando a empresa BEMGE SEGURADORA aos eventos ENDURO DA INDEPENDÊNCIA, IRON BIKER OU MUNDIAL DE SUPERCROSS” (f. 4.909/4.910, Volume 23).

O Diretor Executivo da BEMGE Distribuidora, Títulos e Valores Mobiliários SA, Jair Alonso de Oliveira, ao ser ouvido pela Autoridade Policial esclareceu (f. 4915/4916 – vol. 23):

“(...) que foi convidado pelo Governador Eduardo Azeredo a ser Diretor Executivo da BEMGE Distribuidora SA, Títulos e Valores Mobiliários, empresa controlada pelo Banco BEMGE; (...) que não se recorda do evento MUNDIAL DE SUPERCROSS, não pode esclarecer nada a respeito do evento chamado de IRON BIKER; que apresentado a cópia do cheque nº 751199, do Banco BEMGE, emitente BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários SA, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), tem a dizer que o carimbado é igual ao seu e a assinatura é idêntica à sua, porém não se recorda de ter assinado tal cheque; que pelo que se recorda, toda movimentação financeira teria que ter duas assinaturas, a do presidente do conglomerado, o Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva e a do declarante, como Diretor Executivo da BEMGE DTVM; que no caso do cheque nº 751199 a assinatura não seria do Senhor José Afonso Bicalho (...); que se diz surpreso com o favorecido do cheque, que seria a SMP&B Publicidade, pois não conhecia tal empresa, não a contratou; que a empresa SMP&B não prestou nenhum tipo de serviço à BEMGE DTVM no período que foi diretor executivo da empresa; (...) que o Banco Itaú adquiriu em leilão público realizado no dia 14/09/1998 o controle acionário do conglomerado BEMGE, sendo os diretores destituídos a partir de 19/09/1998; (...) que perguntado se considera normal uma empresa na iminência de ser privatizada investir

R\$100.000,00 (cem mil reais) em evento esportivo de competição de bikers, respondeu o declarante que desconhece as razões...”

O Diretor Executivo da Financeira BEMGE, Gilberto Botelho Machado, ao ser ouvido por este juízo (f. 10252 – vol. 47) confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva, acrescentando:

“(…) que para qualquer patrocínio o acusado José Afonso ligava primeiramente para o depoente; (...) que não tem conhecimento de nenhum evento esportivo sob o patrocínio da financeira no período em que o depoente esteve à frente da diretoria executiva da financeira BEMGE, ou seja no período de junho de 1995 a princípio de setembro de 1998; que somente a financeira poderia patrocinar eventos gozando de benefícios fiscais; que as demais do grupo poderiam patrocinar financeiramente; que acredita que na época só a financeira patrocinava eventos; que não se recorda do evento Iron Biker – o desafio das montanhas; (...)”

Na fase inquisitiva informou (f. 1.827/1.830 – vol. 09):

“(…) que, durante cinco anos esteve aposentado, para em 1995 ser convidado pelo então Governador do Estado de Minas Gerais Eduardo Azeredo, para auxiliá-lo na reestruturação do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, mais precisamente da Financeira BEMGE; que, para tanto, assumiu o cargo de Diretor Executivo da Financeira BEMGE, no ano de 1995, onde ficou exercendo aquele ofício até o mês de setembro de 1998, quando a financeira foi privatizada e, portanto, vendida ao Banco Itaú; que, o declarante reconhece como sendo sua a assinatura constante no cheque de número 315209 do BEMGE, datado de 01.09.98, tendo como beneficiária a empresa SMP&B Publicidade, que ora lhe é apresentado pela Autoridade Policial na forma de microfilmagem; (...) que, com relação a eventos esportivos que tenham sido patrocinados pela Financeira BEMGE, tais como IRON BIKER – O DESAFIO DAS MONTANHAS, o declarante disse que não se recorda de ter participado de qualquer autorização de patrocínio para eventos desse tipo; (...) que não sabe explicar em que consistia o evento IRON BIKER – O DESAFIO DAS MONTANHAS, nem qual era a modalidade esportiva e o tipo de prova disputada; (...) que não sabe informar de onde ou de quem partiu a decisão que autorizou a Financeira BEMGE patrocinar o IRON BIKER no ano de 1998; (...) que, para se ter uma ideia, a FINANCEIRA BEMGE possuía apenas dois funcionários a ela vinculados; (...) que, não sabe dizer se o Comitê de Organização do evento IRON BIKER apresentou plano de mídia do mesmo; que não sabe informar qual foi o retorno de mídia, ou qualquer outro tipo de vantagem, estimado pela Financeira BEMGE para embasar o oferecimento do patrocínio em questão (...) que não sabe informar qual foi a exposição ocorrida da marca Financeira BEMGE no referido evento, bem como se houve alguma publicidade (banners, outdoors, folhetos, chamadas na mídia, rádio, tv, jornais e revistas) específicas da Financeira BEMGE, do Banco ou Grupo BEMGE; (...) que não sabe dizer qual foi o destino dado pela SMP&B ao valor disponibilizado pela Financeira BEMGE e demais empresas do Grupo BEMGE no patrocínio do evento; que não sabe informar se houve prestação de contas por parte dos organizadores do evento ou da SMP&B Ltda.; que não tem conhecimento de ter ocorrido, durante o período em que esteve à frente da Diretoria Executiva da Financeira BEMGE, qualquer patrocínio de eventos esportivos; que, o declarante deseja consignar que a Financeira BEMGE foi privatizada, tendo como comprador o Banco ITAÚ, no mês de setembro de 1998, sendo certo que, no dia 18.09.1998, o declarante afirma ter firmado, juntamente com JOSÉ AFONSO BICALHO, o Edital para publicação da comunicação de venda da Financeira BEMGE; (...) que sempre constavam dos cheques e/ou documentos da Financeira BEMGE os carimbos contendo os nomes das pessoas que os assinavam, o que não aconteceu no referido cheque; (...) acha estranho ter sido emitido um cheque no valor de cem mil reais, quando a Financeira já estava em processo de privatização (...)”

O Diretor Executivo da BEMGE Administradora de Cartões de Crédito, Sylvio Romero Perez de Carvalho, ao ser ouvido pela Autoridade Policial, atestou (f. 190/192 – apenso 30):

“(…) não se recorda de patrocínio para qualquer evento esportivo, cultural ou social por parte do BEMGE Administradora de Cartões de Crédito (...); que diante de cópia digitalizada do cheque de nº 803126, emitido pela BEMGE Administradora de Cartões de Crédito, reconhece como sua a assinatura lançada no citado documento; que se recorda de ter assinado o referido cheque; que a emissão do cheque foi em virtude de solicitação do presidente da Administradora, o Sr. José Afonso Bicalho Beltrão, referente a cota de participação em evento juntamente com as demais empresas coligadas do grupo; que não se recorda se o presidente do grupo nominou o evento; que argumentou com o presidente do grupo que o valor seria muito expressivo para uma empresa nova, que ainda estava se consolidando no mercado e em virtude desses argumentos, solicitou a diminuição da cota que cabia à Administradora de Cartões de Crédito; que, apesar da ponderação, teve que cumprir a determinação do presidente do grupo e emitir o cheque no valor originalmente proposto; QUE não se recorda os motivos esposados pelo presidente (...); que não fez qualquer acompanhamento ou tem notícia que tenha ocorrido em relação ao retorno do investimento realizado; que todas as ações de publicidade eram submetidas à Secretaria de Comunicação do Banco BEMGE, diretamente vinculada à presidência do grupo; que o presidente do grupo comunicou diretamente ao interrogado que as empresas do conglomerado iriam participar de um evento do grupo e que cada uma das empresas participaria com o valor de R\$100.000,00; que não houve formalização da orientação de participação financeira no evento por parte da presidência, ou seja, não foi emitido nenhum documento nesse sentido”

O fato de os ocupantes dos cargos de alta gestão das empresas do Conglomerado BEMGE não terem se lembrado do patrocínio, aliás, alguns sequer sabiam o que era o evento IRON BIKER, não terem tomado conhecimento em que consistiu a publicidade paga, terem percebido a estranheza da realização de patrocínio pouco tempo antes do leilão, de terem afirmado que, até então, o Grupo não havia patrocinado evento esportivo, desconhecerem a empresa SMP&B, bem como o motivo pelo qual os cheques que assinaram terem ido para a conta dessa empresa resulta na nossa certeza de que apenas restringiram a cumprir a ordem do Presidente do Grupo BEMGE, José Afonso Bicalho, que, por sua vez, aderiu à proposta feita pelos acusados e corréus.

Aqui também os gestores não se ocuparam com a elaboração do contrato de patrocínio, a avaliação técnica, levantamento de custos, discussão acerca da viabilidade e prestação de contas do volume investido, cobrança da nota fiscal dos serviços prestados (que sequer foi emitida).

Não custa reiterar que o custo dos três eventos, Enduro Internacional da Independência, Iron Biker – O Desafio das Montanhas e Campeonato Mundial de Supercross, ocorridos em 1998, conforme declarações das testemunhas transcritas nos tópicos anteriores, Helvécio Aparecida Ribeiro e René Pinheiro Assunção, não ultrapassaria o montante de R\$400.000,00 (trezentos mil reais). E, ainda, as declarações de Lincoln Miranda Duarte, Presidente da Confederação Brasileira de Motociclismo desde o ano de 1994, no sentido de que o valor do evento saiu muito caro considerando o declarado pela SMP&B como o valor gasto.

Restaram descumpridos, outrossim, os princípios constitucionais e as regras do Direito Administrativo quanto à aquisição de cotas de patrocínio e o fato da absurda desproporção dos valores até então investidos pelo Estado de Minas Gerais no evento, conforme constou do Relatório Final dos Trabalhos da CPMI dos Correios (f. 6.571 – vol. 31) acima transcrito.

2.2 – Da Autoria dos Crimes de Peculato

Registre-se, inicialmente, que, embora os acusados não ocupavam cargos públicos, é possível particular responder pelo crime de peculato, desde que concorra para o mesmo.

Nos termos do art. 30 do Código Penal “*Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.*”

A qualidade de funcionário público é elementar do tipo penal descrito no art. 312 do CPB, por isto se comunica ao particular que eventualmente concorra para o delito, na condição de coautor ou partícipe.

Mesmo que não tivessem a posse direta ou indireta do dinheiro público, ao concorrer para as práticas delitivas com os responsáveis pelo recurso público incide nas penas cominadas.

No recebimento da denúncia feito na ação penal 470, o Ministro Lewandowski afirmou em seu voto que “*Nada obsta que o delito seja praticado por particulares, em co-autoria com o funcionário público. Com efeito, desde que o estraneus [ou seja, aquele que está fora da administração pública] conheça a situação do intraneus [ou seja, aquele que é funcionário público] pode responder como co-autor pelo crime próprio.*”

Nem precisa dizer que os acusados tinham conhecimento da condição de Eduardo Azeredo, então Governador do Estado e o responsável por encabeçar a chapa por ele composta, e Eduardo Guedes, Secretário-Adjunto de Comunicação Social, até mesmo porque a SMP&B detinha a conta publicitária do governo.

Em todas as vezes que foi ouvido, o acusado Marcos Valério negou a prática dos crimes. A este juízo, detalhou pouco os fatos dizendo que estava celebrando um acordo de delação premiada com a Polícia federal.

Disse que sequer conhecia muito bem Eduardo Azeredo por ter se tornado sócio da SMP&B somente no ano de 1996 *“Eu tinha 35 anos quando eu cheguei na SMP&B em 1996, final de 96. Esses fatos são de 98. A agência já detinha a conta do Governo Federal, não fui eu que negociei a conta do Governo Estadual, do Eduardo Azeredo. A agência já tinha essa conta e esse relacionamento com o Eduardo Azeredo não era meu, eu nem conhecia o Eduardo, ele era de outro setor. Depois, com o andar da carruagem, dentro da agência, de 96 a 98, eu tive contato com essas pessoas que a sra. deu o nome, mas a maioria foi contato superficial. Só pra frisar, nós entramos em 96 na SMP&B e ela já tinha conta do governo atendida pelo sr. Ramon e Cristiano (...)”*

Mais à frente, voltou a dizer: *“só fui conhecer ele (Eduardo Azeredo) na reeleição, na campanha reeleição, fora isso todos os contatos com o governo era feito com o sr Ramon e o Cristiano nem no palácio eu passava.”*

Sobre a transição entre as empresas SMP&B Publicidade e SMP&B Comunicação, quanto à conta com o Governo Estadual esclareceu *“quem fez essa transição com o governo foi os dois sócios (Ramon e Cristiano) que já tinha relacionamento com o Eduardo Azeredo, com o Alvaro, que já tinha todo esse contato com o pessoal da comunicação.”*

Negou ter sido o responsável por arrecadar recursos para a campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade e de tê-lo ajudado, afirmando *“eu vou falar pra sra. quem arrecadava era Ruy Andrade, que era Presidente da COPASA, era o BEMGE, presidente Fernando, que era cunhado do Eduardo Azeredo, era o Álvaro, que era irmão, era o Cláudio Mourão, que era pau mandado do Eduardo, que era tido como tesoureiro, era o Valfrido, que era vice-governador”*

Sobre o poder de arrecadação de recursos, confidenciou que não o possuía, assinalando: *“uma coisa é o mensalão do PT, que já fui condenado. Outra coisa é quando tenho 35 anos, não tenho nenhuma intimidade com o Eduardo Azeredo e nem com ninguém do governo, mal, mal com o sr. Valfrido e fala “não, porque o Marcos Valério fez a do PT” e “ não, não senhora, essa história é outra, completamente diferente. Essa história da reeleição do Eduardo Azeredo tem figuras que não estão nesse processo. E outra coisa, quem mandava, você acha que eu ia ter poder? Eu? Você acha que eu ia ter poder pra falar com o Ruy Lage para sacar da COPASA e patrocinar. Você acha que eu ia ter poder pra falar com o Presidente do BEMGE que hoje é secretário da fazenda, pra ele patrocinar esse evento?”*

Disse, ainda, *“faturar contra o BEMGE? Eu não era governador, não fui eu que mandei faturar contra a COMIG. Então me dá a chave do governo que eu quero governar. Eu volto a falar, eu não conhecia Eduardo Azeredo, não fui eu, eu não tinha intimidade com Eduardo Guedes, eu só tinha 10%”*

Repisa na tese de não ter contribuído com o peculato *“Excelência, vou voltar a falar pra senhora: eu tinha 35 anos, no final de 96 até 98, vamos colocar 2 anos, 2 anos não dava pra eu conhecer Eduardo Azeredo, 2 anos não dava pra eu conhecer todo mundo da SECOM, 2 anos não dava pra eu fazer o que eles faziam, 2 anos não dava pra ver as notas fiscais que foram emitidas, que a PF tem cópia de tudo, porque ela apreendeu lá atrás e vai vir a tona. Deixa eu te falar, evidente que tinha. Agora nos acusar de peculato? Não. Ninguém meteu a mão no dinheiro dos outros aqui não, ao contrário, nós nos endividamos com a campanha, com o Banco Rural e depois o Banco Rural, com medo, arrancou nosso couro pra gente pagar, mas aí é fato novo e eu não posso trazer, porque eu vou ter que te explicar como nós pagamos os 09 milhões e esse fato novo vai afetar muita gente.”*

Confirma que a SMP&B recebeu o dinheiro do patrocínio e afirmou tê-lo aplicado totalmente nos eventos esportivos (que foram quatro), informando que os mesmos deram um lucro aproximado de 4 milhões, sendo que todo esse dinheiro, bem como os empréstimos contraídos foram repassados para a campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Voltou a confirmar o empréstimo de 9 milhões, feito com o Banco Rural, que foram destinados à campanha de Eduardo Azeredo *“Não posso dizer, é porque existe um documento que é assinado pelo próprio Eduardo Guedes. Esse documento existe, mas até chegar nessa garantia do Banco Rural tem uma história, tem reuniões e reuniões que eu não participei e teve reunião em sala de vice-governador que eu não participei, mas sei quem participou e como aconteceu, sei porque o Eduardo Guedes aí assinou, sei porque quem pediu, e eu sei quem tava nas reuniões e que não consta aí. E que a PF na época sabia e o MP não sabia quem tava na reunião e aonde aconteceu. Eu to dando informações porque, quando o Banco Rural nos empresta 9 milhões, que foi para pagar as despesas da campanha, quando ele emprestou os 9 milhões, ele estava mandado ele já tinha participado de várias reuniões. Nós simplesmente formalizamos, esse dinheiro não ficou com a empresa, esse dinheiro depois a agência pagou pro Banco Rural, que é outra história, que o MP quer que colocar aí, como é que foi pago esse empréstimo pela agência, ele foi pago e liquidado.”*

Perante à CPMI dos Correios (f. 6567 – vol. 31) e perante a Polícia Federal (f. 1776 – vol. 09), Marcos Valério declarou:

“em 1998, o Dr. Clésio Andrade resolve sair da SMP&B Comunicação, para se candidatar, junto com o Sr. Eduardo Azeredo, a Vice-Governador na chapa. Até aí, não tinha nenhum problema, um dia eu recebo um telefonema à noite, na minha casa, do Sr. Clésio Andrade, falando que o Dr. Cláudio Mourão iria me procurar. Bom, quando o Cláudio Mourão me procurou, ele veio com a seguinte encomenda: 'oh, o seu ex-sócio, Dr. Clésio Andrade, que faz parte da chapa junto com o PSDB, a campanha vai parar, e nós estamos precisando de recurso. Eu estou te falando a verdade, puramente a verdade’. Aí eu falei assim: 'E o que você sugere?' “ele sabe que você tem relacionamento com o Banco Rural. Ele também, nas empresas dele, tem relacionamento com o Banco Rural. Então, ele acha que você poderia utilizar um empréstimo e utilizar esse

empréstimo paa ajudar a campanha'. Eu fiz esse empréstimo para utilizar na campanha, e o Sr. Cláudio Mourão foi quem determinou os pagamentos. Bom, aí que vem uma notícia que foi alardeada em Belo Horizonte – eu nobre Deputado Mauro deve saber dessa história – que o Dr. Clésio brigou literalmente comigo. Por quê? Porque, quando eu fui cobrar o empréstimo do Sr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio, na época eu não coloquei isso na praça e todo mundo achou que eu tinha literalmente roubado o Sr. Clésio. Se eu estou falando mentira, o senhor me corrija. Mas, na verdade, foi um empréstimo que eles não pagaram (..)”

“que obtive junto ao Banco Rural dois empréstimos cujos recursos seriam destinados à campanha de reeleição do então Governador De Minas Gerais Eduardo Brandão de Azeredo; que o primeiro empréstimo foi tomado no início do segundo semestre de 1998 no valor de R\$2 milhões; que ofereceu como garantia desse primeiro empréstimo o aval dos próprios sócios da SMP&B Comunicação Ltda, Senhores Cristiano Paz e Ramon Cardoso (...) que repassou os R2 milhões obtidos no empréstimo para o tesoureiro da campanha Cláudio Mourão; que não se recorda se repassou tais valores em espécie ou efetuou pagamentos para fornecedores da campanha (...) que resolveu ajudar a campanha de reeleição ao Governo do Estado, do agora Senador Eduardo Azeredo, devido à amizade que nutria com o candidato a Vice, Sr. Clésio Andrade; (...) que aproximadamente 01 mês após o primeiro empréstimo, obtive um novo empréstimo no Banco Rural no valor de R\$9 milhões; que este empréstimo de R\$9 milhões foi também destinado à campanha do Senador Eduardo Azeredo(...) que repassou tais recursos para a campanha de forma parcelada, conforme orientação de Cláudio Mourão; que pelo que se recorda efetuou 79 transferências para pessoas envolvidas na campanha, conforme relação constante nos autos; que deste segundo empréstimo destinou R\$4,5 milhões para pagamento do publicitário Duda Mendonça; que estes R\$4,5 milhões foram repassados a Cláudio Mourão através de vários cheques nominais à SMP&B e endossados pelo declarante ou alguns de seus sócios (...)”

Cristiano Paz iniciou seu interrogatório descrevendo os fatos que levaram à SMP&B Publicidade a enfrentar grandes dificuldades financeiras. Disse que Marcos Valério entrou como sócio e passou a gerir financeiramente a nova empresa, pois foi necessário criá-la para possibilitar a entrada de Clésio Andrade como sócio.

Informou que cuidava da criação e da publicidade e, quanto à gestão, esclareceu *“e então assim, as reuniões que a gente tinha era mais pra mostrar o rumo da empresa, as coisas que estavam sendo feitas. Era uma reunião que, assim, não era detalhada, mas era mais uma reunião pra falar os planos da empresa.”*

Esclareceu que, inicialmente, Marcos Valério tentou fazer a gestão da SMP&B Publicidade, porém, depois de um certo tempo, ele disse que precisavam de um sócio investidor, vindo, posteriormente, comunicar que Clésio havia aceitado o convite *“Era ainda publicidade, mas aí, nesse meio tempo, ele um dia reuniu conosco e falou que a única solução era arrumar um sócio investidor. Aí eu falei com ele ‘Marcos você não é desse meio publicitário, ninguém vai entrar com um dinheiro em uma agência nessa situação financeira porque com esse dinheiro ele monta outra agência’. Mas aí ele disse que ia buscar um sócio, que a gente ia ter um nome importante, eu acho que ele já tava planejando falar com o Clésio. Foi aí que, um dia, eu me*

lembro que eu estava em casa, um dia de agosto qualquer, e ele me ligou e perguntou se eu estava em pé, pra sentar. E falou que tinha arrumado um sócio pra agência e pediu pra eu descer pra lá que iria ter uma reunião com ele.”

Negou saber como funcionava a estrutura da campanha e acreditava que mais de uma agência tenha feito a publicidade para a mesma, porém, a SMP&B não participou.

Quanto aos contratos de mútuo se lembrou apenas daqueles nos quais Clésio Andrade figurou como fiador, mas não se recordou as datas.

Informou que o Enduro da Independência deu um lucro muito pequeno decorrente do valor da inscrição e o Supercross afirmou ter dado prejuízo. Nada soube dizer acerca dos pagamentos dos contratos de mútuo por não ser sua área.

Ramon Hollerbach, por sua vez, ao ser ouvido por este juízo, relatou como foi a constituição da empresa SMP&B Comunicação e por qual motivo isto aconteceu: financeiro. Apontou que não havia retirada de lucro até a entrada de Clésio Andrade “(?) Então não teria retirada de lucro? Não até o Clésio entrar , quando ele entrou não, foi uma reformulação, porque, na verdade, o Marcos fez uma proposta pra nos ajudar e disse que não queria receber por isso, queria receber depois pelo resultado que ia vir do trabalho dele. E no contrato com o Clesio aquele assunto deixou de existir porque ele veio participar da empresa.”

Afirmou que o arquiteto da campanha era de Walfrido dos Mares Guia e a gestão financeira de Cláudio Mourão “Na verdade assim, o arquiteto da campanha foi o Valfrido, até porque ele tinha um histórico nisso, ele era extremamente competente e com provas de diversas campanhas. Isto do ponto de vista do governo, mas eles contrataram um marketeiro também que era o Duda Medonça.”

Informou que os eventos deram lucro, mas muito aquém do esperado.

Esclareceu o motivo pelo qual Clésio figurou como devedor solidário nos contratos de mútuo “Porque e o Clésio Andrade, e aí me permite, mesmo não estando figurando aí. Ele o Valfrido solicitaram em determinado momento um empréstimo de curtíssimo prazo pra resolver uns problemas deles e receberíamos logo após, o que de fato aconteceu. Mas nos só aceitamos atendê-los se a gente tivesse alguém figurando.”

Esclareceu o motivo do empréstimo de R\$9.000.000,00 e a forma como ele ocorreu, bem como o pagamento, dizendo que tal quantia foi empregada nos eventos esportivos.

Afirmou que a gestão da SMP&B era feita por Marcos Valério, de forma exclusiva, e que já conversava com o Governo sobre o patrocínio dos eventos uns três meses antes e tinha o compromisso verbal dos patrocínios, mas que não conversaram com a COPASA ou a COMIG.

Explicou a utilização do recurso oriundo da COPASA *“Então quando o dinheiro da COPASA foi pago ele quitou o empréstimo de antecipação, porque se a COPASA tivesse pago a vista nós não precisaríamos fazer.”*

Informou que não existe prestação de contas em eventos dessa natureza e que os R\$26.000,00 recebidos foram a título de *pro labore*.

Descreveu as movimentações financeiras da empresa, inclusive dos recursos oriundos a COPASA e as transferências realizadas pela DNA.

Negou categoricamente que os recursos das estatais tenham sido endereçados para a campanha e acrescentou *“O Marcos Valerio e o Claudio Morão viviam em uma época em uma sala x, nada disso acontecia dentro da SMP&B. A SMP&B continuou tocando, fazendo reunião com os clientes. E uma característica nossa era isso, não só reuníamos com os clientes, eles viviam dentro da nossa empresa. Então nós não queríamos e nunca fizemos isso. Eles ficaram em uma sala na Álvares Cabral me parece.”*

Assinalou que tinha conhecimento apenas dos contratos com os clientes privados da empresa, pois era sua área de atuação. Quanto aos contratos de mútuo celebrados pela empresa, não tinha conhecimento porque a gestão financeira era feita por Marcos Valério.

No que diz respeito à movimentação financeira, afirmou que, como proprietário, se reunia para saber dos rombos da empresa.

Observa-se a contradição entre os acusados acerca dos eventos, pois enquanto Marcos Valério afirmou que eles deram muito lucro, destinado à campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, Ramon informou que o lucro foi muito aquém do esperado e Cristiano, por sua vez, informou que eles deram prejuízo.

Cristiano era não só o responsável pela área criativa da empresa, mas era o seu presidente (conforme testemunhas Eliane, Elenize, Renato, Gilberto Caraan, Guilherme Luiz e Paulo Vasconcelos ouvidas, respectivamente, às f. 10.750, 10.754, 10.756, 10.816, 11.037 e 11.039/11.042) e Ramon o vice-presidente, como ele próprio informou. Não é crível que nada sabiam acerca da condução da gestão pelo sócio Marcos Valério, como Cristiano declarou a

este juízo ao dizer que as reuniões eram apenas para “*falar dos planos da empresa*” e Ramon “*dos rombos*”.

Não é crível que o acusado Ramon, responsável pelos contratos de clientes privados da empresa, conforme afirmou a este juízo, não tinha nenhum conhecimento acerca dos contratos de empréstimos e o destino dos recursos.

Também não é crível que ele o acusado Cristiano, tão envolvidos na produção dos eventos, não tenham tomado ciência do destino dos valores repassados pelas estatais.

À Justiça Eleitoral, Cristiano demonstrou conhecimento acerca do procedimento adotado pela empresa quanto ao recebimento dos recursos públicos a título de patrocínio dos eventos esportivos “*(...) não houve assinatura de contrato entre a empresa do depoente e a COMIG ... que fez a prestação de contas à COMIG do investimento aplicado; ...*” (f. 1001/1006 – vol.05)

Ramon, por seu turno, à Justiça Eleitoral (f. 1022/1026 – vol. 05), disse “*que a proposta de patrocínio foi apresentada à COMIG cinco dias antes de que ocorresse o efetivo fechamento do patrocínio com a COMIG; que não se recorda qual pessoa da SMP&B tenha tido contatos com a COMIG anteriores aos cinco dias retro aludidos*” Mais à frente declarou “*que a SMP&B não prestou nenhum serviço para a campanha eleitoral do candidato Eduardo Azeredo*” e, posteriormente, informou “*que havia reunião de início semanal, depois quinzenal, com frequência entre os sócios onde se examinava os relatórios e os balancetes com a supervisão e participação da área da contabilidade e auditoria; que as reuniões eram realizadas tanto no escritório da Holding Brasil, como nos escritórios da SMP&B; que o Sr. Clésio Andrade participou de quase totalidade das reuniões; que a maioria das reuniões para exame do desempenho financeiro da empresa eram realizadas na sede da Holding e a presença do Dr. Clésio Andrade nas reuniões realizadas na SMP&B tinha cunho exclusivo para também exame do desempenho financeiro da empresa.*” e, quanto à COPASA afirmou “*apresentada a proposta, em seguida foi a mesma aceita, o que é procedimento comum de todos os patrocinadores*”

A prova amealhada aos autos demonstrou que Ramon faltou com a verdade no juízo eleitoral ao dizer que as empresas COPASA e COMIG foram contatadas para o patrocínio, uma vez que o mesmo só ocorreu em razão da ordem recebida de Eduardo Guedes. E faltou com a verdade a este juízo ao dizer que não se inteirava muito da gestão da empresa, pois, conforme afirmou à Justiça Eleitoral, havia reuniões semanais para isto (com todos os sócios, inclusive Clésio Andrade), assessorados pela área da contabilidade e auditoria.

Assim, nossa conclusão é de que não só Marcos Valério, quanto Cristiano Paz e Ramon participaram do desvio dos recursos públicos, recebendo-os através da empresa SMP&B

Comunicação para, posteriormente, lavá-los e destiná-los à campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, seja através de saques em espécie, seja através de pagamentos de colaboradores da campanha ou coligados.

O empréstimo referido foi confirmado pelo corréu Ramon Hollerbach Cardoso, também, na fase de inquérito *“(…) que se recorda de ter ocorrido uma reunião no ano de 1998 solicitada pelo coordenador financeiro da campanha de Eduardo Azeredo com os sócios Marcos Valério, Cristiano de Melo Paz e o declarante; que esta reunião foi solicitada pelo coordenador financeiro Cláudio Mourão por ter relacionamento com o sócio Cristiano de Melo Paz, em virtude de terem morado próximos; que Cláudio Mourão explicou que já havia uma previsão de entrada de recursos, porém necessitava imediatamente de determinados valores para que pudesse deslançar a campanha; que inicialmente Cláudio Mourão solicitou um empréstimo de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), não se recordando o prazo estipulado para o pagamento da dívida; que a SMP&B decidiu ajudar Cláudio Mourão, com a concordância dos 03 sócios, não cobrando qualquer encargo pelo valor emprestado ao coordenador financeiro da campanha do PSDB em 1998; que deseja consignar que tais recursos foram obtidos pela SMP&B junto ao BANCO RURAL, não sabendo o declarante, neste momento, qual foi a taxa de juros praticada por aquela instituição financeira;(…)”* (f. 612 – vol. 03 STF).

No mesmo sentido, Cristiano Paz (f. 258/259 – vol. 02):

“(…) pelo que se recorda o declarante, através da DNA Propaganda celebrou apenas o contrato de mútuo que originou este inquérito; que tal contrato tinha por objetivo emprestar dinheiro para campanha de Eduardo Azeredo e Clesio Andrade para o governo de Minas, no ano de 1998, sendo tal “negociação” ocorreu entre Marcos Valério e Clésio Andrade “eu sei que o Clesio ligou para o Marcos Valério o convocando para uma reunião e dizendo que estava precisando deste recurso”

O valor dessa transação foi repassado para a campanha de Eduardo Azeredo, conforme relatou Cláudio Mourão, Coordenador Administrativo, Ramon e Cristiano.

Na fase inquisitiva, Cláudio Mourão disse que Marcos Valério conseguiu o empréstimo de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) com o Banco Rural *“(…) que era Coordenador Administrativo da campanha ao Governo do Estado pela chapa PSDB/PFL, porém, na ausência de recursos financeiros, acabou desempenhando a tarefa de captar recursos; que no primeiro momento assumiu em nome próprio dívidas de campanha, comprando 105 (cento e cinco) veículos em um sistema de leasing junto ao Banco Volkswagen para pagar em 06 parcelas mensais vencíveis entre 30 de outubro a 30 de março de 1999; (...) que adquiriu os automóveis necessários à deflagração da campanha eleitoral do PSDB ao governo de Minas, em 1998, por meio da locadora de automóveis UNIÃO LTDA, de propriedade de seus filhos (...) que após manter contato com diversos empresários visando angariar fundos para a campanha, contactou o Sr. Cristiano Paz, que foi vizinho do declarante na época de sua juventude; que em reunião com Cristiano Paz na SMPB COMUNICAÇÃO encontrou com o Sr. MARCOS VALÉRIO, sócio da empresa SMPB; que após algumas reuniões MARCOS VALÉRIO conseguiu o empréstimo no valor de 02 milhões de reais com o Banco Rural, repassando a campanha Eduardo Azeredo, com o compromisso de pagamento do empréstimo no prazo de 15 dias; (...)”* (f. 405/412 – vol. 02 STF).

Na CPMI dos Correios, Cláudio Mourão apresentou a mesma versão para os fatos referentes ao empréstimo: *“(…) Essa campanha, quando começou, comecei a ter dificuldade de recursos. Não tinha dinheiro, e a campanha já é um dano. Eu comecei...Não era minha atribuição a captação de recursos, mas comecei a fazê-lo devido à dificuldade. Procurei diversas pessoas em Belo Horizonte do meu relacionamento*

(...) uma das pessoas que eu procurei, dentre várias, foi o senhor Marcos Valério, que já era meu conhecido. O Marcos Valério, num primeiro momento, conseguiu emprestado para mim. Ele conseguiu, então, um empréstimo no Banco Rural. Foi no Banco Rural e me arrumou R\$2 milhões. Uma ação única e exclusiva dele (...) Foi R\$2 milhões. O bruto foi um pouco maior. Ele me deu R\$2 milhões. Ao final de quinze dias, eu só paguei a ele R\$1 milhão. E fiquei devendo R\$1 milhão, e esse R\$1 milhão não foi pago (...) paguei com dinheiro vivo.” (f. 6601/6682v – vol. 31 STF).

Na fase inquisitiva, o corréu Eduardo Azeredo disse ter conhecido Marcos Valério no ano de 1988, antes de iniciar a campanha à reeleição, porém, somente no ano de 1999 tomou conhecimento do auxílio por ele prestado à sua campanha, é dizer, reconheceu a ajuda dele.

O acusado Clésio Andrade, perante a Justiça Eleitoral afirmou que *“que a empresa de publicidade responsável pela campanha foi Duda Mendonça, a SMP&B participou de alguns eventos ”* (f. 1.007/1.010 – vol. 05).

Marcos Valério, por sua vez, perante o mesmo juízo eleitoral, declarou ter participado da campanha, através da empresa SMP&B:

“Que a agência que cuidou da campanha eleitoral do candidato à reeleição Eduardo Azeredo, foi a Duda Mendonça, que a SMP&B, como outras empresas, inclusive a Perfil, fez algum trabalho para a campanha eleitoral do Sr. Eduardo Azeredo (...); Que acredita que foi a coligação do candidato Eduardo Azeredo quem pagou o serviço à SMP&B, mesmo porque o Sr. Eduardo Azeredo é um homem modesto e não teria condições de pagar as despesas da campanha eleitoral; Que não se dispõe a exibir o recibo referente ao pagamento do serviço prestado pela SMP&B à campanha eleitoral do Sr. Eduardo Azeredo, por entender que isto é quebra de sigilo da contabilidade da empresa ...” (f. 1.019/1.021).

Cláudio Mourão disse à CPMI dos Correios que Marcos Valério, com o intuito de receber os valores emprestados à campanha, passou a ser seu braço direito no comitê:

“... A partir do momento que ele colocou 2 milhões na campanha e só recebeu R\$1 milhão, ele passou a viver dentro do meu comitê dia e noite. Ele trabalhou na campanha ao meu lado direito; ele me ajudou demais na campanha e queria receber (...) Ele me ajudou com contatos. Até tentou algumas arrecadações também, do ponto de vista oficial. Lembro dele ter ido a alguns lugares comigo, mas ele passou a ser uma pessoa muito ativa na campanha...” (f. 6.609 – vol. 31).

Há testemunhas que afirmaram sobre a participação da empresa SMP&B na campanha, seja através da presença de Marcos Valério no comitê, seja através de repasses a correligionários ou através de contratação direta para prestar serviços, vejamos:

Amilcar Martins, ouvido pelo juízo, às f. 10254 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva e confirmou ter recebido recurso da SMP&B empregados em sua campanha para Deputado Estadual .

Na fase inquisitiva, assinalou:

“...que com relação ao valor de R\$6.000,00 depositados em sua conta bancária da CEF em 22/10/1998, pela empresa SMP&B, o declarante esclarece que o dinheiro mencionado partiu do Comitê Eleitoral do PSDB daquele mesmo ano que coordenava as candidaturas dos filiados ao mesmo partido; que utilizou os R\$6.000,00 para quitar dívidas pendentes com a sua própria candidatura ao cargo de Deputado Estadual; ...” (f. 2051 – vol. 10)

Alfeu Queiroga, ouvido pelo Juízo às f. 10258, confirmou seu depoimento prestado à Autoridade Policial e afirmou ter recebido do comitê da campanha a quantia de R\$120.000,00, salientando que foi contratado para produção de material jornalístico e telejornalístico.

Na fase inquisitiva, declarou, após ser indagado acerca do recebimento da quantia de R\$56.533,00 pela empresa SMP&B (f. 2000 – vol. 10):

“... o valor foi recebimento a título de pagamento de serviços profissionais que o declarante prestou à campanha do então candidato à reeleição para Governador do Estado de Minas Gerais Eduardo Azeredo e despesas decorrentes dos serviços prestados...”

Otumar Bicalho, ouvido pelo juízo às f. 10.259 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva e acrescentou ter recebido cheques, emitidos pela SMP&B, e dinheiro em espécie de Cláudio Mourão. Informou ter utilizado tal quantia para quitar débitos de prestadores de serviço de pintura para a campanha.

Na fase inquisitiva, asseverou:

“...que em agosto de 1998 recebeu uma ligação telefônica do governador Eduardo Azeredo solicitando que assumisse o gerenciamento da equipe de pintura na cidade de Belo Horizonte ...que, acredita ter recebido cerca de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais) para fazer pagamentos relacionados a pintura de muro... mês de setembro a campanha entrou em crise financeira, ocorrendo inclusive invasão de seu escritório particular, por motivo de atraso no pagamento dos serviços efetuados pelos pintores contratados pelo declarante; que, diante dessa situação cobrou de Cláudio Mourão o acerto financeiro para que saldasse o débito com os pintores; que, Cláudio Mourão ofereceu como única forma de pagamento o repasse de seis cheques, sendo cinco no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e um no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)...” (f. 4911/4912 – vol. 23).

Guilherme Marques, ouvido pelo juízo às f. 10.260 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva, acrescentando ter trabalhado na campanha por 04 meses e meio, aproximadamente, recebendo vinte e pouco mil reais, porém, não tinha conhecimento da origem do pagamento.

Na fase inquisitiva, afirmou:

“que trabalhou na campanha eleitoral de Eduardo Azeredo ao Governo de Minas Gerais, no ano de 1998; que era responsável pela produção dos grandes shows ...que trabalhou para o Comitê durante quatro ou cinco meses, recebendo o valor de cinco mil reais; que recebeu o valor de dez mil reais (R\$10.000,00) em sua conta pessoal por estar viajando e não poder receber pessoalmente; que não tinha conhecimento que tal valor foi depositado em sua conta poupança pela empresa SMP&B...” (f. 4891/48/92 – vol. 23)

Roberto de Queiroz, ouvido pelo juízo, às f. 10.266 – vol. 47, confirmou, em parte, suas declarações prestadas na fase inquisitiva, retificando apenas que não poderia confirmar se Cláudio Mourão tinha pleno conhecimento que o depósito efetivado em sua conta foi feita pela empresa SMP&B. Disse ter recebido da campanha, pelos serviços prestados, em torno de R\$300.000,00. O valor excedente à a quantia de R\$150.000,00 foi pago em espécie, na sede do comitê, afirmando que parte do valor total mencionado foi pago pela assessoria de Clésio

Andrade. Por fim, informou que, além de Eduardo Azeredo, o corrêu Clésio Andrade também o levou para a campanha, ligando pessoalmente.

Na fase inquisitiva, assinalou, após ser indagado a respeito do depósito no valor de R\$150.000,00 feito pela SMP&B em sua conta:

“...confirma tanto que esta conta é titularizada pelo declarante, bem como o referido depósito; que tal valor foi utilizado pelo declarante para pagamento de despesas dos eventos que organizava durante a campanha ... que no desempenho de sua funções na área de eventos, costumava frequentar tanto o comitê de campanha quanto a sede da empresa SMP&B; que, nos dois locais sempre encontravam com Marcos Valério e os sócios da SMP&B, senhor Ramon Cardoso e senhor Cristiano Paz...” (f. 2217/2219 – vol. 11).

Leopoldo José de Oliveira, ouvido pelo juízo às f. 10.267 – vol. 47, confirmou suas declarações prestadas na fase de inquérito e afirmou *“que a mobilização política consistia em reunir prefeitos de municípios em torno de Belo Horizonte; ...que a única ligação do depoente quando da campanha de Eduardo Azeredo era com Cristiano Paz, sócio da empresa SMP&B; que o contato do depoente era todo com esta empresa e que frequentava à época a sede desta empresa”*

Na fase extrajudicial, Leopoldo informou:

“... que prestava serviços de mobilização política, contactando prefeitos, entre outras lideranças, com a finalidade de reuni-las e em prol da reeleição do então candidato Eduardo Azeredo ao cargo de governador de Minas Gerais; que, o serviço de mobilização foi solicitado pela agência de propaganda SMP&B, que era uma das agências que cuidava da campanha política de Eduardo Azeredo...que Cristiano Paz, sócio da SMP&B, foi uma das pessoas que contactou o declarante para a prestação de serviço de mobilização política, a quem era dado o feedback do desenvolvimento do trabalho realizado...” (f. 2214/2215 – vol. 11)

Aristides Neto, ouvido pelo Juízo às f. 10.268 – vol. 47, confirmou o declarado à Autoridade Policial, acrescentando ter ido trabalhar na campanha a convite de Carlos Cota, tendo solicitado, naquela oportunidade, o valor de R\$205.000,00, não se recordando se foi de Carlos Eloi ou mesmo de Carlos Cota.

Na fase inquisitiva, Aristides declarou:

“...que, nas eleições de 1988, foi um dos sub-coordenadores regionais da campanha da coligação PSDB/PFL...que confirma que recebeu um depósito no valor de R\$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) no dia 30/09/1998; que esses recursos foram repassados pela coordenação da campanha... com o objetivo de custear despesas da campanha; que não sabe quem depositou tal valor em sua conta, mas acreditava que o dinheiro teria partido da própria coligação, desconhecendo que o depósito fora feito pela SMP&B...que destinou os R\$205.000,00 recebidos em sua conta corrente ao pagamento de colaboradores da campanha...” (f. 2201/2202 – vol. 11).

Alexandre Rogério, ouvido na fase do contraditório às f. 10.269, confirmou suas declarações prestadas na fase de inquérito e confirmou ter recebido valores em cheques que foram depositados em sua conta pessoal. Esclareceu que sua atividade era realização de áudios para os candidatos da coligação.

À autoridade Policial, f. 4896/4897 – vol. 23, Alexandre disse:

“...que sua empresa foi contratada pela SMP&B para produzir o áudio para TV e o programa de rádio dos candidatos proporcionais da coligação liderada pelos partidos PSDB/PFL na eleição de

1998...que o valor acordado com a SMP&B foi de 25.000,00 (vinte e cinco mil), sendo pago em duas parcelas ...”

Paulo Cury, ouvido às f. 10.527/10.528 – vol. 48, confirmou suas declarações prestadas na fase inquisitiva (f. 2281/2282 – vol. 11), ocasião na qual disse acreditar que o recebimento em dinheiro depositado em sua conta particular utilizada para sua campanha à Deputado Federal pelo PFL no ano de 1998 seria oriundo de arrecadação dos diretores e amigos e conselheiros do Clube Atlético Mineiro. Afirmou desconhecer a origem do montante creditado, mas que o gastou em sua campanha.

Leonardo Pinho Lara declarou ter prestado serviços de fotografia para campanha de Eduardo Azeredo no ano de 1998, sendo contratado pelo assessor de imprensa, Chico Brant. Disse ter prestado tais serviços por quatro meses, recebendo R\$6.000,00 (seis mil reais) por mês. Indagado acerca do depósito de R\$20.000,00 (vinte mil reais) em contra de sua titularidade, n. 7341929, do Banco Real, feito pela empresa SMP&B, disse não se recordar da existência dessa conta-corrente, bem como ter recebido tal quantia. (f. 2211/2213 – vol. 11)

Wagner do Nascimento, ouvido às f. 10.450 – vol. 48, confirmou ter recebido dois depósitos em sua conta pessoal, cujos valores foram gastos na campanha de seu pai, candidato da coligação. Informou que só no ano de 2005 ou 2006 tomou conhecimento que tais depósitos foram feitos pela empresa SMP&B.

Custódio Antônio, ouvido às f. 10.477/40.478 – vol. 48, esclareceu “... *que somente depois por volta do ano de 2005, quando o Sr. Marcos Valério apresentou uma relação de depósitos feitos por referida empresa, foi que o depoente identificou que o depósito de R\$20.000 feito em sua conta teria sido feito pela empresa SMP&B, mas, até então o depoente não sabia disse; que, na verdade o depoente recebeu de recurso de campanha, naquela época, pelo que tem em registro e comprovado documentalmente, o valor de R\$25.000,00...*”

Maria Cristina Cardoso de Mello, ao ser ouvida na fase de inquérito, f. 1859/1860 – vol. 09, informou ter recebido um convite de Clésio Andrade para participar da campanha utilizando a estrutura dos comitês eleitorais de Junia Marise, candidata derrotada ao senado no ano de 1988. Afirmou que Junia Marise optou apoiar Eduardo Azeredo no segundo turno das eleições e autorizou a utilização a estrutura de sua campanha em favor deste candidato. Disse ter feito uma planilha de custo e recebido informações de Clésio de que o dinheiro seria creditado em sua conta bancária, o que foi feito, no valor de R\$175.000,00. Disse, ainda, ter sacado esta quantia e usado no pagamento dos colaboradores dos comitês eleitorais e, na maioria, foram solicitados comprovantes de pagamentos que não se recordava se os encaminhou a Clésio ao final da campanha. Afirmou, por fim, não ter tido conhecimento de que o dinheiro depositado em sua conta era oriundo da SMP&B.

Vera Lúcia Mourão, prima de Cláudio Mourão, apresentou um depoimento de próprio punho no qual relata “(...) *semanalmente em reunião com o responsáveis pela parte financeira da campanha, prestava contas das minhas atividades e transportava dinheiro para pessoas que o Cláudio determinava. Neste período o candidato a vice-governador era o Sr. Clésio Andrade e posso afirmar com certeza que o Sr. Clésio, governador Eduardo Azeredo, o vice-governador Walfrido dos Mares Guia, Cláudio Mourão, Denise Landim, Sr. Marcos Valério, sua secretária e eu, Vera Mourão, fazíamos semanalmente reuniões para tratar de assuntos referente a entrada e saída de verbas, doações de empresários e doações que entravam como empréstimo, que seriam pagos após a eleição. A reeleição do Sr. Eduardo Azeredo era contada como certa e por isso, com a*

autorização dele, vários acordos foram firmados, porém, com a derrota não foram cumpridos. (...)” (f. 577/583 - vol. 03)

Consta dos autos que Vera Lúcia sofreu pressões políticas e adoeceu, impossibilitando a colheita de suas declarações por este juízo.

Desta forma, estamos absolutamente convencidos que os acusados, na condição de sócios da empresa SMP&B, independentemente do fato de Marcos Valério ser minoritário, participaram ativamente da campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade e receberam os recursos das estatais, destinando apenas uma pequena parte para os eventos esportivos. A outra foi utilizada para quitar empréstimos contraídos empregados na campanha de Eduardo Azeredo, ou, ainda, pagando, diretamente, colaboradores e coligados, seja através de quantia em dinheiro ou depósitos de cheques, se subsumindo suas condutas ao disposto no art. 312 do Código Penal, na modalidade peculato-desvio, não sendo, portanto, possível acolher o pedido das defesas de absolvição.

Não estamos rechaçando as alegações das defesas de que os eventos aconteceram, foram importantes para o Estado de Minas Gerais, tiveram repercussão na mídia nacional e internacional e os patrocínios foram realizados, até mesmo porque existem provas documental e testemunhal neste sentido.

Porém, o Ministério Público logrou êxito em demonstrar que o recurso das empresas estatais não foram destinados, na integralidade, a esses eventos, mas apenas uma pequena parte, restando desnecessário laudo particular dizendo que os eventos superaram a casa de milhões de dólares americanos. Como veremos a seguir, após recebê-los, os acusados mesclaram tais recursos com outros recursos e efetuaram diversas movimentações e saques em espécie, tudo para dissimular a origem, aplicando-os na campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, tornando-se coautores do crime de peculato em desfavor das empresas COMIG, COPASA e GRUPO FINANCEIRO BEMGE (BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A).

Desta forma, a diferença entre mídia espontânea e publicidade, esclarecido pela defesa de Ramon, se esvazia de sentido, pois o que restou demonstrado, à saciedade, foi que a quase totalidade do recurso público foi desviada para a campanha.

2.3 – Da causa de aumento de pena descrita no art. 327, §2º, do Código Penal

O §2º do art. 327 do Código Penal prevê uma causa de aumento de pena da terça parte quando o autor do crime for ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

A *ratio legis* do agravamento da conduta àqueles que ocupam os mais altos cargos da Administração Pública está no fato de que esses servidores exercem cargos de chefia, possuem responsabilidade maior e, por consequência, maior disposição do bem público em razão do poder de decisão.

Os acusados não exerciam cargos comissionados, função de direção e nem de assessoramento, razão pela qual não há justificativa jurídica para a incidência da referida causa de aumento de pena.

2.4 – Da Continuidade Delitiva

Conforme acima assinalado, as provas carreadas demonstraram a prática de cinco crimes de peculato em desfavor das empresas do Grupo Bemge.

Demonstraram, ainda, a prática de peculatos em desfavor da COPASA e da COMIG.

Dadas a realização de mais de uma ação, cujo *modus operandi* se repetiu em relação a todas elas, considerar-se-á os atos subsequentes como continuados do primeiro, aplicando-se a regra

disposta no art. 71 do Código Penal.

2.5 – Do crime de Lavagem de Dinheiro

O Ministério Público imputou aos acusados a prática do crime de lavagem de dinheiro, por três vezes, considerando os três saques, em espécie, feitos das contas da SMP&B, descritos no Quadro 26, itens A, C e H, item II.6; por uma vez, considerando a operação com empréstimo descrita no item II.6 (contrato de mútuo 96.001136-3, renovado através do contrato de mútuo 96.001137-0-1 – cujo valor repassado pela COPASA foi utilizado para quitá-lo) e, por duas vezes, considerando o saque, em espécie, de oitocentos mil reais, realizado após o depósito do valor de um milhão na conta da SMP&B repassado pela COMIG, e o embaralhamento dos R\$500.000,00 com os empréstimos descritos no item II.7 da denúncia.

O crime de lavagem de dinheiro pode ser definido “*como o método pelo qual um indivíduo ou uma organização criminosa processa os ganhos financeiros obtidos com atividades ilegais, buscando trazer a sua aparência para obtidos licitamente.*”¹

Trata-se de um crime de natureza derivada que implica na dissimulação de ativos de modo que eles possam ser utilizados sem a identificação da atividade ilícita que os produziu. Através do branqueamento de capitais, o infrator transforma recursos provenientes de crimes em recursos com origem de aparência lícita.

No acórdão que condenou o corréu Eduardo Azeredo (Apelação Criminal 1.0024.14.237823-1/00 2378231-34.2014.8.13.0024), o Desembargador Pedro Vergara afirmou: “*Assim, o delito de lavagem de dinheiro tem natureza derivada, unindo-se, por conexão, ao crime antecedente do qual advém o proveito patrimonial ilícito, podendo os fatos criminosos ocorrer simultaneamente, posteriormente ou ulteriormente, desde que, ao se praticar os atos de branqueamento, já se objetive a dissimulação ou a ocultação da vantagem do outro crime.*”

Sendo assim, razão não assiste à defesa ao argumentar que o fato de a maioria das operações de lavagem ter sido anterior à obtenção de recursos públicos, descaracterizaria o crime de branqueamento de capital porque ocorreram simultaneamente.

O crime de lavagem de dinheiro possui três etapas identificadas pela doutrina como sendo: introdução, ocultação/transformação e integração.

Na etapa introdução (*placement*), o agente objetiva introduzir grandes quantidades de dinheiro, de origem ilícita, no sistema financeiro. Na etapa ocultação/transformação (*layering*), a conduta do agente tem por finalidade dissimular a origem dos valores introduzidos na fase anterior, para que sua procedência não seja identificada. E, por fim, na etapa da integração (*integration*), considerada a etapa final do processo de lavagem de dinheiro, pela qual os bens, direitos ou

valores de origem delituosa, aparentemente obtidos de forma lícita nas fases anteriores, são introduzidos novamente nos sistemas econômico e financeiro, por meio de operações supostamente normais.

No caso, houve uma inovação na prática criminosa engendrada pelo grupo já que foi antecipada a fase de integração, como bem restou explicado pelo Delegado da Polícia Federal, Luís Flávio Zampranha de Oliveira, em seu relatório.

"(...) A inovação criada por Marcos Valério consistiu em antecipar a fase de integração da lavagem dos recursos, ou seja, a etapa de distribuição dos fundos, através da obtenção de empréstimos que eram repassados aos destinatários ocultos. Posteriormente, os beneficiários da lavagem reuniam o dinheiro a ser processado, que era desviado de órgãos públicos ou fornecido por doadores privados, e depositavam nas contas bancárias vinculadas ao empresário (conversão). Após sucessivas e rápidas transferências bancárias em suas contas, em inúmeras operações de ida e volta para dificultar o rastreamento dos recursos (dissimulação), MARCOS VALÉRIO canalizava os ativos legitimados para a quitação dos contratos de mútuo obtidos anteriormente (...)" (f. 5640 – vol. 26).

Na análise das movimentações financeiras das empresas DNA Propaganda e SMP&B Comunicação, feita pelo Instituto Nacional de Criminalística (laudo juntado no apenso 24), foi possível constatar o percurso do dinheiro repassado pelas empresas COPASA e COMIG chegando os expertos a concluir que o valor, destinado ao pagamento das cotas de patrocínio dos eventos esportivos, adquirido pelas referidas empresas e repassado à empresa SMP&B Comunicação, foi utilizado na campanha de Eduardo Azeredo, a exceção de uma pequena parte.

2.3.1 - Valor repassado pela COPASA

Consta dos autos que, no dia 28 de Julho 1998, a SMP&B assinou contrato de mútuo com o Banco Rural, no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), identificado sob o número nº 96.001136-3, constando como devedores solidários os acusados Clésio Soares Andrade, Marcos Valério Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz, sócios da mencionada empresa.

Vejamos o que consta do laudo pericial 1998/2006 do INC:

“Quadro 25 – Contrato de mútuo nº 96.001136-3 (item 20 do Quadro 02)

Credor	Banco Rural S.A, CNPJ 33.124.959/0001-98
Devedor	SMP&B Comunicação Ltda CNPJ 01.322.078.0001-95
Intervenientes garantidores e devedores	Clésio Soares Andrade, CPF 154.444.906-25

solidários	Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Ramon Hollerbach Cardoso, CPF 143.322.216-72 Cristiano de Mello Paz, CPF 129.449.476-72
Valor principal	R\$2.300.000,00
Valor líquido creditado	R\$2.278.796,36
Data da operação	28/07/98
Garantias	Nota promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$2.990.000,00 Caução de duplicatas sacadas contra a Telesp no valor de R\$2.830.000,00
Data do vencimento	06/08/98

(...)

96. O valor líquido de R\$2.278.796,36 do contrato de mútuo em análise foi creditado em 28/07/98, na conta corrente nº 06.002289-9, agência 009, Banco Rural, titularidade de SMP&B Comunicação Ltda e coincide com o valor apontado na "Lista Cláudio Mourão".

97. Embora apresentasse saldo inicial e tenham ocorrido no período outros ingressos, cabe revelar que, nos dias subseqüentes à liberação dos recursos, foram realizados débitos que totalizaram R\$2.278.796,53, diferença apenas nos centavos do valor líquido disponibilizado, para os seguintes beneficiários:

Quadro 26 – Débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9 entre 28/07 a 30/07/98

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Favorecido	Banco	Agência	Conta
A	28/07/98	Cheque	189017	350.000,00	Saque em espécie	-	-	-
B	28/07/98	Cheque Pagto. obg	189018	375.750,00	Alcides Guerreiro	-	-	-
C	29/07/98	Cheque	189046	1.196.002,53	Saque em espécie	-	-	-
D	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Renilda Maria Santiago F. De Souza	479	0016	34524202
E	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Ramon Hollerbach Cardoso	479	0016	34162910
F	29/07/98	Cheque Pagto. obg	189048	26.761,00	Cristiano de Mello Paz	479	0016	34208908
G	30/07/98	Cheque	189045	26.761,00	Saque em espécie	-	-	-
H	30/07/98	Cheque	189047	250.000,00	Saque em espécie	-	-	-
				2.278.796,53				

(...)

98. Os itens A, C, G e H, que totalizaram RS 1.822.763,53, referem-se a saques em espécie, por meio de cheque nominal a SMP&B Comunicação. Conforme documento denominado CONTROLE DE TRANSAÇÕES EM ESPÉCIE, fornecido pelo Banco Rural, esses saques destinar-se-iam a pagamentos de diversos compromissos de responsabilidade da SMP&B Comunicação.”

Na data da referida transação financeira, Clésio Andrade já tinha cedido suas cotas das empresas SMP&B SÃO PAULO PROPAGANDA e SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA, pelo valor de R\$5.000.000,00, à empresa STAR ALLIANCE PARTICIPAÇÕES LTDA (doc. f. 1027/1028 – vol. 05), figurando como avalistas os acusados. Os sócios dessa empresa eram Márcio de Souza e Sormane Sandro dos Anjos.

Ambos foram ouvidos pelo Ministério Público e declararam ter constituído a referida empresa, a pedido do patrão, Marco Aurélio Prata, contador da SMP&B, e, no mesmo dia, transferiram as cotas para Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, figurando apenas como “laranjas”.

“(…) a pedido do patrão do depoente, Sr. Marco Aurélio Prata constituíram e, no mesmo dia, transferiram as cotas da empresa Star Alliance Ltda para os Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, Cristiano de Melo Paz e Ramon Hollerbach Cardoso; que o Sr. Marcos Valério havia dito que os três sócios não podiam utilizar seus nomes, porque seu CPF estaria com problemas; que o depoente não tinha conhecimento de que o Sr. Marcos Valério, Ramon Hollerbach, e Cristiano Paz teriam firmado ajuste, em nome da empresa Star Alliance Ltda, com a empresa Holding Brasil S.A, em data anterior à sua própria constituição, transferindo cotas da empresa SMP&B Comunicação Ltda, para a referida empresa Star Alliance Ltda; que o depoente esclarece que não tinha intenção de abrir nenhuma empresa, e que, na verdade, sua pessoa fora utilizada, certamente, como laranja, para fins que desconhece.(…)” (Márcio de Souza - p.1146/1147 – vol. 06).

“(…) que depoente já cedeu seu nome para a constituição da empresa denominada Star Alliance Ltda. há cerca de quatro anos atrás; que, nesta época, o depoente era empregado do Sr. Marco Aurélio Prata, o qual pediu ao depoente que cedesse seu nome para a constituição da empresa Star Alliance Ltda, assegurando ao depoente que, no mesmo dia, iria transferi-la para terceiras pessoas; que foi informado ao depoente que ele seria dono da empresa mas, algumas horas depois, não o seria mais; que o depoente foi um verdadeiro laranja, mas não sabe para que fins a empresa Star Alliance Ltda. seria utilizada; (…)” (Sormane Sandro dos Anjos, p. 1149 e 1150 – vol 06)

O valor desse empréstimo foi repassado para a campanha de Eduardo Azeredo, conforme relatou Cláudio Mourão, Coordenador Administrativo. Cláudio Mourão disse que Marcos Valério conseguiu o empréstimo de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) com o Banco Rural “(…) que após manter contato com diversos empresários visando angariar fundos para a campanha, contactou o Sr. Cristiano Paz, que foi vizinho do declarante na época de sua juventude; que em reunião com Cristiano Paz na SMPB COMUNICAÇÃO encontrou com o Sr. MARCOS VALÉRIO, sócio da empresa SMPB; que após algumas reuniões MARCOS VALÉRIO conseguiu o empréstimo no valor de 02 milhões de reais com o Banco Rural, repassando a campanha Eduardo Azeredo, com o compromisso de pagamento do empréstimo no prazo de 15 dias; (…)” (f. 407 – vol. 02).

Na CPMI dos Correios, Cláudio Mourão havia apresentado a mesma versão para os fatos referentes ao empréstimo: “(…) Essa campanha, quando começou, comecei a ter dificuldade de recursos. Não tinha dinheiro, e a campanha já é um dano. Eu comecei...Não era minha atribuição a captação de recursos, mas comecei a fazê-lo devido à dificuldade. Procurei diversas pessoas em Belo Horizonte do meu relacionamento (...) uma das pessoas que eu procurei, dentre várias, foi o senhor Marcos Valério, que já era meu conhecido. O Marcos Valério, num primeiro momento, conseguiu emprestado para mim. Ele conseguiu, então, um empréstimo no Banco Rural. Foi no Banco Rural e me arrumou R\$2 milhões. Uma ação única e exclusiva dele (...) Foi R\$2 milhões. O bruto foi um pouco maior. Ele me deu R\$2 milhões. Ao final de quinze dias, eu só paguei a ele R\$1 milhão. E fiquei devendo R\$1 milhão, e esse R\$1 milhão não foi pago (...) paguei com dinheiro vivo.” (f. 6601/6682v – vol. 31)

Essas informações foram confirmadas pelo acusado Ramon Hollerbach Cardoso a este juízo (conforme transcrição acima) e na fase de inquérito “(...) *que se recorda de ter ocorrido uma reunião no ano de 1998 solicitada pelo coordenador financeiro da campanha de Eduardo Azeredo com os sócios Marcos Valério, Cristiano de Melo Paz e o declarante; que esta reunião foi solicitada pelo coordenador financeiro Cláudio Mourão por ter relacionamento com o sócio Cristiano de Melo Paz, em virtude de terem morado próximos; que Cláudio Mourão explicou que já havia uma previsão de entrada de recursos, porém necessitava imediatamente de determinados valores para que pudesse deslanchar a campanha; que inicialmente Cláudio Mourão solicitou um empréstimo de RS2.000.000,00 (dois milhões de reais), não se recordando o prazo estipulado para o pagamento da dívida; que a SMP&B decidiu ajudar Cláudio Mourão, com a concordância dos 03 sócios, não cobrando qualquer encargo pelo valor emprestado ao coordenador financeiro da campanha do PSDB em 1998; que deseja consignar que tais recursos foram obtidos pela SMP&B junto ao BANCO RURAL, não sabendo o declarante, neste momento, qual foi a taxa de juros praticada por aquela instituição financeira;(...)*” (f. 612 – vol.03).

E também pelo acusado Marcos Valério perante a CPMI dos Correios (f. 6567 – vol. 31) e perante a Polícia Federal (f. 1776 – vol. 09):

“em 1998, o Dr. Clésio Andrade resolve sair da SMP&B Comunicação, para se candidatar, junto com o Sr. Eduardo Azeredo, a Vice-Governador na chapa. Até aí, não tinha nenhum problema, um dia eu recebo um telefonema à noite, na minha casa, do Sr. Clésio Andrade, falando que o Dr. Cláudio Mourão iria me procurar. Bom, quando o Cláudio Mourão me procurou, ele veio com a seguinte encomenda: 'oh, o seu ex-sócio, Dr. Clésio Andrade, que faz parte da chapa junto com o PSDB, a campanha vai parar, e nós estamos precisando de recurso. Eu estou te falando a verdade, puramente a verdade’. Aí eu falei assim: 'É o que você sugere?' “ele sabe que você tem relacionamento com o Banco Rural. Ele também, nas empresas dele, tem relacionamento com o Banco Rural. Então, ele acha que você poderia utilizar um empréstimo e utilizar esse empréstimo paa ajudar a campanha'. Eu fiz esse empréstimo para utilizar na campanha, e o Sr. Cláudio Mourão foi quem determinou os pagamentos. Bom, aí que vem uma notícia que foi alardeada em Belo Horizonte – eu nobre Deputado Mauro deve saber dessa história – que o Dr. Clésio brigou literalmente comigo. Por quê? Porque, quando eu fui cobrar o empréstimo do Sr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio, na época eu não coloquei isso na praça e todo mundo achou que eu tinha literalmente roubado o Sr. Clésio. Se eu estou falando mentira, o senhor me corrija. Mas, na verdade, foi um empréstimo que eles não pagaram (...)”

“que obtive junto ao Banco Rural dois empréstimos cujos recursos seriam destinados à campanha de reeleição do então Governador De Minas Gerais Eduardo Brandão de Azeredo; que o primeiro empréstimo foi tomado no início do segundo semestre de 1998 no valor de R\$2 milhões; que ofereceu como garantia desse primeiro empréstimo o aval dos próprios sócios da SMP&B Comunicação Ltda, Senhores Cristiano Paz e Ramon Cardoso (...) que repassou os R2 milhões obtidos no empréstimo para o tesoureiro da campanha Cláudio Mourão; que não se recorda se repassou tais valores em espécie ou efetuou pagamentos para fornecedores da campanha (...) que resolveu ajudar a campanha de reeleição ao Governo do Estado, do agora Senador Eduardo Azeredo, devido à amizade que nutria com o candidato a Vice, Sr. Clésio Andrade; (...) que aproximadamente 01 mês após o primeiro empréstimo, obtive um novo empréstimo no Banco Rural no valor de R\$9 milhões; que este empréstimo de R\$9 milhões foi também destinado à campanha do Senador Eduardo Azeredo(...)”

Esse empréstimo foi renovado por meio de outro contrato de mútuo, nº 96.001137-1, celebrado com o Banco Rural e na mesma data do ofício enviado por Eduardo Guedes à COPASA determinando a aquisição das cotas de patrocínio do evento esportivo Enduro da Independência.

Quadro 27 – Contrato de mútuo nº 96.001137-1 (item 21 do Quadro 02)

Credor	Banco Rural S.A, CNPJ 33.124.959/0001-98
Devedor	SMP&B Comunicação Ltda CNPJ 01.322.078.0001-95
Intervenientes garantidores e devedores solidários	Clésio Soares Andrade, CPF 154.444.906-25 Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Cristiano de Mello Paz, CPF 129.449.476-72 Ramon Hollerbach Cardoso, CPF 143.322.216-72
Valor principal	R\$2.300.000,00
Valor líquido creditado	R\$2.259.948,68
Data da operação	07/08/98
Garantias	Nota promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$2.990.000,00
Data do vencimento	24/08/98

Parte desse contrato de mútuo foi liquidada com o dinheiro proveniente do peculato-desvio realizado pelos acusados e demais corréus, conforme concluíram os peritos.

“103 – Esse mútuo foi liquidado na data do vencimento, 24/08/98, pelo valor de R\$2.300.000,00. Em 24/08/98, evidencia-se que o saldo inicial da conta era de R\$336.462,06 e final de R\$440.361,29, tendo ocorrido dois créditos que suportaram o pagamento, a saber:

“Quadro 28 – Origem dos recursos utilizados na liquidação

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Origem	Banco	Agência	Conta
A	24/08/98	Depósito	902221	R\$1.000.000,00	DNA Propaganda	453	009	60022414
B	24/08/98	Depósito ch 48h	902254	R\$1.500.000,00	Copasa	641	048	

104 – O item A refere-se a depósito de cheque no valor de R\$1.000.000,00, proveniente da DNA Propaganda, conta-corrente nº 06.002241-4, agência 009, Banco Rural. Na conta-corrente nº 06.002241-4, esse saque foi suportado por recursos oriundos do contrato de mútuo no valor de R\$9.000.000,00, conforme analisado no Quadro 07.

105 – O item B refere-se a depósito de cheque no valor de R\$1.500.000,00, emitido pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Copasa, CNPJ 17.281.106/0001-03, sacado contra a conta-corrente nº 041-041002-0, agência 048, Banco Excel Econômico. Esse valor foi proveniente da nota fiscal nº 2658, no valor de R\$1.500.000,00, emitida em 07/08/98, pela SMP&B Publicidade, contra a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, contendo discriminação dos serviços, cota principal de patrocínio do Enduro Internacional da Independência – 98.

(...)

“163. De acordo com comunicação interna da COPASA, CI ASAE-037/98, de 14/08/98, o valor de R\$1.500.000,00 foi destinado ao pagamento da Nota Fiscal nº 002658, à SMP&B

Comunicação, referente ao patrocínio do Enduro Internacional da Independência, em 1998.

164. Os recursos desse depósito de R\$1.500.000,00, juntamente com outro depósito proveniente da DNA Propaganda, de R\$1.000.000,00, em 24/08/98, foram utilizados para pagamento de empréstimo no valor de R\$2.300.000,00, conforme mencionado no Quadro 28 e parágrafos 104 e 105.” (f. 51 – apenso 24).

Está muito clara a forma como o dinheiro foi mesclado: a SMP&B celebrou contrato de mútuo (nº 96.001136-3), cuja quantia teve dupla finalidade, incrementar a campanha de Eduardo Azeredo e remunerar os réus pelos serviços prestados. Este contrato foi renovado através de outro contrato de mútuo (nº 96.001137-1) que, por sua vez, foi liquidado em parte com o recurso proveniente da COPASA que, em tese, seria destinado ao evento Enduro da Independência.

O laudo pericial apontou os três saques de altas quantias em espécie, sem a correspondente identificação do beneficiário, conforme normas do Sistema Monetário Nacional, graças à conivência dos gestores do Banco Rural. E nisto consistiu a fraude destinada a ocultar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedades dos valores, configurando o dolo dos réus na prática do delito de lavagem de dinheiro.

Os gestores do Banco Rural permitiram, ainda, em uma outra contribuição para o crime, que os acusados consignassem nos documentos de controle que os saques em espécie se destinavam a pagamentos de diversos compromissos de responsabilidade da SMP&B Comunicação, como informaram os peritos no item 98 acima transcrito.

O valor repassado pela COPASA constou na chamada “Lista de Cláudio Mourão” (f. 338/340 – vol. 02) que ele intitulou “RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA OCORRIDO NO ANO DE 1988 NA CAMPANHA PARA REELEIÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PELO ATUAL SENADOR DA REPÚBLICA, SR. EDUARDO BRANDÃO AZEREDO E DO ATUAL VICE-GOVERNADOR, SR. CLÉSIO SOARES DE ANDRADE. ELEIÇÃO DE 1988 – HISTÓRICO”

Essa lista foi revelada e entregue por Nilton Monteiro e, embora Cláudio Mourão tenha negado ser a pessoa responsável por sua confecção, a perícia documentoscópica feita pelo Instituto de Criminalística (f. 427/428 – vol. 2) atestou ser dele as assinaturas apostas no documento e que inexistem quaisquer indícios de fraude documental (f. 420/424 – vol. 2)

Ao ser indagado sobre a referida Lista, Marcos Valério declarou a este juízo “*Li era muito mais complexa que isso e foi apresentada pro Clesio e vou te dar o endereço de onde isso foi apresentada a ele. Foi na rua Viçosa com Contorno, ele tinha um escritório, se eu não me engano, foi no segundo andar. Foi apresentado pra ele lá...Eu vou ter que explicar a senhora o seguinte, existe dois documentos do Claudio Morão... Esse documento é parte verdadeiro, é parte do outro. Mas tem muito mais, que eu não posso trazer porque é fato novo.*”

No quadro nº 26 acima transcrito, consta que o primeiro saque foi realizado no dia 28/07/98, no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). O segundo, no dia seguinte, 29/07/98, no valor de R\$ 1.196.002,53 (um milhão, cento e noventa e seis mil e dois reais e cinquenta e três centavos) e, o terceiro, no dia 30/07/98 no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Todas essas quantias foram destinadas à campanha de Eduardo Azeredo, conforme prova já exaustivamente analisadas.

E no mesmo quadro, os peritos apontaram os valores recebidos por Marcos Valério Fernandes de Souza, por meio de sua esposa Renilda Maria Santiago F. de Souza, Ramon Hollerbach e

Cristiano de Mello Paz no montante de R\$26.761,00 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e um reais) como remuneração pelos serviços prestados na operação de lavagem de dinheiro.

Como bem salientado pelo Procurador a República na inicial resta claro que tais valores se prestaram a isto, pois nenhuma empresa contrata empréstimo para distribuir lucros.

Assim, o contrato de mútuo nº 96.001136-3, cujos valores foram destinados à campanha, como analisado acima, foi renovado pelo contrato de mútuo nº 96.001137-1, quitado com recursos provenientes da COPASA (R\$1.500.000,00 – um milhão e quinhentos mil reais) e recursos (no valor de R\$1.000.000,00) provenientes da conta nº 60.02289-9, agência 009, Banco Rural, de titularidade da SMP&B Comunicação.

E os recursos dessa conta (nº 60.02289-9) vieram através de transferência da conta 06.002241-4, agência 009, do Banco Rural, de titularidade da DNA Propaganda.

Os peritos apontaram que o recurso da conta da DNA (06.002241-4, agência 009, do Banco Rural) decorreu de empréstimo celebrado entre o Banco Rural e a DNA Propaganda no valor de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais).

Nesse contrato figurou como garantia o Contrato de Produção e Veiculação de Matéria Publicitária, celebrado entre a DNA Propaganda e o Estado de Minas Gerais, por meio da SECOM.

Para isto, o próprio Banco Rural encaminhou à SECOM, na pessoa de Eduardo Guedes, documento atestando que o referido contrato publicitário foi dado em caução/penhor ao contrato de mútuo nº 06.002241-4, depositados na conta nº 06.002241-4. Nesse documento, sem data, consta o “Ciente/De acordo” da empresa DNA Propaganda com assinatura de Marcos Valério e da SECOM, com assinatura de Eduardo Guedes e sua identificação – Secretário Adjunto de Comunicação Social, conforme consta do laudo pericial.

É dizer, ao realizarmos o caminho percorrido por parte desse dinheiro, contratado, vimos que o destino foi a campanha do corrêu Eduardo Azeredo.

Transcrevemos a análise dos peritos (Laudo 1998/2006 – INC – p. 12/15 – apenso 24)

“Quadro 07 – Contrato de mútuo nº 06.002241-4 (Item 5 do Quadro 02)

Credor:	Banco Rural S.A, CNPJ 33.124.959/0001-98
Devedor:	DNA Propaganda Ltda, CNPJ 17.397.076.001-03
Interveniente garantidores e devedores solidários:	Marcos Valério Fernandes de Souza, CPF 403.760.956-87 Ramon Hollerbach Cardoso, CPF 143.322.216-72 Cristiano de Mello Paz, CPF 129.449.476-72
Valor principal:	R\$9.000.000,00
Valor líquido creditado:	R\$8.977.491,00
Data da operação:	19/08/98
Garantia:	-Nota Promissória emitida pelo devedor e aval dos intervenientes garantidores e devedores solidários em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$11.700.000,00 -Caução/penhor de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Produção e Veiculação de Matéria Publicitária, conforme Edital de Licitação 001/95 e seus Aditamentos de 07/05/97 e 04/10/97, firmado entre a DNA Propaganda Ltda e o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social - SECOM
Data do vencimento:	19/10/98

24. O valor líquido de R\$8.977.491,00 do contrato de mútuo em análise foi creditado em 19/08/98, na conta corrente nº 06.002241-4, agência 009, do Banco Rural, de titularidade da DNA Propaganda.

(...)

28. A conta corrente nº 06.002241-4 iniciou a movimentação financeira do dia 19/08/98 com o saldo de R\$28.949,13 e a liberação desse empréstimo permitiu à DNA Propaganda destinar recursos a terceiro. A seguir foi elaborado o Quadro 08 para evidenciar as transações com valores superiores a R\$10.000,00:

Item	Data	Histórico	Doc	Valor (R\$)	Favorecido	Banco	Agência	Conta
A	19/08/98	Chq. pg. obrig.	724220	1.163.590,00	SMP&B Comunicação	453	9	
B	19/08/98	Ch. Comp. maior v	724207	192.000,00	Não identificado	304	105	
C	19/08/98	Ch. Comp. maior v	724208	192.000,00	Não identificado	304	105	
D	19/08/98	Ch. Comp. maior v	724209	194.000,00	Não informado	304	105	
E	19/08/98	Ch. Comp. maior v	724206	97.000,00	Soc. Rádio e Telev Alterosa Ltda	70	-	
F	19/08/98	Ch. Comp. maior v	724211	233.596,02	José Vicente Fonseca	275	181	
G	19/08/98	Cheque	724205	1.000.000,00	Saque em espécie	-	-	
H	20/08/98	Cheque	724221	406.600,00	Saque em espécie	-	-	
I	20/08/98	Juros devedores	907298	472.140,00	Banco Rural S.A	-	-	
J	20/08/98	Ch. Comp. maior v	724216	32.000,00	Dinheiro Vivo Ag. Informações	33	-386	
L	20/08/98	Cheque	724222	538.000,00	Saque em espécie	-	-	
M	20/08/98	Lanc. avisado	47302	325.000,00	Carbo Cia de Artefato de	453	31	
N	21/08/98	Cheque	724231	1.000.000,00	Saque em espécie	-	-	
O	21/08/98	Ch. Comp. maior v	724230	91.386,00	Editora Gráficos Burti Ltda	1	3480	
P	21/08/98	Tr. cta. mest. tit	41000	799.498,49	DNA Propaganda	453	9	
Q	24/08/98	Chq. pg. obrig.	724232	18.212,00	Espaço propaganda S/C Ltda	424	213	
R	24/08/98	Chq. pg. obrig.	724232	10.600,00	Esclava Empresa Gráfica Ltda	1	24	
S	24/08/98	Tr. cta. mest. tit	69000	22.000,00	DNA Propaganda	453	9	
T	24/08/98	A. fin/fundos.d	003	1.000.000,00	Banco Rural S.A	-	-	
U	24/08/98	Chq. pg. obrig.	724237	1.000.000,00	SMP&B Comunicação	453	9	

(...)

36. No item U, o valor refere-se à transferência para a conta nº. 60.02289-9, agência 009, Banco Rural, de titularidade da SMP&B Comunicação, no Banco Rural. A conta nº 60.02289-9

iniciou a movimentação financeira do dia 24/08/98 com saldo de R\$336.462,06 e encerrou com R\$440.361,29. O valor foi utilizado para complementar o pagamento do contrato de mútuo nº. 96.001137-1, no valor de R\$2.300.000,00, celebrado em 07/08/98, juntamente com o depósito de cheque, no valor de R\$1.500.000,00, emitido pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), CNPJ 17.281.106/0001-03, sacado contra a conta corrente nº 041-041002-0, agência 048, Banco Excel Econômico.”

Este empréstimo, conforme declarado por Marcos Valério, também se destinou à campanha de Eduardo Azeredo e de Clésio Andrade, cujo valor foi entregue à Cláudio Mourão, não sendo necessário transcrever, novamente, tais declarações por terem sido transcritas acima.

No mesmo sentido, Cristiano Paz (f. 258/259 – vol. 02):

“(…) pelo que se recorda o declarante, através da DNA Propaganda celebrou apenas o contrato de mútuo que originou este inquérito; que tal contrato tinha por objetivo emprestar dinheiro para campanha de Eduardo Azeredo e Clesio Andrade para o governo de Minas, no ano de 1998, sendo tal “negociação” ocorreu entre Marcos Valério e Clésio Andrade “eu sei que o Clesio ligou para o Marcos Valério o convocando para uma reunião e dizendo que estava precisando deste recurso”

Desta forma, estamos convictos os três saques, em espécie, feitos das contas da SMP&B, descritos no Quadro 26, itens A, C e H, e a operação de empréstimo (contrato de mútuo 96.001136-3, renovado através do contrato de mútuo 96.001137-0-1) configuraram o crime de lavagem de dinheiro feito pelos acusados, por quatro vezes.

2.4.2 – Valor repassado pela COMIG

Consta dos autos que, no dia 25 de agosto de 1998 e no dia 04 de setembro de 1998, a COMIG repassou à SMP&B Comunicação dois cheques nominais à empresa SMP&B Publicidade, nos valores, respectivamente, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) destinados, em tese, ao patrocínio do Evento Enduro da Independência.

Ambos os cheques foram creditados na conta nº 06.002289-9, agência 009, do Banco Rural, de titularidade da empresa SMP&B Comunicação, embora tenham sido emitidos em favor da empresa SMP&B Publicidade para o patrocínio do evento Enduro da Independência.

Vejamos o que consta do Laudo 1998/2006 INC (p. 4561/4562 – apenso 24):

“161. Em continuação aos exames realizados nos extratos bancários do Banco Rural, foram observados, na conta nº 06.002289-9, agência 009, de titularidade da SMP&B Comunicação, créditos com valores superiores a R\$100.000,00, a saber:

Quadro 45 – Recursos não identificados no extrato bancário

Item	Histórico	Banco	Agência	Doc.	Remetente	Data	Crédito
1	Depósito Cheque 48H	641	0048	001992	Copasa MG	24/08/98	1.500.000,00
2	Depósito Cheque 48H	001	33-7	053603	ARG Ltda	05/10/98	1.000.000,00
3	Depósito Cheque 48H	048	0091	000375	Comig	25/08/98	1.000.000,00

4	Depósito Cheque 48H	048	0091	000384	Comig	04/09/98	500.000,00
5	Depósito Cheque 48H	215	0116	080395	Usiminas	17/04/98	151.423,80
6	Depósito Cheque 48H	215	0116	111985	Usiminas	30/04/98	229.197,72
7	Depósito Cheque 48H	215	0116	112452	Usiminas	15/05/98	352.020,15
8	Depósito Cheque 48H	215	0116	112549	Usiminas	22/05/98	139.414,84
9	Depósito Cheque 48H	215	0116	121129	Usiminas	01/06/98	242.300,16
10	Depósito Cheque 48H	215	0116	140539	Usiminas	24/07/98	302.527,16
11	Depósito Cheque 48H	215	0116	140576	Usiminas	24/07/98	141.736,47
12	Depósito Cheque 48H	215	0116	140756	Usiminas	31/07/98	166.875,41
13	Depósito Cheque 48H	215	0116	140916	Usiminas	07/08/98	178.644,27
14	Depósito Cheque 48H	215	0116	140916	Usiminas	11/08/98	104.233,70
15	Depósito Cheque 48H	215	0116	154811	Usiminas	14/08/98	122.387,43
16	Depósito Cheque 48H	215	0116	154866	Usiminas	18/09/98	112.477,07
17	Depósito Cheque 48H	215	0116	155449	Usiminas	02/10/98	252.366,64
18	Depósito Cheque 48H	215	0116	155667	Usiminas	02/10/98	100.661,86
19	Depósito Cheque 48H	215	0116	155649	Usiminas	09/10/98	206.961,71
20	Depósito Cheque 48H	215	0116	155751	Usiminas	09/10/98	491.517,82
21	Depósito Cheque 48H	215	0116	155736	Usiminas	23/10/98	439.225,25
22	Depósito Cheque 48H	215	0116	189480	Usiminas	30/10/98	102.712,27
23	Depósito Cheque 48H	215	0116	189573	Usiminas	06/11/98	213.533,19
24	Depósito Cheque 48H	215	0116	190255	Usiminas	30/12/98	219.881,07
25	Depósito Cheque 48H	275	0181	013442	Cláudio R.M. da Silveira	07/08/98	350.000,00
26	Depósito Cheque 48H	230	221	154886	Múltipla Veículos Ltda	04/08/98	217.987,50
27	Depósito Cheque 48H	341	0084	KQ- 192693-4	Sind. Emp. trans Passag. MG	17/09/98	133.300,00
28	Depósito Cheque 48H	244	0012	687220	Erkal Engenharia Ltda	07/08/98	101.000,00
29	Depósito Cheque 48H	048	0002	315209	Financeira Bemge	01/09/98	100.000,00
30	Depósito Cheque	048	0002	751199	Distribuidora	01/09/98	100.000,00

	48H				Bemge		
31	Depósito Cheque 48H	048	0079	006359	Seguradora Bemge	01/09/98	100.000,00
32	Depósito Cheque 48H	048	0002	803126	Administradora Bemge	01/09/98	100.000,00
33	Depósito Cheque 48H	048	0001	231697	Bemge S.A. Adm. Geral	01/09/98	100.000,00

(...)

166. Quanto aos cheques de nº 000375, no valor de R\$1.000.000,00, e de nº 000384, no valor de R\$500.000,00, itens 3 e 4, respectivamente, foram emitidos pela Comig, CNPJ 19.791.581/0001-55, sacado contra o Bemge, agência 091, nominais à SMP&B Publicidade, sendo creditados em favor de outra pessoa jurídica, a SMP&B Comunicação.”

Nos dias seguintes dos dois depósitos efetuados pela COMIG, foram realizados dois saques, em espécie, nos valores, respectivamente, de R\$800.000,00 e R\$150.000,00. Para tanto, os réus contaram, mais uma vez, com a anuência do Banco Rural, pois não foram obedecidas as normas editadas pelo Banco Central para transações da espécie. Retornemos ao referido laudo:

“218. No Quadro 53 a seguir, enumerou-se os principais saques em espécie, que totalizaram R\$12.208.671,78, no período de 26/06/98 a 21/10/98:

Quadro 53 – Resumo de saques em espécie

Banco	Empresa	Data	Valor - R\$	Referência
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	26/06/98	102.000,00	Quadro 44
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	28/07/98	350.000,00	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	29/07/98	1.196.002,53	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	30/07/98	250.000,00	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	07/08/98	1.000.000,00	§178
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	14/08/98	749.069,25	§126
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	19/08/98	1.000.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	20/08/98	406.600,0	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	20/08/98	538.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	21/08/98	1.000.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	25/08/98	800.000,00	§169
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	04/09/98	150.000,00	Quadro 12

Banco Rural S.A	DNA Propaganda	09/09/98	203.000,00	Quadro 12
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	09/09/98	1.200.000,00	Quadro 12
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	16/09/98	1.400.000,00	Quadro 30

Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	18/09/98	120.000,00	Quadro 30
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	06/10/98	400.000,00	Quadro 32
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	07/10/98	164.000,00	Quadro 32
Banco de Crédito Nacional S.A	SMP&B Comunicação	16/10/98	950.000,00	Quadro 41 e §127
Banco de Crédito Nacional S.A	SMP&B Comunicação	21/10/98	230.000,00	Quadro 41
Total			12.208.671,78	-

Os recursos dos dois cheques emitidos pela COMIG “suportaram saques em espécie de R\$800.000,00, de 25/08/98, de mesma data do depósito de R\$1.000.000,00, e sem identificação do beneficiário, e os débitos realizados em conjunto com os dois empréstimos de R\$3.000.000,00, analisados a partir dos Quadros 10 e 11” (§169 - Laudo pericial 1998/2006 INC f. 4563 – apenso 24).

O restante dos valores foram mesclados com dois empréstimos de R\$3.000.000,00 (cada um) feitos pela DNA Propaganda, conforme quadros 10 e 11, a seguir (Laudo pericial 1998/2006 INC f. 4526 e 4530 – apenso 24)

“Quadro 10 – Contrato de mútuo nº 072979-93 (item 6 do Quadro 02)

Credor	Banco Cidade S.A, CNPJ 61.377.677/0001-38
Devedor	DNA Propaganda Ltda CNPJ 17.397.076.0001-03
Avalistas	Marcos Valério Fernandes de Souza CPF 403.760.956-87 Francisco Marcos Castilho Santos, CPF 098.486.226-91
Valor Principal	R\$3.000.000,00
Data da Operação	03/09/98
Garantias	-Nota Promissória emitida pelo devedor em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$4.500.000,00. Duplicatas de venda mercantil ou outra espécie de título no valor de 100% do valor principal, a serem entregues em caução, para cobrança por meio do Banco.
Data do vencimento	05/10/98

Quadro 11 – Contrato de mútuo nº 072980-27 (item 7 do Quadro 02)

Credor	Banco Cidade S.A, CNPJ 61.377.677/0001-38
Devedor	DNA Propaganda Ltda CNPJ 17.397.076.0001-03
Avalistas	Marcos Valério Fernandes de Souza CPF 403.760.956-87 Francisco Marcos Castilho Santos, CPF 098.486.226-91
Valor Principal	R\$3.000.000,00
Data da Operação	03/09/98
Garantias	-Nota Promissória emitida pelo devedor em favor do credor, com vencimento à vista, no valor de R\$4.500.000,00.

	Duplicatas de venda mercantil ou outra espécie de título no valor de 100% do valor principal, a serem entregues em caução, para cobrança por meio do Banco.
Data do vencimento	05/11/98

Vejamos o percurso desse dinheiro em que momento ele se confundiu com a segunda parcela do valor desviado da COMIG:

“53. Em relação aos Quadros 10 e 11, os valores foram movimentados conjuntamente. Para o contrato nº 072979-93, foi aberta, em 03/09/98, a conta de nº 072979-93, agência 071, Banco Cidade S.A., de titularidade de DNA Propaganda, com limite de crédito de R\$3.000.000,00. Para o contrato nº 072980-27, foi aberta, em 03/09/98, a conta de nº 072980-27, agência 071, Banco Cidade S.A., de titularidade de DNA Propaganda, também com limite de crédito R\$3.000.000,00.

54. Nessa data, essas contas foram debitadas em R\$2.800.000,00, cada, e emitido um cheque ordem de pagamento do Banco Cidade S.A., em favor da DNA Propaganda, no valor R\$5.600.000,00.

55. O referido cheque foi depositado em 03/09/98, em favor da DNA Propaganda, na conta corrente nº 06.002241-4, agência 009, Banco Rural, que apresentava saldo de R\$725,84. Nessa data houve transferência do valor integral (R\$5.600.000,00) para a SMP&B Comunicação, conta corrente nº 06.002289-9, agência 009, Banco Rural, quando teve a seguinte destinação:

I - cobertura de saldo negativo da conta corrente nº 06.002289-9 que iniciou a movimentação financeira do dia 03/09/98 devedora de R\$186.776,67, em razão de débito de cheque compensado no valor de R\$200.000,00, em 02/09/98, tendo como beneficiário a conta nº 27103769, agência 001, Banco Mercantil do Brasil S.A., titularidade de Tora Transportes Industriais Ltda;

II - o saldo remanescente, após cobertura do saldo negativo R\$186.776,67, e o depósito de R\$500.000,00, efetuado em 04/09/98, oriundo da COMIG, permitiram efetuar os débitos relacionados no quadro a seguir:

Quadro 12 - Débitos ocorridos na conta nº 06.002289-9 entre 03/09 e 09/09/98

Item	Data	Histórico	Doc.	Valor (R\$)	Favorecido	Banco	Agência	Conta
1	03/09/98	cheque	89699	16.000,00	Saque em espécie	-	-	-
2	03/09/98	cheque	189705	13.000,00	Saque em espécie	-	-	-
3	03/09/98	Ch comp maior v	189725	28.330,35	Não identificado	237	3437	-
4	04/09/98	Ch comp maior v	189752	19.668,22	Não identificado	237	-	-
5	04/09/98	cheque	189777	120.000,00	Arcino da Costa Lopes	-	-	-
6	04/09/98	Ch comp maior v	189778	15.000,00	Otimar Ferreira	-	-	-

					Bicalho			
7	04/09/98	Ch comp maior v	189779	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
8	04/09/98	Ch comp maior v	189780	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
9	04/09/98	Ch comp maior v	189781	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
10	04/09/98	Ch comp maior v	189782	15.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
11	04/09/98	Ch comp maior v	189783	10.000,00	Otimar Ferreira Bicalho	-	-	-
12	04/09/98	cheque	189784	50.000,00	Renne Pinheiro Anunciação	-	-	-
13	04/09/98	Chq. pg.obrig	189785	180.180,18	Libe Construtora Ltda	048	0091	219592
14	04/09/98	Ch comp maior v	189803	52.750,00	Não identificado	104		
15	04/09/98	Ch comp maior v	189805	14.000,00	Não informado	237	0513	040998
16	04/09/98	Chq. pg.obrig	189808	14.800,00	Eduardo M. T. Rocha	409	0961	2015538
17	04/09/98	Cheque	189835	75.000,00	Aristides França Neto	-	-	-
18	04/09/98	Saq/ch.out.age	189841	150.000,00	Saque em espécie	-	-	-
19	04/09/98	Deb. autorz. clie	909347	20.000,00	Cláudio Rogério Mourão da Silveira	275	0184	19639690
20	04/09/98	Deb. autorz. clie	909349	250.000,00	Nucleo Brasileiro de Apoio Cult. Ltda	641	0749	11012056
21	04/09/98	Deb. autorz. clie	909351	15.000,00	Patrícia Ferreira Tavares	341	0590	234449
22	04/09/98	Deb. autorz. clie	909355	10.000,00	Guilherme Perpétuo Marques	409	301	6263752
23	08/09/98	Tr. cta. mes.tit.	111003	285.000,00	SMP&B Comunicação	453	009	060022937
24	08/09/98	Cheque	189730	10.000,00	Saque em espécie	-	-	-
25	08/09/98	Ch comp maior v	189771	42.000,00	Soc RTV Alterosa Ltda	-	-	-
26	08/09/98	Ch comp maior v	189791	420.000,00	Valter Eustáquio	479	16	34440904

					Cruz Gonçalves			
27	08/09/98	Ch comp maior v	189792	41.000,00	Não identificado	237	-	-
28	08/09/98	Ch comp maior v	189820	139.350,00	Marcos Valério Fernandes de Souza	291	0107	5859461
29	08/09/98	Ch comp maior v	189837	18.120,00	Sérgio Pereira Marques	477	-	-
30	08/09/98	Ch comp maior v	189838	50.000,00	Não informado	399	0884	916375
31	08/09/98	Ch comp maior v	189840	30.000,00	Vagner Nascimento Junior	008		0605109231
32	08/09/98	cheque	189842	14.074,05	Saque em espécie			
33	08/09/98	Ch comp maior v	189844	56.750,00	Não identificado	237		
34	09/09/98	Cheque	189626	25.000,00	Saque em espécie	-	-	-
35	09/09/98	Ch comp maior v	189627	25.000,00	Não informado	275	0040	97227018
36	09/09/98	Cheque	189793	40.000,00	Saque em espécie	-	-	-
37	09/09/98	Cheque	189794	20.000,00	Saque em espécie	-	-	-
38	09/09/98	Ch comp maior v	189795	56.650,00	Virtual Comunicação e Vídeo	347	100	1006942001
39	09/09/98	Ch comp maior v	189796	16.650,00	Sonho e Sons Ltda	341	0587	146044
40	09/09/98	Ch comp maior v	189797	12.350,00	Alexandre Rogério M da Silva	237	0465	0101151
41	09/09/98	cheque	189823	68.400,00	Saque em espécie	-	-	-
42	09/09/98	Ch comp maior v	189824	20.000,00	Não informado	275	0040	97227018
43	09/09/98	Cheque	189857	1.200.000,00	Saque em espécie	-	-	-
44	09/09/98	Cheque	189858	203.000,00	Saque em espécie	-	-	-
45	09/09/98	Chq. pg.obrig	189875	30.000,00	Paulo Cury	453	009	800005444
46	09/09/98	Cheque	189876	85.000,00	Saque em espécie	-	-	-
47	09/09/98	Cheque	245625	19.419,00	Libe Construtora Ltda	244	0012	01158207
48	09/09/98	Chq. pg.obrig	246133	527.500,00	DNA Propaganda	453	009	60022414
49	09/09/98	Chq. pg.obrig	246134	112.000,00	Roberto de Queiroz	453	09	880041686

					Gontijo			
50	09/09/98	Chq. pg.obrig	246134	26.000,00	Sergio Reis Produções Artísticas	453	009	060023470
51	09/09/98	Deb. autorz. clie	902195	20.000,00	Leonardo Pinho Lara	275	0097	07341929
52	09/09/98	Deb. autorz. clie	2195	56.533,00	Alfeu Queiroga de Aguiar	409	0511	2028350

(...)"

Assim, a mistura do valor desviado da COMIG com os valores dos empréstimos retro mencionados, na conta da SMP&B Comunicação, possibilitou o pagamento de várias pessoas vinculadas à campanha de Eduardo Azeredo, inclusive o próprio responsável pela captação de recursos, Cláudio Mourão, o que podemos ver no quadro 12 acima transcrito.

Conforme transcrição detalhada já feita, alguns desses beneficiários foram ouvidos na fase judicial e outros na fase inquisitiva e afirmaram que o recebimento do recurso identificado pelos peritos decorreu da prestação de serviços à campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Cláudio Roberto Mourão da Silveira foi coordenador financeiro, restando demonstrado ter sido beneficiado com o valor de R\$ 20.000,00 apontado no item 19 do quadro. Ao ser ouvido pela Autoridade Policial afirmou que boa parte desses empréstimos realizados foi repassada ao responsável pela campanha publicitária, Sr. Duda Mendonça, por meio de sua sócia Zilmar Fernandes. Afirmou, ainda, que o valor da campanha publicitária foi orçado e pago em 4 milhões e meio, sendo parte entregue em dinheiro, em espécie, cerca de 700 mil reais e o restante pago por fora (f. 405/412 – vol. 02).

Os saques em espécie, inobservando as normas instituídas pelo Conselho Monetário Nacional e o próprio Banco Central para impedir o branqueamento de capitais, foi a forma fraudulenta encontrada pelos acusados para ocultar a origem, movimentação, localização e propriedade dos valores recebidos, caracterizando o delito de lavagem de dinheiro e o dolo das condutas.

Em relação aos saques sem identificação o coautor Cláudio Mourão afirmou ter recebido recursos de empréstimos na própria empresa SMP&B e diretamente no Banco Rural, quando o dinheiro já o aguardava para ser recebido "*(...) que após alguns dias recebeu o dinheiro do empréstimo, não se recordando exatamente a forma da entrega desses valores, podendo dizer que chegou a receber na empresa de Marcos Valério, e diretamente no Banco Rural, quando o dinheiro já aguardava o declarante; (...)*" (f. 407 – vol. 02).

E isto só foi possível, conforme já salientado, graças à conivência dos gestores do Banco Rural que possibilitaram referidas transações preenchendo um documento denominado Controle de Transações em Espécie que, em muitos casos, não apresentava quaisquer dados que

auxiliassem na identificação das partes envolvidas nas operações, demonstrando o dolo na conduta dos acusados.

Vejamos a conclusão dos peritos do Instituto Nacional de Criminalística (apenso 24).

“(…) No decorrer dos exames, foram observadas constantes mudanças de agências bancárias e de instituições financeiras, efetuadas pelas empresas, com abertura de diversas contas correntes, saques e depósitos em espécie, sem identificação dos reais favorecidos ou depositantes, transferências consecutivas de valores, entre contas da mesma empresa ou entre as empresas do grupo.

(…)

Quanto aos registros contábeis, destaca-se que a única documentação contábil apresentada para análise, referente ao ano de 1998, é a da empresa SMP&B Comunicação. Trata-se do Diário nº 03, registrado junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em Belo Horizonte, sob nº 81.573, a folha 126 do livro C-3, em 20/04/1999. No entanto, nenhum fato contábil referente ao ano de 1998, e apontado neste Laudo, foi registrado nesse livro.

Destaca-se nos exames que, a escrituração do livro Diário nº 03 da empresa SMP&B Comunicação encontra-se em total desacordo com os fatos contábeis ocorridos em 1998. Nesse contexto ressalta-se que registros de movimentação bancária tiveram como suporte, dados financeiros do ano de 1997, extraídos da conta corrente no 06.000788-5, mantida pela empresa no Banco Rural.

(…)

A contabilidade da empresa não possibilitou localizar, identificar ou vincular pagamentos feitos a fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução do evento. Nota-se que, o documento constante às folhas 223 a 232, do Anexo I do Procedimento Investigatório ID.:103452 nº 004/00, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, denominado “Planilha de Levantamento de custos”, relaciona as despesas do Enduro Internacional da Independência, Mundial de Supercross e Iron Biker – todos de 1998 – de forma global, sem identificação de fornecedores ou de prestadores de serviços. O documento traz apenas descrições genéricas tais como: “helicóptero, limpeza, internet, produção de ..., taxa de ..., despesa com..., aluguel de..., confecção de... etc.

(…)

Os recursos depositados pela COPASA foram utilizados para liquidação de contrato de mútuo obtido pela SMP&B Comunicação, junto ao Banco Rural, e analisado a partir do Quadro 27. Em relação ao depósito da COMIG, no valor de R\$1.000.000,00, destaca-se saque em espécie no valor de R\$ 800.000,00 e os débitos realizados em conjunto com os dois empréstimos de R\$3.000.000,00, analisados a partir dos Quadros 10 e 11. Os recursos oriundos do grupo financeiro Bemge foram utilizados em débitos diversos, elencados no Quadro 47.

(...)

A inexistência de escrituração contábil com um grau mínimo de confiabilidade e até mesmo a não apresentação da escrituração de algumas das empresas dificultaram e muitas vezes impossibilitaram a identificação dos fatos ocorridos no âmbito das empresas. Destacam-se as operações em espécie feitas pelas empresas do grupo, que apresentam características atípicas.

Nesse fluxo, as empresas do grupo emitiram grande número de cheques, nominais aos próprios emitentes, e realizaram saques e depósitos em espécie. Em relação aos saques e depósitos efetuados em espécie no Banco Rural, constam nos documentos de suporte dessas operações formulários denominados CONTROLE DE TRANSAÇÕES EM ESPÉCIE. Entretanto, em muitos casos, os documentos não apresentavam quaisquer dados que pudessem auxiliar na identificação das partes envolvidas nas operações.

Em se tratando de saques, a DNA Propaganda e a SMP&B Comunicação indicava os beneficiários, quando se tratavam de valores de pequena monta, porém, não o fazia em relação aos de maior valor. Nesse caso, de acordo com os documentos analisados, o campo que deveria identificar os beneficiários traz descrições genéricas do tipo: os recursos destinam-se a pagamentos de diversos compromissos de nossa responsabilidade ou pagamento de fornecedores.

Em relação aos depósitos foram identificados procedimentos semelhantes, sendo que a justificativa para os depósitos mais expressivos, foram usadas expressões do tipo recebimentos de fornecedores, o que foi acatado pelo Banco Rural.

Nesse contexto, a despeito dos normativos editados, Resolução nº 1946, de 29/07/92, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações bem como a Circular nº 2207, de 30/07/92, do Banco Central do Brasil (Bacen) e respectivas alterações, pode-se afirmar que o Banco Rural aceitou o documento CONTROLE DE TRANSAÇÕES EM ESPÉCIE, campo DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, com a declaração genérica de ‘pagamentos diversos’ ou de ‘pagamento para fornecedores’, não identificando tais fornecedores, tampouco a pessoa que realizou o saque” (f. 4.568/4.574)

Observa-se da conclusão pericial que a inexistência de escrituração contábil confiável e a não apresentação da escrituração de algumas das empresas impossibilitaram que fossem identificados totalmente os lançamentos realizados.

Acerca da escrituração contábil, os peritos, no laudo de exame contábil nº 2076/2006, feito pelo Instituto Nacional de Criminalística, consignaram (f. 101 – apenso 24):

“Diante desse quadro, os Signatários manifestam entendimento no sentido de que o procedimento adotado pelo contador e pelos prepostos da SMP&B para elaboração da nova escrita contábil é totalmente incompatível com as normas e leis vigentes, além de estar eivado de práticas contábeis indevidas, e que, a exemplo da escrituração original, não representa adequadamente a situação patrimonial da empresa.

(...)

51. A escrituração, referente ao ano de 1998, resume-se ao Diário 03, com lançamentos de 01/01/1998 a 31/12/1998. A observação detalhada desse Livro não permitiu identificar a que se referia boa parte dos lançamentos, uma vez que os históricos não continham informações básicas que são exigidas pelas normas contábeis e legais. O quadro abaixo ilustra a limitação exposta:

Quadro 05: lançamento sem identificação da operação

Data	Histórico	Valor - R\$
31/03/98	Depósito em c/c	318.000,00
30/09/98	Depósito em c/c	323.000,00
30/10/98	Depósito em c/c	467.000,00
30/11/98	Depósito em c/c	718.000,00

Essa sonegação de informações por parte dos acusados, acrescida do fato de que a emissão de cheques nominais aos próprios emitentes, seguida da descrição genérica da destinação dos recursos impossibilitaram percorrer todo o caminho feito pelos recursos financeiros auferidos, caracterizando o crime de lavagem de dinheiro.

Conforme acima transcrito, o corréu Cláudio Mourão disse ter recebido recursos dos empréstimos bancários revertidos para a campanha eleitoral diretamente no Banco Rural, quando o dinheiro já o aguardava para ser retirado.

Os peritos apontaram outros saques em espécie de vultosas quantias, além dos fatos apurados,

“No quadro 53, a seguir, enumerou-se os principais saques em espécie que totalizaram R\$12.208.671,12 no período de 26/06/98 a 21/10/98:

Quadro 53 – Resumo de saques em espécie

Banco	Empresa	Data	Valor - R\$	Referência
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	26/06/98	102.000,00	Quadro 44
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	28/07/98	350.000,00	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	29/07/98	1.196.002,53	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	30/07/98	250.000,00	Quadro 26
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	07/08/98	1.000.000,00	§178
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	14/08/98	749.069,25	§126
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	19/08/98	1.000.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	20/08/98	406.600,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	20/08/98	538.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	21/08/98	1.000.000,00	Quadro 08
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	25/08/98	800.000,00	§169
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	04/09/98	150.000,00	Quadro 12
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	09/09/98	203.000,00	Quadro 12
Banco Rural S.A	DNA Propaganda	09/09/98	1.200.000,00	Quadro 12
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	16/09/98	1.400.000,00	Quadro 30
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	18/09/98	120.000,00	Quadro 30
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	06/10/98	400.000,00	Quadro 32
Banco Rural S.A	SMP&B comunicação	07/10/98	164.000,00	Quadro 32
Banco de Crédito Nacional S.A	SMP&B comunicação	16/10/98	950.000,0	Quadro 41 e §127
Banco de Crédito Nacional S.A	SMP&B comunicação	21/10/98	230.000,00	Quadro 41
Total			12.208.671,78	-

219. O montante de R\$15.287.706,81, depositado em espécie, sem identificação de origem, foi utilizado, basicamente, para pagamento de empréstimos obtidos no ano de 1998. Nota-se que os principais depósitos ocorreram no período de 19/10/98 a 07/04/99, quando se deu o pagamento da maioria dos empréstimos. A fim de evidenciar esses créditos, os peritos elaboraram o Quadro 54, a saber:

Quadro 54 - Resumo de depósitos em espécie

Banco	Empresa	Data	Valor - R\$	Referência
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	06/08/98	1.582.012,50	178
Banco de Crédito Nacional S.A	DNA Propaganda Ltda	19/10/98	983.250,00	148

Banco de Crédito Nacional S.A	DNA Propaganda Ltda	22/10/98	706.000,00	148
Banco Rural S.A	DNA Propaganda Ltda	13/11/98	500.000,00	57
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	19/11/98	500.000,00	57
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	18/12/98	384.200,00	57
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	21/12/98	487.500,00	57
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	28/12/98	572.000,00	57
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	30/12/98	428.000,00	57
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	31/12/98	1.000.000,00	179
Banco Rural S.A	DNA Propaganda Ltda	31/12/98	634.000,00	179
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	11/01/98	300.000,00	61
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	11/01/98	1.300.000,00	61
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	12/01/98	1.634.503,26	61
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	12/01/98	1.400.000,00	119
Banco Cidade S.A	DNA Propaganda Ltda	13/01/99	176.241,05	61
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	13/01/99	300.000,00	118
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	29/03/99	1.400.000,00	118
Banco Rural S.A	SMP&B Comunicação	07/04/99	1.000.000,00	118
Total			15.287.706,81	

Obs. 1 – A soma dos depósitos é o valor do item II do parágrafo 57.

Essa impossibilidade de rastrear o caminho de todo o dinheiro movimentado pela empresa SMP&B Comunicação constituiu a mescla do dinheiro ilícito com o lícito (pelo menos supostamente lícito), caracterizando o crime de lavagem de dinheiro. O mesmo foi realizado através de uma divisão de tarefas que caracterizou a ação do esquema delituoso montado pelo grupo: os acusados contribuíram para o desvio do dinheiro das empresas públicas, recebendo-os e, após branqueá-los, destinaram à campanha de Eduardo Azeredo, estando todos cientes e ajustados para as práticas criminosas.

Desta forma, procede a acusação quanto à prática, por três vezes, do crime de lavagem de dinheiro referidos no item II.6 da inicial acusatória: (1º) saque, em espécie, no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), realizado no dia 28/07/1998; (2º) saque, em espécie, no valor de R\$1.196.002,53 (um milhão, cento e noventa e seis mil, dois reais e cinquenta e três centavos) realizado no dia 29/07/1998; e (3º) saque, em espécie, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), realizado no dia 30/07/1998.

Restou demonstrado, ainda, a prática do crime descrito no art. 1º, inciso V, da Lei 9.613/98, em relação a operação de empréstimo descrita no item II.6 da denúncia consistente na celebração pela SMP&B com o Banco Rural de contrato de empréstimo bancário nº nº 96.001136-3, no montante de R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), sendo ele renovado através do contrato de nº 96.001137-1, cujos valores desviados da Copasa foram utilizados para a quitação.

Restou demonstrado, outrossim, a prática do crime de lavagem de dinheiro, por duas vezes,

descritos no item II.7 da inicial, referente ao montante desviado da COMIG, no dia 25/08/1998, resultando em um saque, em espécie, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e o restante mesclado com valores obtidos de dois empréstimos, n°s 072979-93 e 072980-27, de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), através do Banco Cidade S.A., no dia 03/09/1998.

Destarte, quanto a tais recursos desviados não é possível acolher o pedido defensivo de absolvição.

A tese defensiva de que o delito de lavagem de dinheiro ocorreu antes do crime de peculado não pode ser acolhida.

O peculato se consuma com a efetiva apropriação em proveito próprio ou de outrem.

Ora, o início da execução do crime de peculato contra a COPASA ocorreu com a expedição dos ofícios da SECOM, no dia 07/05/1998, determinando a realização do patrocínio, mesma data da emissão da nota fiscal “fria”.

Para realizar a lavagem, foram utilizados os serviços oferecidos pelos acusados que consistia em aproveitar as contas da SMP&B e da DNA para o processo de branqueamento dos valores e utilizá-los na campanha.

As complexas operações financeiras realizadas, algumas delas sem razão econômica percebível, o volume e quantidade dos saques em espécie, a fraude na contabilidade, inclusive com destruição de documentos, entre outras circunstâncias, evidenciam, sem dúvida, o dolo dos acusados, consistente na vontade de ocultar e dissimular as transações criminosas, bem como a procedência ilícita dos valores envolvidos.

Ademais, não é a sofisticação do escamoteamento que caracteriza a lavagem de dinheiro, mas os elementos que demonstrem a relação desta com um ato posterior de reciclagem, de inserção do produto do crime na economia, com a aparência de legalidade.

Ora, se os acusados não tivessem a intenção de dissimular o dinheiro público desviado sob o manto de patrocínio a eventos esportivos, por certo, o recurso seria destinado diretamente aos cofres da campanha ou de “laranjas” e não passaria por caminhos transversos, misturados e cheios de curvas como ocorreu, numa clara manobra de mescla com dinheiro lícito.

Os peritos apontaram que as manobras realizadas tinham o objetivo de embaralhar os recursos lícitos com recursos ilícitos visando escamotear a destinação dos mesmos em artifícios financeiros complexos, resultando, assim, que fosse garantido o dinheiro para incrementar o caixa da campanha de reeleição de Eduardo Brandão Azeredo, figurando como vice o acusado Clésio Andrade.

Podemos concluir que os procedimentos realizados pelos acusados para o desvio das quantias mencionadas tinham como intenção dissimular e ocultar a origem e o verdadeiro beneficiário do valor, a campanha política.

Não se trata de classificar um mesmo ato como sendo de consumação do peculato e também de lavagem. As condutas praticadas atingiram bens jurídicos distintos.

O esquema montado só foi possível graças a participação do Banco Rural, pois coube ao mesmo, descumprindo regras do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, a permissão de saques em espécie que, em razão dos altos valores, necessariamente, deveriam ocorrer a identificação do beneficiário, o que não aconteceu.

O próprio funcionário da referida instituição financeira na época dos fatos, Edson Camargo Fantone, informou os procedimentos que eram adotados e o descumprimento das normas destinadas ao Sistema Financeiro, cujo objetivo era contribuir para a lavagem de capital:

“... que atendia a SMP&B e DNA como qualquer outro cliente do banco, não sendo do seu conhecimento que tais agências de publicidade tivessem atendimento especial; que perguntado se atendia os normativos editados pelo Banco Central preenchendo o documento titulado Controle de Transações em Espécie afirmou que: conferia o preenchimento do documento, a assinatura do cliente, correção dos valores; que o documento acima referido era preenchido pelo cliente e não pelo banco; que no caso de saque de cheque acima de R\$100,00, o cheque tem que ser nominativo com endosso no verso; que no caso de valores acima de R\$10.000,00 havia a necessidade do preenchimento do documento Controle de Transações em Espécie (...); que não tem nenhuma relação de amizade com os sócios das empresas SMP&B e DNA, não tendo também lembrança de atender especificamente funcionários ou emissários das citadas empresas; que perguntado sobre o saque do cheque nominal a empresa DNA Propaganda no valor de R\$538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais), na data de 20 de agosto de 1998, onde o declarante teria sido o responsável pelo atendimento, não constando a identificação do favorecido, tem a dizer que não se recorda de tal operação (...)” (f. 4.420/4.421 – vol. 20).

O argumento defensivo de que os saques não identificados são condutas atípicas dada a inidoneidade para conferir aparência lícita ao produto do crime, também não merece guarida.

Na análise dos peculatos, esse juízo demonstrou que a lavagem foi feita justamente através da mescla entre o dinheiro lícito (oriundo dos contratos de mútuo) e o dinheiro ilícito (oriundo do peculato) em sucessivas transações bancárias de difícil rastreamento, tudo a acobertar a origem das quantias ilícitas. Ao efetivar os saques em espécie, o que os réus e os demais pretenderam foi justamente garantir o custeio da campanha, com pagamentos em espécie, sem que houvesse rastro da origem, pois não passariam pelo sistema financeiro.

O recurso proveniente do peculato e empréstimos simulados eram depositados nas contas da SMP&B e DNA, de propriedade dos acusados, que, por sua vez, autorizavam saques em espécie, indicando à instituição financeira que o recurso seria utilizado nas próprias empresas quando, na verdade, se destinaram a pagamentos de prestadores de serviços da campanha eleitoral.

No ciclo do crime de lavagem de dinheiro, é comum, na fase de integração, a realização de operações documentadas, mas não necessariamente. O saque em espécie, cuja origem do recurso é criminosa caracteriza o delito.

E podemos afirmar com toda certeza isto, pois, mesmo diante dos saques em espécie de vultosas quantias e um procedimento na Justiça Eleitoral para apurar denúncias feitas pela coligação adversária sobre isto, nada foi descoberto, haja vista que os argumentos da coligação vitoriosa foram acolhidos. Os fatos só foram revelados após a ação penal 470, que correu perante o Supremo Tribunal Federal, sete anos depois. Observa-se como o mecanismo utilizado foi capaz de maquiagem as condutas fraudulentas ocultando-as por tantos anos.

Impende salientar que parte dos recursos também tiveram destino ilícito, caixa dois eleitoral, porém, isto não desnatura o crime, pois o tipo penal menciona a dissimulação como uma das condutas descritas no núcleo e ela restou demonstrada.

Restou demonstrada, outrossim, a reciclagem do recurso e a aplicação na campanha de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Ao utilizar o recurso mesclado (origem lícita e ilícita) para efetuar pagamentos diretamente aos prestadores de serviço, os acusados deram a aparência lícita ao mesmo, pois nenhum recebedor, conforme declararam, desconfiou.

A outra tese defendida pela defesa, de que não houve operações sofisticadas, não pode ser acolhida.

Ora, conforme consta dos laudos periciais, o recurso percorreu diversos caminhos, com depósitos e saques em várias contas, e depois novos depósitos até ser utilizado na campanha, em operações extremamente complexas, inclusive sujeita a avaliação de peritos para constatação.

Ademais, na ação penal 470, o STF reconheceu que o ato de dissimulação necessário à lavagem de dinheiro não exige complexidade ou sofisticação, pois, mesmo que simples e precário, o

mascaramento pode materializar o crime.

Nos autos do RHC 80.816-6/SP, 1ª T., j. 18/06/2011, o Ministro Sepúlveda Pertence apontou “*quer o fato retrate modalidade tosca e elementar de lavagem do dinheiro sujo, quer materialize momento inicial de um processo mais complexo a desenvolver*”, a dissimulação de sua origem tipifica o crime de lavagem de dinheiro.

Ocultar bens ou movimentá-los de forma eficaz a enganar os órgãos responsáveis pela fiscalização, o que ocorreu no caso com os saques em espécie e no empréstimo, já torna a conduta típica, pois a intenção era reinseri-los na economia formal através de pagamentos a prestadores de serviços da campanha eleitoral.

2.4 – Da Continuidade Delitiva

Tendo em vista que os delitos de lavagem de dinheiro foram praticados nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar e maneira de execução, os subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro, aplicando a regra disposta no art. 71 do Código Penal.

Por fim, o §4º do art. 1º da Lei 9.613/98 não poderá incidir, pois não podemos afirmar, dada a prova colhida, a existência de organização criminosa ou que havia habitualidade na prática delitiva.

3 - Conclusão

Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos ministeriais para condenar:

(a) **Marcos Valério Fernandes de Souza**, qualificado na inicial, como incurso por 07 (sete) vezes nas sanções do art. 312 do Código Penal (relativamente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, à Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG, e às empresas do Grupo Financeiro BEMGE - BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A), na forma do art. 71 do Código Penal, e por 06 (seis) vezes nas sanções do art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98, na forma do art. 71 do Código Penal, sendo ambos os delitos (peculato e lavagem de dinheiro) na forma do art. 69 do Código Penal.

(b) **Cristiano de Mello Paz**, qualificado na inicial, como incurso por 07 (sete) vezes nas sanções do art. 312 do Código Penal (relativamente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, à Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG, e às empresas do

Grupo Financeiro BEMGE - BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A), na forma do art. 71 do Código Penal, e por 06 (seis) vezes nas sanções do art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98, na forma do art. 71 do Código Penal, sendo ambos os delitos (peculato e lavagem de dinheiro) na forma do art. 69 do Código Penal.

(c) **Ramon Hollerbach Cardoso**, qualificado na inicial, como incurso por 07 (sete) vezes nas sanções do art. 312 do Código Penal (relativamente à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, à Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG, e às empresas do Grupo Financeiro BEMGE - BEMGE S/A Administradora Geral, Financeira BEMGE S/A, BEMGE Administradora de Cartões de Crédito Ltda., BEMGE Seguradora S/A e BEMGE Distribuidora de Valores Mobiliários S/A), na forma do art. 71 do Código Penal, e por 06 (seis) vezes nas sanções do art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98, na forma do art. 71 do Código Penal, sendo ambos os delitos (peculato e lavagem de dinheiro) na forma do art. 69 do Código Penal.

3.1 – Crimes descritos no art. 312 do Código Penal

3.1.1 – Marcos Valério Fernandes de Souza

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade foi muito acentuada. Ao pactuar com o desvio de verba pública para favorecer um dos candidatos ao pleito eleitoral, o acusado contribuiu para incutir a banalização de práticas antiéticas e criminosas no poder público, aumentando a descrença dos cidadãos na democracia.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência de elementos serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar ao desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois se valeu de eventos com credibilidade popular e publicitária, haja vista o ganho para a imagem do Estado de Minas Gerais, para simular patrocínios e, com isto, facilitar o desvio de recursos públicos.

As consequências do crime são aquelas nefastas à população, uma vez que, quando recursos públicos são desviados, resta subtraído do povo, destinatário dos serviços públicos, o direito de viver melhor, com mais igualdade de acesso, de acordo com os altos impostos pagos neste país. Subtrai, ainda, do povo mineiro o direito à saúde, à educação, à segurança pública, isto para ficar apenas nos três maiores gargalos das políticas públicas neste Estado.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, ficando a pena final em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

3.1.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de peculato e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 2/3 em razão da prática de sete crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **10 (dez) anos de reclusão e 280 (duzentos e oitenta) dias multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.2 – Crimes descritos no art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98

3.2.1 – Marcos Valério Fernandes de Souza

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade é aquela ínsita do tipo penal.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência de elementos serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar para o desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois as transações financeiras realizadas fugiram do estalão comum, dada a complexidade das movimentações, de forma a impedir o rastreamento através de métodos simples e dificultar a fiscalização dos órgãos competentes, bem como o envolvimento de mais de uma empresa e mais de uma instituição financeira. As constantes mudanças de agências bancárias e de instituições financeiras, com abertura de diversas contas- correntes, transferências consecutivas de valores, entre contas da mesma empresa ou entre as empresas do grupo, e a inexistência de registro contábil regular qualificam de modo negativo as circunstâncias dos crimes praticados.

As consequências dos crimes são graves, pois os valores movimentados ultrapassaram a casa dos milhões, não podendo ser desprezado o prejuízo sofrido pelos cofres públicos, demonstrando maior reprovabilidade da conduta.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, resultando na pena, para cada crime, 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

3.2.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de lavagem de dinheiro e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 1/2 em razão da prática de seis crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **06 (seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.3 – Do Concurso Material

Atenta ao disposto no art. 69 do Código Penal (concurso material entre os crimes de peculato e lavagem de dinheiro), totalizo a pena do acusado em **16 (dezesesseis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 400 (quatrocentos) dias-multa** (art. 72 do Código Penal).

Fixo o regime inicial **fechado** para o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do art. 33, §2º, “a”, e §3º, do Código Penal, e da análise das balizas descritas no art. 59 do mesmo diploma legal.

Fixo o dia-multa no valor de um salário-mínimo vigente à época do fato, considerando inexistir nos autos quaisquer elementos que demonstrem hipossuficiência do acusado, nos termos do art. 60 do Código Penal.

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, bem como o Sursis, por não se encontrar presentes os requisitos objetivos descritos, respectivamente, nos art. 44 e 77, ambos do Código Penal.

3.4 – Crimes descritos no art. 312 do Código Penal.

3.4.1 – Cristiano de Mello Paz

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade foi muito acentuada. Ao pactuar com o desvio de verba pública para favorecer um dos candidatos ao pleito eleitoral, o acusado contribuiu para incutir a banalização de práticas antiéticas e criminosas no poder público, aumentando a descrença dos cidadãos na democracia.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência de elementos contrários e as declarações das testemunhas ouvidas serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar ao desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois se valeu de eventos com credibilidade popular e publicitária, haja vista o ganho para a imagem do Estado de Minas Gerais, para simular patrocínios e, com isto, facilitar o desvio de recursos públicos.

As consequências do crime são aquelas nefastas à população, uma vez que, quando recursos públicos são desviados, resta subtraído do povo, destinatário dos serviços públicos, o direito de viver melhor, com mais igualdade de acesso, de acordo com os altos impostos pagos neste país. Subtrai, ainda, do povo mineiro o direito à saúde, à educação, à segurança pública, isto para ficar apenas nos três maiores gargalos das políticas públicas neste Estado.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, ficando a pena final em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

3.4.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de peculato e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 2/3 em razão da prática de sete crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **10 (dez) anos de reclusão e 280 (duzentos e oitenta) dias multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.5 – Crimes descritos no art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98

3.5.1 – Cristiano de Mello Paz

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade é aquela ínsita do tipo penal.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência contrários e as declarações das testemunhas ouvida serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar para o desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois as transações financeiras realizadas fugiram do estalão comum, dada a complexidade das movimentações, de forma a impedir o rastreamento através de métodos simples e dificultar a fiscalização dos órgãos competentes, bem como o envolvimento de mais de uma empresa e mais de uma instituição financeira. As constantes mudanças de agências bancárias e de instituições financeiras, com abertura de diversas contas- correntes, transferências consecutivas de valores, entre contas da mesma empresa ou entre as empresas do grupo, e a inexistência de registro contábil regular qualificam de modo negativo as circunstâncias dos crimes praticados.

As consequências dos crimes são graves, pois os valores movimentados ultrapassaram a casa dos milhões, não podendo ser desprezado o prejuízo sofrido pelos cofres públicos, demonstrando maior reprovabilidade da conduta.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, resultando na pena, para cada crime, 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

3.5.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de lavagem de dinheiro e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 1/2 em razão da prática de seis crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **06 (seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.6 – Do Concurso Material

Atenta ao disposto no art. 69 do Código Penal (concurso material entre os crimes de peculato e lavagem de dinheiro), totalizo a pena do acusado em **16 (dezesesseis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 400 (quatrocentos) dias-multa** (art. 72 do Código Penal).

Fixo o regime inicial **fechado** para o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do art. 33, §2º, “a”, e §3º, do Código Penal, e da análise das balizas descritas no art. 59 do mesmo diploma legal.

Fixo o dia-multa no valor de um salário-mínimo vigente à época do fato, considerando inexistir nos autos quaisquer elementos que demonstrem hipossuficiência do acusado, nos termos do art. 60 do Código Penal.

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, bem como o SURSIS, por não se encontrar presentes os requisitos objetivos descritos, respectivamente, nos art. 44 e 77, ambos do Código Penal.

3.6 – Crimes descritos no art. 312 do Código Penal.

3.6.1 – Ramon Hollerbach Cardoso

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade foi muito acentuada. Ao pactuar com o desvio de verba pública para favorecer um dos candidatos ao pleito eleitoral, o acusado contribuiu para incutir a banalização de práticas antiéticas e criminosas no poder público, aumentando a descrença dos cidadãos na democracia.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência de elementos contrários e as declarações das testemunhas ouvidas serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar ao desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois se valeu de eventos com credibilidade popular e publicitária, haja vista o ganho para a imagem do Estado de Minas Gerais, para simular patrocínios e, com isto, facilitar o desvio de recursos públicos.

As consequências do crime são aquelas nefastas à população, uma vez que, quando recursos públicos são desviados, resta subtraído do povo, destinatário dos serviços públicos, o direito de viver melhor, com mais igualdade de acesso, de acordo com os altos impostos pagos neste país. Subtrai, ainda, do povo mineiro o direito à saúde, à educação, à segurança pública, isto para ficar apenas nos três maiores gargalos das políticas públicas neste Estado.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, ficando a pena final em 06 (seis) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

3.6.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de peculato e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 2/3 em razão da prática de sete crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **10 (dez) anos de reclusão e 280 (duzentos e oitenta) dias multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.7 – Crimes descritos no art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98

3.7.1 – Ramon Hollerbach Cardoso

Tendo em vista que os elementos que circundam as práticas delitivas são semelhantes, a análise das circunstâncias judiciais será feita de forma conjunta.

A culpabilidade é aquela ínsita do tipo penal.

Não apresenta antecedentes, conforme certificado nos autos.

Quanto à conduta social e personalidade, tendo em vista a ausência de elementos contrários e as declarações das testemunhas ouvida serão consideradas favoráveis.

Os motivos do crime não lhe são favoráveis, porquanto visou incrementar os recursos do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo violando as regras da igualdade tão necessárias nos pleitos eleitorais para que, de fato, o resultado reflita o interesse popular. Além disto, este tipo de prática criminosa impede a alternância de poder, tão salutar para o desenvolvimento do regime democrático.

As circunstâncias da prática delitiva também não lhe são favoráveis, pois as transações financeiras realizadas fugiram do estalão comum, dada a complexidade das movimentações, de forma a impedir o rastreamento através de métodos simples e dificultar a fiscalização dos órgãos competentes, bem como o envolvimento de mais de uma empresa e mais de uma instituição financeira. As constantes mudanças de agências bancárias e de instituições financeiras, com abertura de diversas contas- correntes, transferências consecutivas de valores, entre contas da mesma empresa ou entre as empresas do grupo, e a inexistência de registro contábil regular qualificam de modo negativo as circunstâncias dos crimes praticados.

As consequências dos crimes são graves, pois os valores movimentados ultrapassaram a casa dos milhões, não podendo ser desprezado o prejuízo sofrido pelos cofres públicos, demonstrando maior reprovabilidade da conduta.

O comportamento da vítima não é apreciado no tipo de crime em análise.

Assim, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas, que são desfavoráveis ao acusado, fixo a pena-base, para cada crime, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, por ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas, ficando a pena intermediária no patamar da pena-base.

Inexistem causas de diminuição e aumento de pena, resultando na pena, para cada crime, 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

3.7.2 – Da Continuidade Delitiva

Reconhecida a continuidade delitiva entre os crimes de lavagem de dinheiro e, considerando que as penas aplicadas foram idênticas, aumento uma delas em 1/2 em razão da prática de seis crimes (consoante reiteradas decisões do STJ), totalizando a pena em **06 (seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**, nos termos do art. 72 do Código Penal.

3.8 – Do Concurso Material

Atenta ao disposto no art. 69 do Código Penal (concurso material entre os crimes de peculato e lavagem de dinheiro), totalizo a pena do acusado em **16 (dezesesseis) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 400 (quatrocentos) dias-multa** (art. 72 do Código Penal).

Fixo o regime inicial **fechado** para o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do art. 33, §2º, “a”, e §3º, do Código Penal, e da análise das balizas descritas no art. 59 do mesmo diploma legal.

Fixo o dia-multa no valor de um salário-mínimo vigente à época do fato, considerando inexistir nos autos quaisquer elementos que demonstrem hipossuficiência do acusado, nos termos do art. 60 do Código Penal.

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, bem como o SURSIS, por não se encontrar presentes os requisitos objetivos descritos, respectivamente, nos art. 44 e 77, ambos do Código Penal.

3.9 – Decisões Finais

Transitada em julgado:

(a) preencham-se Comunicações de Decisão Judicial encaminhando-as ao Instituto de Identificação;

(b) expeçam-se guias de execução.

(c) expeçam-se ofícios ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal (Lei Complementar n. 64/90) informando tratar-se de hipóteses de inelegibilidade prevista na Lei Complementar 64/90.

Custas na forma da lei.

P.R.I.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2018.

Lucimeire Rocha

Juíza de Direito

1Mendroni Marcelo Battlouni; Crime de Lavagem de Dinheiro; 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2015, p. 21